

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL
UNIDADE HORTÊNSIAS
MESTRADO PROFISSIONAL EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE**

AUDRI SILVA DOS SANTOS

**CONSCIÊNCIA E AÇÃO POLÍTICA EM REDE: UMA PROPOSTA
INTERDIMENSIONAL PARA O ESTUDO DOS CONSELHOS GESTORES DAS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA/RS**

SÃO FRANCISCO DE PAULA

MAIO 2019



uergs

Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

Hortênsias

AUDRI SILVA DOS SANTOS

**CONSCIÊNCIA E AÇÃO POLÍTICA EM REDE: UMA PROPOSTA
INTERDIMENSIONAL PARA O ESTUDO DOS CONSELHOS GESTORES DAS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA/RS**

Dissertação de Mestrado

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sustentabilidade.

Orientadora: Dra. Aline Reis Calvo Hernandez.

SÃO FRANCISCO DE PAULA

MARÇO 2019

Catálogo de publicação na fonte (CIP)

S237c Santos, Audri Silva Dos

Consciência e ação política em rede: uma proposta interdimensional para o estudo dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação dos Campos de Cima da Serra/RS, Audri Silva Dos Santos – São Francisco de Paula, 2019.

115 f.

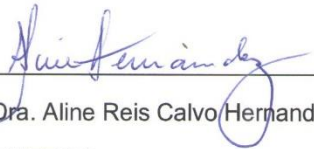
Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, Unidade em São Francisco de Paula, 2019.

AUDRI SILVA DOS SANTOS

**CONSCIÊNCIA E AÇÃO POLÍTICA EM REDE: UMA PROPOSTA
INTERDIMENSIONAL PARA O ESTUDO DOS CONSELHOS GESTORES DAS
UNIDADES DE CONSERVAÇÃO DOS CAMPOS DE CIMA DA SERRA/RS**

Dissertação submetida ao Curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul como requisito para obtenção do título de Mestre em Ambiente e Sustentabilidade.

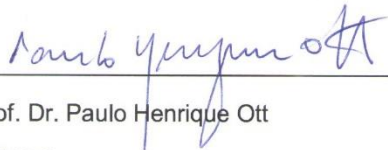
Aprovada em: São Francisco de Paula, 22 de março de 2019.



Profa. Dra. Aline Reis Calvo/Hernandez – Orientadora
UFRGS/UERGS



Profa. Dra. Rosmarie Reinehr
UERGS



Prof. Dr. Paulo Henrique Ott
UERGS



Prof. Dr. Salvador Sandoval
PUCSP

À minha família por sempre acreditar, investir nos meus sonhos e me incentivar. À vó “Jarda” que, mesmo sem conhecer o poder do alfabeto, deu amor e ensinou valores como perseverança e honestidade aos seus filhos. Esteja com Deus.

A presença de vocês significou segurança e certeza de que jamais estou ou estarei sozinha nessa trajetória da vida.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter guiado esta minha jornada, ter me erguido nos momentos que me apeguei, com saúde, gratidão e sobretudo fé até aqui.

Aos meus pais Nilton e Maria Paulina e ao meu esposo Fernando, amores da minha vida, pelo amor incondicional, confiança, pela segurança, pela compreensão e por toda a ajuda que recebi para que pudesse me manter norteadada nesse período.

A minha irmã Gisele, pelo amor, pelo incentivo e por ser sempre um exemplo na vida para mim.

A minha professora orientadora Dra. Aline Calvo Reis Hernandez, por acreditar no meu conhecimento e no meu potencial como profissional de ambiente e sustentabilidade e pesquisadora logo no início do meu trajeto como aspirante a mestranda, por me oportunizar conhecer o âmbito da participação política, por me apresentar o Modelo de Consciência Política como teoria consolidada para os meus estudos, por ser luz, um raio de Sol nesse caminho e principalmente por aceitar ser minha orientadora e encarar esse desafio comigo.

Ao meu primo Gabriel Pereira, amigo e irmão na vida por me ajudar com as suas indicações certeiras e ter sido através da sua rede de relações que conheci o Mestrado Profissional da UERGS, para termos mais esta instituição e unidade de ensino como ponto em comum na vida.

A minha amiga e irmã Bianca Capitani, por ser âncora nesse mar da vida e pelos quatorze anos de amizade dos muitos que ainda teremos.

Às gestoras das Unidades de Conservação pesquisadas, Ketulyñ Fñster Marques, que além de participante, foi inspiração para este estudo e Maria Salete Machado de Aguiar, e aos integrantes de suas equipes Vanessa Pruch Castro Oliveira, que foi praticamente componente do grupo pesquisador com toda ajuda e empenho pela causa, além de Everson Fleck, que na ausência da gestora da APA, atuou contribuindo significativamente às conclusões deste estudo.

Aos meus colegas e amigos de empresa, que sempre me incentivaram, desde trazer o almoço quando o estudo me impedia, às revisões primárias do projeto de pesquisa, até um desejo de boa viagem antes de encarar os 96 km de percurso para as aulas.

À professora Dra. Patrícia Binkowski que durante meu primeiro ano de mestrado me orientou e trouxe contribuições significativas à minha trajetória.

Às colegas Daiane Santos, Morgana Castilhos, Sarah Peixe e Lílian Ceolin por serem mais que colegas, pelas contribuições teóricas, trocas de ideias, além dos momentos de parceria e descontração ao longo de todo trajeto que tanto nos exigiu.

À Universidade Estadual do Rio Grande do Sul e ao Corpo Docente do Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade por aguçar nossa sede de conhecimento, pelos diálogos e nos entusiasmar para que possamos ser agentes de mudança em uma sociedade mais justa, equânime e sustentável.

Ao agente administrativo Ismael Klein, por todo apoio e por realizar seu trabalho com esmero para com alunos/as e professores/as, desde meu primeiro contato com a Universidade.

Aos conselheiros/as dos conselhos gestores envolvidos que colaboraram com a pesquisa.

Aos colegas e amigos que fiz ao longo desses três anos de jornada.

“A maior riqueza do homem é a sua incompletude.

Nesse ponto sou abastado.

Palavras que me aceitam como sou – eu não aceito.

*Não aguento ser apenas um sujeito que abre
portas, que puxa válvulas, que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde, que vai lá fora,
que aponta lápis, que vê a uva, etc. etc.*

Perdoai.

Mas eu preciso ser Outros.

Eu penso renovar o homem usando borboletas”.

(BARROS, 1998, p.79)

RESUMO

Esta pesquisa foi realizada no escopo do Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul. Trata-se de um estudo em Psicologia Política, cujo tema central é a consciência e a participação política. Os principais objetivos foram analisar as dimensões de consciência e participação política e as estratégias de ação adotadas pelos Conselho Gestor das de duas Unidades de Conservação dos Campos de Cima da Serra, RS. Partindo desses objetivos, este estudo também pretende descortinar e discutir as relações entre poder legal, poder local e poderes múltiplos com interesses e proposições de ações estratégicas em rede. As análises se deram à luz das sete dimensões do Modelo de Consciência Política (SANDOVAL, 1989, 1994, 2001, 2016): crenças; valores e expectativas sociais; identidade coletiva; objetivos e ações; interesses coletivos e adversários; sentimentos de justiça e injustiça; eficácia política e vontade de agir coletivamente. A pesquisa realizou-se junto aos Conselhos Gestores da Área de Proteção Ambiental Rota do Sol e da Estação Ecológica Estadual Aratinga, Rio Grand do Sul. A metodologia segue a abordagem qualitativa, exploratória, descritiva e analítica, formada de quatro etapas: Análise documental; mapas falados com os/as conselheiros/as; questionários com os gestores e elaboração de Diário de Campo, a partir de participações em reuniões, conversas com os conselheiros e gestores integrantes do Conselhos Gestores. A análise dos dados foi integrativa, partindo das 4 etapas do fluxo de dados, a fim de discutir as variáveis psicopolíticas do modelo em análise, as ações e as redes de participação. Os resultados finais, obtidos por meio da elaboração dos mapas falados e participação nas reuniões, indicam que a consciência política é indispensável para que as estratégias políticas sejam eficazes. Além disso, convergem com os princípios de luta de uma sociedade sustentável e também correlaciona-se à atuação dos agentes junto ao ambiente e às instâncias políticas representativas. Apesar do enfoque para articulação do funcionamento das Unidades de Conservação que, em teoria, embasam a garantia de proteção à biodiversidade local, a efetiva ação política se estabelece como um reflexo do jogo político entre poderes das representações legais, locais e múltiplas que permeiam sua consolidação. Assim constatamos fortemente a percepção frente às adversidades que se dão em diferentes dimensões como financeira, estrutural, afetiva, estratégica, do cenário político etc.

Palavras-chave: Psicologia Política. Ambiente. Ação Política. Sustentabilidade.

ABSTRACT

This research was carried out in the scope of the Masters in Environment and Sustainability of the *Universidade Estadual do Rio Grande do Sul*. This is a study in Political Psychology, whose central theme is awareness and political participation. The main objectives were to analyze the dimensions of awareness and political participation and the strategies of action adopted by the Management Council of the two Conservation Units of *Campos de Cima da Serra*, RS. Based on these objectives, this study also aims to reveal and discuss the relationships between legal power, local power and multiple powers with strategic interests and propositions in a network. The analysis was based on the seven dimensions of the Political Consciousness Model (SANDOVAL, 1989, 1994, 2001, 2016): beliefs; values and expectations; collective identity; objectives and actions; collective interests and opponents; feelings of justice and injustice; political efficacy and willingness to act collectively. The research was carried out together with the Management Councils of the Environmental Protection Area *Rota do Sol* and *Aratinga* State Ecological Station, Rio Grande do Sul. The methodology follows a qualitative, exploratory, descriptive and analytical approach, consisting of four stages: Documentary analysis; maps spoken with the counselors; questionnaires with the managers and elaboration of logbook, based on participation in meetings, conversations with the directors and managers of the Management Councils. The data analysis was integrative, starting from the 4 steps of the data flow, in order to discuss the psycho-political variables of the model under analysis, the actions and the networks of participation. The final results, obtained through the elaboration of the spoken maps and participation in the meetings, indicate that political awareness is indispensable for effective political strategies. In addition, they converge with the principles of struggle of a sustainable society and also correlate with the agents acting together with the environment and representative political bodies. In spite of the focus to articulate the functioning of Conservation Units that, in theory, underpin the guarantee of protection to local biodiversity, effective political action is established as a reflection of the political game between the powers of the legal, local and multiple representations that permeate its consolidation. Thus we see strongly the perception of the adversities that occur in different dimensions such as financial, structural, affective, strategic, of the political scene, etc.

Keywords: Political Psychology. Environment. Action. Sustainability.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa de localização da APA Rota do Sol e ESEC Aratinga.....	22
Figura 2 – Modelo Conceitual da Consciência Política	35
Figura 3 – Compreensão gráfica do Modelo para Análise da Consciência Política de Sandoval (1989, 2001, 2015) por Beatriz Puccini (2018)	38
Figura 4 – Linha do tempo para o Panorama Brasileiro proposto por Gohn (2001) ..	41
Figura 5 – Fluxo de dados.....	47
Figura 6 – Apresentação do traçado da trilha de longa distância Caminho das Araucárias para o CG em 20/03/2018.....	59
Figura 7 – Reconhecimento das professoras da rede de escolas públicas participantes do SEIVA, março 2018.....	60
Figura 8 – Apresentação do processo de regularização da ocupação comercial e regularização de acessos em agosto de 2017	60
Figura 9 – Participantes dos mapas falados em 17/07/18.....	61
Figura 10 – Diagrama de Interação pós-análise dos mapas falados.....	62
Figura 11 – Nova perspectiva do Modelo de Consciência Política proposto por Santos e Hernandez, 2019.....	79

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Participação representativa entre os anos de 2012 a 2018.	55
Gráfico 2 – Participação por Representação entre os anos de 2012 a 2018	56
Gráfico 3 – Participação por Representação entre os anos de 2016 a 2018	56
Gráfico 4 – Abordagem integrativa e complementar ao Modelo de Consciência Política no que tange às adversidades	78

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Composição do Conselho Deliberativo APA Rota do Sol e Conselho Consultivo ESEC Aratinga gestão 2016 a 2018	50
Tabela 02 – Composição dos assentos das representações do Conselho Deliberativo APA Rota do Sol e Conselho Consultivo ESEC Aratinga gestão 2016 a 2018	52
Tabela 03 – Composição do Conselho Deliberativo APA Rota do Sol e Conselho Consultivo ESEC Aratinga, gestão 2018-2020, Portarias SEMA 156 e 157	57
Tabela 04 – Dados apresentados pelos participantes nos Mapas Falados na reunião de 17/07/2018	64

APÊNDICES

Apêndice 1 - Questionários junto aos gestores	91
Apêndice 2 - Termo de Consentimento Livre Esclarecido.....	92
Apêndice 3 - Aprovação prévia pela SEMA	93
Apêndice 4 - Matriz observações descritas nos mapas por cada uma das dimensões do CP	94

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CG	Conselhos Gestores
APA	Área de Proteção Ambiental
APP	Área de Preservação Permanente
CERBMA	Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica
CMDR	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural
COOMAFITT	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas
CP	Consciência Política ou Modelo e Consciência ou Dimensões da Consciência Política
DAER	Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem
ESEC	Estação Ecológica Estadual
FLONA	Floresta Nacional
OPAC	Organismo Participativo de Avaliação da Conformidade
PATRAM	Patrulha Ambiental
PM	Prefeitura Municipal
PP	Psicologia Política
PPGAS	Programa de Pós Graduação em Ambiente e Sustentabilidade
REDECOOP	Associação da Rede de Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária
SEMA	Secretaria Estadual de Meio Ambiente, RS
SINDIMADEIRA	Sindicato Intermunicipal das Indústrias Madeireiras, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras do Estado do Rio Grande do Sul
SFP	São Francisco de Paula
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza
SR	Sindicato Rural
UC	Unidade de Conservação
UERGS	Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

I INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA	16
II REVISÃO TEÓRICA E OPERADORES CONCEITUAIS.....	26
2.1. O campo da Psicologia Política.....	26
2.2. Consciência e Participação Política	31
2.3. Estado, Políticas Públicas e Conselhos Gestores.....	39
III ANÁLISES E DISCUSSÕES	46
3.1. Descortinando as relações de força entre os diferentes poderes.....	50
3.2. Análise das Dimensões da Consciência da Participação Política	67
3.3. Percepções do percurso para além dos instrumentos metodológicos	74
IV VISÃO INTEGRATIVA DAS ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS.....	83
APÊNDICES.....	91

I INTRODUÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DA PESQUISA

Ao longo dos últimos três anos, construí uma trajetória de perseverança, dedicação e aprendizado junto ao Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), principalmente motivada pela minha atuação profissional na área de gestão há dez anos. Ademais, como gestora ambiental e docente, considero essencial construir uma visão integrada, reflexiva e crítica sobre as políticas ambientais, a fim de que possamos construir uma sociedade mais justa e equânime.

Durante um ano centrei meus esforços em elaborar um projeto de mestrado, assim como em alcançar sucesso na concorrida seleção. Dessa forma, inicialmente busquei conhecer a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, a qual já tinha uma grande admiração por ser a instituição pioneira no Estado do Rio Grande do Sul em minha área de formação, além de oferecer um mestrado profissional e linhas de pesquisa que interseccionam as questões sociais e ambientais: Conservação e Manejo da Biodiversidade; Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento e Tecnologias para o Desenvolvimento Sustentável.

Exerço minha atividade profissional, como consultora de sustentabilidade em uma das maiores empresas do setor elétrico brasileiro, docente em cursos técnicos na área agroambiental e de gestão, além de ter uma trajetória de doze anos em sistemas de gestão integrados, meio ambiente, qualidade e saúde e segurança do trabalho. Desde a adolescência possuo um carga horária integral, quando ainda cursava o Ensino Médio para o custeio dos estudos, realizados à noite e aos finais de semana e não considerei a possibilidade de um mestrado acadêmico, por não possuir carga horária disponível e pelo entrave financeiro em uma instituição particular. Desse modo, percebi como viável, a concretização dessa oportunidade de formação através da modalidade de Pós-Graduação *Stricto Sensu* voltada à capacitação de profissionais, denominado mestrado profissional que foi regulamentado pela Portaria MEC Nº 389, de 23 de março de 2017 e pela Portaria CAPES Nº 131, de 28 de junho de 2017, convergindo diversas áreas do conhecimento, através de produtos teórico-práticos articulados ao diagnóstico e à intervenção social junto a problemas ambientais frente à promoção do desenvolvimento sustentável e junto aos mercados profissionais e demanda sociais nos diferentes mercado de trabalho.

A construção de uma sociedade mais democrática e justa tem em seu alicerce algumas urgências e a necessidade de profissionais, na esfera pública e privada, que atuem em atividades relacionadas à sustentabilidade. O desenvolvimento destes indivíduos com habilidades interdisciplinares de analisar, diagnosticar, gerir e gerar conhecimentos em âmbito socioeconômico e ambiental é essencial para a urgente mudança frente à prevenção e à solução de problemas atuais, possibilitando o efetivo desenvolvimento sustentável. Então, objetivando formar mestres em nível técnico-científico avançado, aptos a atuarem nesse contexto, surgiu, nos Campos de Cima da Serra, região fisiográfica do Rio Grande do Sul, o curso de Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade (PPGAS), o qual muito me orgulha em integrar.

São alguns dos objetivos do PPGAS, ainda no contexto de intervenção e mudança social, a promoção da visão crítica, integrada e reflexões interdisciplinares sobre o ambiente nas perspectivas ecológica, social, histórica, política, econômica, cultural e tecnológica, além da análise e difusão de conceitos e técnicas necessárias e inovadoras à interação sustentável com o ambiente e também da contribuição na construção da rede de conhecimentos na área ambiental e desenvolvimento para utilização dos distintos atores sociais conectados às reflexões em torno da sustentabilidade, com o desenvolvimento socioeconômico e político-cultural geral.

Nesse sentido, direcionei minhas ações às possibilidades de pesquisa que se vislumbravam à minha frente e que, sucessivamente, foram convergindo à linha de pesquisa em Sociedade, Ambiente e Desenvolvimento, a qual se destina ao estudo e ao questionamento das interações entre sociedade, natureza, ambiente, modelos de desenvolvimento tradicionais e contemporâneos, organizações agroalimentares, sustentabilidade e Educação Ambiental. Assim, minha identificação com a contribuição social como compromisso pessoal me impulsionou a investigar os questionamentos dessas interações e mais à frente a conhecer com detalhes as dimensões da participação política, permitindo realizar a pesquisa que apresento no decorrer das páginas dessa dissertação.

Partindo desse contexto e desses pressupostos, surge o interesse acadêmico sobre questões relativas à consciência, à participação e à ação política. Sob esse viés, esse estudo pretende analisar as dimensões de consciência e participação política, além das estratégias de ação adotadas pelos Conselhos Gestores¹ (CG), sob a luz

¹ Utilizaremos a sigla CG para designar os Conselhos Gestores desse ponto em diante.

das Unidades de Conservação² (UC) dos Campos de Cima da Serra, RS, por meio da atuação como mestrandia pesquisadora da UERGS nos CG das UC participantes e participação nas assembleias ordinárias das UC.

Ao conhecer o campo de estudo e ler sobre o tema, emergiram algumas questões de pesquisa: Quais são os elementos psicopolíticos que influenciam a consciência e a participação política nos CG? Quais são os atores, as redes, os poderes e as correlações de forças? Quais são as estratégias e as ferramentas de fortalecimento e ampliação da CP e da participação política nos CG?

Dessa forma, o principal objetivo da pesquisa foi desdobrado em dois objetivos mais amplos, primeiramente analisar as dimensões da consciência e da participação política e as estratégias de ação adotadas pelos CG de duas UC dos Campos de Cima da Serra, RS. Partindo desse objetivo, também interessava descortinar e discutir as relações entre os poderes legal, local e múltiplos, os interesses, proposições de ações estratégicas diversas.

Nesse viés, a fim de atingir os objetivos gerais da pesquisa, os seguintes objetivos específicos foram estabelecidos: mapear os Conselhos Gestores das UC da região dos Campos de Cima da Serra; analisar as estratégias de articulação e promoção da participação política, discutir as dimensões do Modelo da Consciência Política³ (CP), as relações de poder, os interesses diversos e as proposições de ações estratégicas formuladas pelos CG; propor ações de fortalecimento da participação política em rede e apresentar estratégias e ferramentas que potencializem a participação política mediante ações de extensão entre a UERGS e os CG das UC dos Campos de Cima da Serra, RS.

O Modelo de Consciência Política, proposto por Salvador Sandoval no final da década de oitenta, representa as várias dimensões psicossociais que constituem o saber político de um indivíduo sobre a sociedade e si mesmo como membro da sociedade e representa, conseqüentemente, sua disposição para agir de acordo com esse saber. (SANDOVAL, 2001). As dimensões propostas pelo autor são: identidade coletiva, interesses coletivos, crenças, valores e expectativas sobre a sociedade, eficácia política, sentimento com respeito aos adversários, metas e repertórios de

² Utilizaremos a sigla UC para designar as Unidades de Conservação desse ponto em diante.

³ Utilizaremos a sigla CP para designar a Consciência Política ou Modelo de Consciência ou Dimensões da Consciência Política desse ponto em diante.

ações, vontade de agir coletivamente. A dimensão anteriormente integrante do modelo, os sentimentos de injustiça, foi extraída do modelo pelo entendimento do autor de que esses sentimentos fazem parte de um conjunto de emoções que trazem significados adicionais aos demais elementos da consciência política. (SANDOVAL e SILVA, 2016).

Nesse âmbito de investigação, destaca-se que a pesquisa tem relevância em três esferas:

- Relevância científica: ao investigar e analisar as estratégias e ações políticas dos CG das UC, a atuação e a eficácia desses fóruns políticos de negociações, a mediação de conflitualidades e as problemáticas que passam a existir na região no âmbito político-ambiental. Ademais, a produção de conhecimento científico e a formulação de produtos e tecnologias sociais é a contrapartida social da universidade pública e compromisso com as mudanças sociais que almejamos conquistar.

- Relevância político-ambiental: a política dos CG como órgãos consultivos, participativos e representativos foi criada há quase vinte anos, mas ainda é frágil em termos de ação política, tendo poucos estudos realizados no âmbito dos CG na região dos Campos de Cima da Serra, RS. Paralelamente, visa promover a cultura da conservação ambiental, preservação dos recursos naturais, sua conservação e uso, para a garantia de futuro da atual e das próximas gerações, além da articulação para o desenvolvimento sustentável. Os resultados da pesquisa visam fortalecer o empoderamento dos sujeitos, seus valores e competências para o exercício do direito cidadão à participação social nos CG de UC, bem como fortalecer as ações políticas realizadas.

- Relevância metodológica: o trabalho de pesquisa faz uso de diferentes fluxos de dados em confluência e interesse analítico ao propor uma abordagem integrativa e complementar ao Modelo de Consciência Política, no que tange às adversidades⁴ e interesses coletivos. Nesse contexto, a pesquisa assume um papel relevante no cenário metodológico, pois propõe ampliar essas dimensões e colocá-las em

⁴ A adversidade é um conceito abstrato que pode ser definido como a qualidade de adverso. Na etimologia da palavra, adversidade vem do latim (*adversitas*) que é composta pela união do prefixo “ad”, que significa “em direção a”, a palavra “versus” o que se traduz como “virou”, além do sufixo “ness”, que é usado para indicar “qualidade”. (HOUAISS, 2009). Entende-se aqui a palavra adversidade no que diz respeito a algo, alguém (situação, pessoa, grupo) que é considerado desfavorável, contrário, ou seja, apresenta dificuldades e, portanto, supõe uma situação adversa ou difícil de lidar.

evidência e, assim, elaborar novos conhecimentos e interpretações à análise da consciência e da participação política.

Ainda, é preciso registrar que a pesquisa teve relevância pessoal e profissional, pois ao desenvolvê-la, percebi contribuições significativas às minhas atividades como gestora ambiental, em assumir um compromisso com o futuro das próximas gerações. Tal compromisso ambiental demanda profissionais qualificados para promover e conciliar ações políticas, de sustentabilidade e educação ambiental. Ademais, tenho a clareza de que minha responsabilidade em poder contribuir positivamente onde eu estiver.

No que tange às relações sociais, essas abrangem não só influência mútua entre indivíduos, classes e grupos, mas compreendem as relações deles com o ambiente, que engloba, em sua concepção atual, a natureza, a cultura e a sociedade, incorporando os meios naturais ou artificiais da esfera onde incidem as ações humanas e o conjunto dos meios não antropizados fundamentais à sobrevivência da humanidade. (JOLLIVET; PAVÉ, 1993 *apud* FLEURY et al., 2014). Segundo esses autores, esses meios são distinguidos por sua geometria, seus componentes biológicos e humanos, químicos, físicos e a distribuição espacial dos mesmos em seus processos de mudança, de ação ou de interação, fazendo-os mudar no espaço e no tempo e por suas diversas dependências em relação às ações antrópicas. Logo, a mudança do ambiente implica em refletir acerca da mudança dos indivíduos, sendo essa mudança constituída em cada fase da existência social, estabelecida pela ética, economia e política no que estão inseridos. (LOUREIRO, 2012).

Na abordagem de Dussel (2007) acerca do ser humano, os elementos naturais e construídos e suas inter-relações podem ser entendidos dentro da visão sistêmica de interdependência e participação, pois quanto maior a participação dos membros singulares na comunidade de vida, mais se cumprem exigências e projetos individuais e comuns. Assim, o poder da sociedade transforma-se na proteção e no impulso que produz e inova.

Para levar a cabo a pesquisa de campo junto aos Conselhos Gestores, adotou-se uma metodologia de cunho qualitativo (BAUER & GASKELL, 2015), que considera as interpretações das realidades sociais e procura entender um fato, um fenômeno em profundidade quando o objetivo do estudo seja compreender, aprofundar os aspectos investigados, como a participação política nesse contexto que, para além das interpretações, exigiu descrições, análises e comparações. Assim, a fim de obter

uma visão mais sistêmica do processo de pesquisa, optei por um estudo do tipo exploratório, descritivo e interpretativo, adotando como procedimentos metodológicos a coleta de dados em quatro etapas encadeadas, com a finalidade de discutir as variáveis psicopolíticas e estratégicas adotadas pelos CG e suas redes de ação no que tange à consciência e participação política.

Preliminar ao trabalho de campo foi feita a revisão de pesquisas e dados secundários já produzidas na região sobre CG das UC. A segunda etapa transcorreu por meio do fluxo de dados primários, mediante o procedimento metodológico de elaboração de mapas falados pelos conselheiros integrantes dos CG. A terceira etapa consistiu na pesquisa de questionários (Apêndice 01) junto aos gestores, com base nas dimensões do Modelo de Consciência Política. (SANDOVAL, 1989, 1994, 2001, 2016). A quarta etapa se deu por meio de análise documental e outras informações registradas em Diário de Campo, oriundas de observações durante as reuniões dos CG. Um maior detalhamento sobre a metodologia utilizada, procedimentos e análise dos dados está presente na quarta seção desta dissertação.

Cabe ressaltar que a metodologia aplicada também será empregada no artigo de Santos e Hernandez (2019) “Consciência e Ação Política em Rede: uma proposta interdimensional para o Estudo dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação dos Campos de Cima da Serra/RS” que submeteremos a um periódico científico após a defesa pública da dissertação. Por essa razão, muitas citações foram colocadas em primeira pessoa do plural, porém a dissertação foi elaborada por mim enquanto mestranda.

A fim de garantir o cumprimento das exigências éticas, científicas e legais fundamentais à defesa dos interesses dos participantes houve autorização de participação dos conselheiros, dos gestores e dos responsáveis pela administração das UC por meio do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (Apêndice 02), além da aprovação prévia (Apêndice 03) pelos responsáveis pelas UC, conforme requerido pela Lei Federal nº 9.985/2000 e, neste caso, executado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente (SEMA) e as gestoras das unidades, as quais também têm o papel de presidentes dos respectivos conselhos.

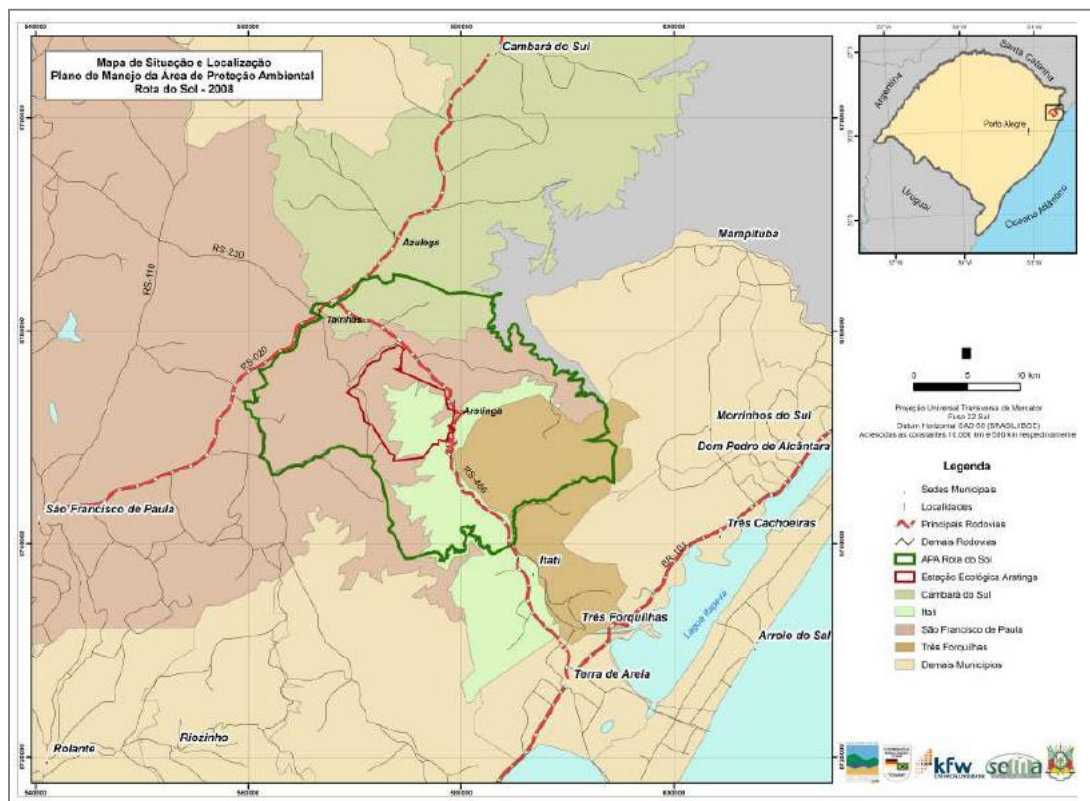
A escolha dos conselhos participantes foi intencional, pois o estudo estava bem direcionado à Área de Proteção Ambiental Rota do Sol⁵ (APA) e à Estação Ecológica

⁵ Utilizaremos a sigla APA para designar a Área de Proteção Ambiental Rota do Sol desse ponto em diante.

Estadual Aratinga⁶ (ESEC), as quais estão geograficamente próximas, além de possuírem similaridades nas adversidades políticas locais e nos interesses coletivos plasmados em rede.

A ligação geográfica das UC se dá devido a ESEC estar localizada no centro da APA e corresponder à sua Zona de Proteção Integral, ambas situadas na região Nordeste do Rio Grande do Sul. As unidades pesquisadas são duas das três UC administradas pela sede conjunta da Secretaria do Meio Ambiente do Estado (SEMA), em São Francisco de Paula (SFP), conforme a Figura 1:

Figura 1 – Mapa de localização da APA Rota do Sol e ESEC Aratinga.



Fonte: Rio Grande do Sul, 2008 b. in MARQUES, 2015.

A superfície da APA compreende parcialmente quatro municípios do estado: Cambará do Sul, Itati, Três Forquilhas e SFP. A área total da APA é de 54.670,5 hectares, sendo aproximadamente de 5.882 hectares centrais destinados a ESEC que se situam nos municípios de SFP e Itati. As UC se inserem totalmente no Bioma Mata Atlântica, onde a APA destaca-se por ser a maior UC do bioma no estado, entre as

⁶ Utilizaremos a sigla ESEC para designar a Estação Ecológica Estadual Aratinga desse ponto em diante.

regiões dos Campos de Cima da Serra e Litoral Norte Gaúcho. (KRONBAUER e BUFFON in PRINTES, 2012). Os planos de manejo da APA e da ESEC foram homologados respectivamente pelas portarias SEMA nº 22, de 29 de maio de 2009 e nº 091, de 11 de dezembro de 2008.

Dentre as peculiaridades locais, a pecuária é uma das atividades características da região, além de ser uma das principais fontes econômicas realizadas pela população local, aliada à agricultura e à silvicultura de pinus (*Pinus Taeda*).

O principal objetivo da APA, segundo seu plano de manejo e o decreto de criação é proteger os recursos hídricos ali existentes (principalmente as nascentes dos rios Tainhas e Três Forquilhas). A APA está inserida na região fisiográfica dos Campos de Cima da Serra (SFP e Cambará do Sul) e do Litoral (Itati e Três Forquilhas), além de estar situada numa região que possui limites topográficos entre quatro grandes bacias hidrográficas, sendo duas as da Região Hidrográfica do Guaíba (Sinos e Taquari-Antas) e as outras da Região Hidrográfica do Litoral (Tramandaí e Mampituba).

Seus principais objetivos se relacionam à conservação das áreas dos campos caracterizados como Savana Gramíneo-Lenhosa, à promoção da recuperação das áreas com Floresta Ombrófila Mista e Floresta Ombrófila Densa, à promoção da preservação e da conservação da fauna silvestre, além de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional, assim como de funcionar como zona de amortecimento da ESEC, conforme citado anteriormente. Essa, por sua vez, se destina à proteção das belezas e recursos naturais, em especial à flora e à fauna, à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, à proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação ambiental, como instituído em seu decreto de criação.

Dessa forma, pela sobreposição de áreas e assuntos eminentes na região, os CG formaram uma composição única aos dois conselhos, formados por entidades que possuíam interface com ambas as Unidades. Porém, para atender o operador legal, o órgão gestor optou por formar dois conselhos (em processos administrativos independentes), mas com a mesma composição. Este processo de formação desenvolveu-se ao longo de três anos e em 2012, as Portarias SEMA nº 37 e 38 criam, respectivamente, o Conselho Consultivo da ESEC e o Conselho Deliberativo da APA Rota do Sol.

Neste panorama dos CG das UC, os processos de participação política e de inclusão social, a promoção da participação e o exercício na gestão das áreas protegidas para o desenvolvimento sustentável são essenciais à concepção e gestão de uma UC. O Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza⁷ (SNUC), instituído em 2000 pela Lei Federal nº 9.985/2000, divide as unidades em Unidades de Proteção Integral que objetivam preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, como ocorre na ESEC, em Unidades de Uso Sustentável que objetivam compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, no caso da APA.

Além disso, o SNUC tem como diretriz assegurar a participação efetiva das populações locais na criação, implantação e gestão das CG estabelecendo que:

[...] busquem o apoio e a cooperação de organizações não governamentais, de organizações privadas e pessoas físicas para o desenvolvimento de estudos, pesquisas científicas, práticas de educação ambiental, atividades de lazer e de turismo ecológico, monitoramento, manutenção e outras atividades de gestão das unidades de conservação [...] (BRASIL, 2000).

Gohn (2001) aborda essa modalidade de organização e participação política dos conselhos como a grande novidade nas políticas públicas no Brasil ao longo dos últimos anos. Os CG possuem caráter interinstitucional, tendo o papel de instrumento mediador na relação sociedade e estado, inscritos na Constituição de 1988, na qualidade de instrumentos de expressão, representação e participação da população. De fato, sabemos que essa Constituição adotou como princípio geral a cidadania e previu instrumentos concretos à promoção da democracia participativa.

Ainda segundo a autora, os CG são instrumentos de expressão, representação e participação atuais, pois eles possuem potencial de mudança política. Caso sejam efetivamente representativos, poderão imprimir um novo formato às políticas sociais, uma vez que convergem com processos de negociação, definição de agendas, formulação de políticas, tomada de decisões e como dispositivos de monitoramento e revisão de políticas públicas. Assim, podemos dizer que com os conselhos se alcança uma nova institucionalidade e governança pública.

Convergindo com a abordagem de Gohn (2001), os autores Castro e Moura (2009) citam os CG como uma esfera política para articulação e discussão do

⁷ Utilizaremos desse ponto em diante a sigla SNUC para designar o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

funcionamento das UC e fazem parte da estrutura administrativa das UC, devendo integrar sua composição, parceiros que contribuam para a consolidação das mesmas.

Para tanto, a dissertação foi estruturada em cinco sessões, em que primeiramente apresento a introdução, a fim de contextualizar o tema e os campos de estudo à abordagem empregada ao uso do Modelo de Consciência Política como teoria chave de análise, além da metodologia aplicada. A segunda parte é uma seção dedicada à revisão teórica, aos operadores conceituais, com abordagem de alguns conceitos teóricos relevantes ao estudo e ao campo da Psicologia Política. Ainda nessa seção é apresentado e discutido o Modelo de Consciência Política, a partir dos estudos de Sandoval (1989, 1994, 2001, 2016), a fim de atender as análises e discussões das dimensões da CP no viés dos CG. Continuadamente, abordo uma discussão sobre Estado, poderes legal, local e múltiplo, as políticas públicas e suas implicações ao estudo dos CG.

Na terceira seção trago as discussões frente às análises oriundas dos fluxos de dados, dividida em três “categorias” ou “eixos analíticos”: 1º Descortinando as relações de força entre os diferentes poderes; 2º Análise das Dimensões da Consciência da Participação Política; 3º Percepções do percurso para além dos instrumentos metodológicos, a fim de discutir as dimensões de consciência e participação política e as estratégias de ação adotadas pelos CG das UC.

Por fim, formulo uma seção integrativa, onde discuto as correlações entre os resultados e as considerações finais da dissertação, retomando os principais achados e apresentando as ações de fortalecimento das ações políticas e estratégias que potencializem a participação política, sendo sucedida pelos apêndices, referências e anexos.

Num horizonte em perspectiva, espero que esta pesquisa possa trazer elementos teóricos, metodológicos e analíticos à novas investigações que tenham a consciência e a participação política como focos de análise.

II REVISÃO TEÓRICA E OPERADORES CONCEITUAIS

Ao aprofundarmos nessa pesquisa a perspectiva de ações políticas em rede, é necessário destacarmos, parafraseando Morigi (2016), a abertura de instâncias de diálogo, tanto políticas quanto sociais, discutindo e construindo uma nova definição de cidadania e democracia, uma sociedade mais sustentável, por meio da latente mudança social.

Em outras palavras, fazendo cumprir o viés constitucional de 1988 como alicerce da democratização. Sendo este o dispositivo democrático para o estabelecimento de gestão de políticas públicas, em particular nos CG das UC, como espaços para a realização de políticas, de controle, de planejamento e da supervisão dos planos, programas e projetos. Também, pela sua criação ser agente da garantia dos direitos sociais e individuais, de desenvolvimento, equidade e justiça como valores soberanos de uma sociedade pluralista e que valoriza a diversidade como uma riqueza humana.

Pensando nas concepções teóricas para essa pesquisa que busca analisar as dimensões de consciência e participação política e as estratégias de ação adotadas, este estudo apresenta e discute alguns operadores conceituais chaves para a discussão e posterior análise dos dados emergentes dos campos de estudo:

1. O campo interdisciplinar da Psicologia Política, da perspectiva de sua evolução que retoma elementos conceituais da Psicologia Social, mas que transcende ao integrar conteúdos teóricos, metodológicos e temas de natureza política abordados em outras disciplinas.
2. Consciência e Participação Política, a partir da síntese proposta pelo Modelo de Consciência Política de Salvador Sandoval (1989, 1994, 2001, 2016).
3. Estado, Políticas Públicas e CG, evidenciando o ambiente, a participação da sociedade e Estado na gestão destas áreas, apesar dos seus distintos entendimentos e significados.

2.1. O campo da Psicologia Política

Ao longo de minha trajetória até ser mestranda no PPGAS, não vislumbrava o campo da Psicologia Política, sequer conhecia a formulação do campo e seus temas,

sendo meu conhecimento quanto à “política” muito atrelado aos saberes do senso comum e como expectadora dos movimentos partidários e eleitorais. Assim, quando fui apresentada à Psicologia Política um novo universo de conhecimentos e algumas respostas a alguns anseios, por uma sociedade mais sustentável e democrática, adentraram minha visão de sociedade e de mundo. Passei a perceber a política e, mais especificamente a Psicologia Política sem rótulos, mas enquanto elemento da interdisciplinaridade, que acredito ser um norte educacional positivo.

Antes de começar a discussão que proponho abaixo, penso que cabe situar um marco importante do meu recente “encontro” com a área da Psicologia Política. Pude participar da disciplina eletiva "Psicologia Política, Ação Pública e Mudança Social" durante meu percurso no PPGAS, esta que foi a terceira turma ofertada dessa disciplina no Brasil. Nesta oportunidade, as professoras Patrícia Binkowski e Aline Hernandez, em conjunto com o professor convidado da Escola de Artes, Ciência e Humanidade da Universidade de São Paulo (USP), Alessandro Silva, nos proporcionaram a compreensão e discussão da Psicologia Política e da Ação Pública tais quais os modos como uma sociedade constrói e qualifica problemas coletivos e elabora respostas, conteúdos e processos para abordá-los, conduzindo (ou não) à mudança social. Os modos como se percebem os problemas, os agentes nele implicados, a complexidade da vida social e seu governo e, nessa perspectiva, as políticas públicas passam a ser decorrência da ação pública. Desta forma, a compreensão do campo da Psicologia Política tornou-se um operador conceitual significativo quando busco analisar as dimensões da consciência e da participação política e as estratégias de ação adotadas pelos CG duas UC estudadas nos Campos de Cima da Serra, RS.

O campo da Psicologia Política se interessa em estudar os fenômenos e comportamentos políticos, as arenas de disputa e conflito entre elites políticas e minorias sociais, movimentos sociais, sujeitos e grupos em ações coletivas com foco nas relações de poder e status político. É, ainda, uma área com abordagem interdisciplinar em interface com outras áreas das Ciências Humanas e Sociais. (SILVA, 2012).

O termo "Psicologia Política" foi primeiramente utilizado por Victor de Britto, no início do século XX, considerado pioneiro no campo no Brasil. Seus estudos relativos à Revolução Federalista foram registrados na obra “Gaspar Martins e Júlio de Castilhos: Estudos Críticos de Psychologia Política” (1908), marcada pelo enfoque nas

questões das “personalidades políticas” dos dois líderes, ao analisar o poder da influência nas questões políticas (SILVA, 2012). Mais tarde, após a Revolução de 1930, influenciado por uma visão nacionalista, modernizadora e desenvolvimentista da ação do Estado, Oliveira Vianna publicou em seus livros caminhos para uma discussão sobre a constituição do homem atravessada pela política, fazendo do agir humano um agir psicopolítico. (SILVA, 2012).

Silvia Lane, pioneira intelectual da Psicologia Social Comunitária, se preocupou com os problemas emergentes nas comunidades favelizadas e desfavorecidas, com os fenômenos grupais e se comprometeu teoricamente com a produção de “uma” Psicologia Política a partir da leitura psicossocial da realidade, essencialmente anticolonialista. Segundo Silva (2012), fazer ‘psi’ proposto por Lane rompe com a ideia de neutralidade, herdada do Funcionalismo norte-americano e assume a prática psicológica como um fazer psicopolítico comprometido com os problemas oriundos da realidade, *práxis* considerada base da Psicologia Política.

Assim, a visão interdisciplinar na compreensão dos fenômenos não perde de vista o caráter do compromisso social que marca os posicionamentos inerentes ao campo, dada a influência que a Psicologia Social e Comunitária possuiu na constituição da área dentro da América Latina (ROSA, 2015). Nesse viés, Silva (2012) ainda informa que um dos principais autores em pensar a Psicologia Política no Brasil é Salvador Sandoval, mediante seus estudos da Psicologia Política dos Movimentos Sociais, tendo como sua base a Sociologia, a Psicologia Social, a Política e a História.

A fim de investigar a consciência, participação e ações políticas que os CG elaboraram para a promoção da participação política nas esferas das UC se faz necessária essa discussão sobre o campo da Psicologia Política.

Seguindo essa perspectiva, antes de mencionar o caráter interdisciplinar da Psicologia Política é importante situar o campo como lócus de discussão e análise dos comportamentos e fenômenos políticos. Desse modo, as dimensões das cognições, das emoções, das motivações vinculadas à política tem um lugar especial. A interdisciplinaridade se situa na interface do campo com a Sociologia, Economia, Educação, Psicologia, Filosofia e outras áreas que trazem contribuições à compreensão dos comportamentos, das ações e relações vinculadas aos fenômenos e fatos políticos.

O viés da Psicologia Política que adotamos nesta pesquisa emerge em um campo interdisciplinar, que transcende a Psicologia Social ao integrar conteúdos

teóricos, metodológicos e temas de “natureza” política que vem sendo abordados em outras disciplinas. (ESPINOSA in SOARES e CORRÊA, 2015, p. 8).

Enrique Dussel, em na sua obra “20 Teses sobre Política” traz uma abordagem do pensamento social latino-americano sobre o campo político que vai ao encontro da interface da Psicologia Política a qual discutimos aqui:

O campo é esse espaço político de cooperação, coincidências, conflitos. Não é portando, a estrutura passiva (do estruturalismo), se não um âmbito de interações, que não só se distingue da lógica da mecânica cartesiana, newtoniana ou einsteiniana, mas aproxima-se mais da lógica da termodinâmica, da teoria da complexidade⁸, com relações bifurcadas (ou plurifurcadas) de causa-efeito não lineares. (DUSSEL, 2007, p.19).

Ao longo das últimas décadas, a academia como lócus de produção de saberes, vem se dedicando ao trabalho de investigação psicopolítica, fornecendo elementos para uma proposta interdisciplinar que traduza as necessidades emergentes da produção de temáticas sociopolíticas do nosso palco latino-americano. Conforme Silva (2012), o mecanismo de ação política, na perspectiva de Dorna (2004, 2007), se articula à compreensão interdisciplinar que poderíamos denominar psicopolítica, pois familiariza questões subjetivas e objetivas, tendo em foco aspectos individuais e coletivos de fenômenos e comportamentos políticos referentes aos processos de negociação.

Ainda segundo Silva (2015), a Psicologia Política integra um campo ativo e transmutável, sagaz, que se produz na fertilidade interdisciplinar e se alicerça com abertura de instâncias de diálogo entre os diversos saberes sobre os fenômenos coletivos e suas complexidades, mas que, sem dúvida, enaltece a imprescindível mudança social.

Em consonância com essa ideia de Silva (2016), Hernandez e Scarparo (2014) enfatizam que a Psicologia Social, área com forte interface com a Psicologia Política, coloca no panorama as questões históricas, contextuais e possibilita o entendimento da configuração social e as determinações políticas que hoje conhecemos, permitindo que alguns saber se constituam (e outros não), seguidos de seus objetivos práticos. Em virtude destes saberes, estas questões estabelecem marcadores para a

⁸ Teoria criada pelo antropólogo, sociólogo e filósofo francês Edgar Morin. Também chamada apenas de “complexidade”, de “pensamento complexo” ou até de “epistemologia da complexidade” é então uma noção, um pensamento filosófico e epistemológico que tem como grande pilar estruturante a transdisciplinaridade. A complexidade busca conceber uma visão conjunta entre as diversas áreas de estudo para pensar, de forma questionadora, com um olhar inquiridor, a natureza, a realidade, a vida, o mundo. (SILVA, 2011).

compreensão sociocultural e política aos processos de construção de determinados e diferentes saberes e de seus impactos na vida humana, em múltiplas disciplinas. Desdobra-se, assim, possibilidades de questionamentos, problematizações e transformações teóricas e metodológicas em diferentes áreas do saber e do agir humano.

Trazendo a perspectiva axiológica⁹, segundo Nogueira (2012) entendemos como Psicologia Política os estudos e aprendizados que procuram entender os elementos subjetivos da história, abrindo um leque aos enquadramentos teóricos frente a inquietação dos fenômenos produzidos nos campos relacionais entre os indivíduos na realidade em que estão lançados.

Ainda segundo a autora, a psicologia comprometida eticamente com a subjetivação/objetivação deve salientar o papel ativo nas inovações democráticas e na urgente mudança que pode ampliar a participação social. Contudo, não há garantias quanto à representatividade dessa participação e inclusive, as decisões e implementações das mesmas não podem ser asseguradas. Além disso, a ampliação da participação, que conhecemos como democracia participativa se dá pelo investimento e articulação entre diversos atores.

Sob um viés nexialista¹⁰ e ancorados na linha interdisciplinar da Psicologia Política e na construção de uma sociedade mais democrática alicerçada à sustentabilidade, é possível dizer que a Psicologia Ambiental (GÜNTHER,2005) é o estudo das relações entre os fenômenos psicológicos e variáveis ambientais, dos campos de estudos da psicologia, de um lado e, do outro, os ambientes naturais como os estudados e promovidos nas UC.

As confluências entre Psicologia e Política tem transcorrido em um terreno de inquietação, forjado em uma estância de debate consensuado entre as questões explícitas (objetivos) e as questões latentes (subjetivas), que ambas estejam compreendidas por distintas linhas teóricas e, portanto, elementos do coletivo, do discurso, das ações políticas e das representações que constituem antagonismos políticos no campo social. (SILVA, 2015).

⁹ Perspectiva da filosofia que estuda os valores. É relativamente recente na história do conhecimento filosófico, pois data da segunda metade do século XX, quando o valor passou a ser percebido como ente independente da “coisa valiosa”. É importante ressaltar que, na atualidade, uma das principais discussões da Axiologia é acerca da natureza do valor (NOGUEIRA,2012).

¹⁰ A definição de nexialismo é integrar de maneira sinérgica, complementar e sequencial as várias disciplinas que compõem o conhecimento humano de modo que as “coisas” e atividades façam nexo ente si (LONGO, 2014).

A Psicologia Política vem sendo compreendida por nós como uma encruzilhada de campos de conhecimento, apoiando-se na interdisciplinaridade como um de seus aspectos centrais e debruçando-se sobre distintos objetos como os retratados aqui, tais como relações de poder e instituições totais; valores democráticos e autoritarismos, participação social e políticas públicas. (SILVA, 2015).

Enfim, é possível constatar que conhecer a Psicologia Política enquanto ciência interdisciplinar é considerá-la como um viés das Ciências Sociais e que concebe temas de predileção às questões das multidões e dos movimentos sociais. (SANDOVAL & SILVA, 2016). Por essas razões, também se pode compreender, a partir dos conceitos, que a Psicologia Política parte de avaliações subjetivas e objetivas, para então compreender os aspectos individuais e coletivos de fenômenos políticos. Sob essa ótica, é importante reconhecer como a consciência e participação política exercem um papel significativo neste campo dinâmico.

2.2. Consciência e Participação Política

Ao tratar a mudança social como objetivo central de qualquer movimento admitimos que a participação é entendida como uma modalidade de comportamento coletivo em relação a um problema que exige ações conjuntas. (HERNANDEZ e LÓPEZ, 2007, p.4).

Quando analisada a participação social pela perspectiva de ação política, é possível perceber barreiras que atravancam a resolução de problemas e conflitos locais. Segundo Hernandez e López (2007, tradução nossa), quando nos referimos aos processos de mobilização e influência política, cabe atentar e focar aos esquemas de injustiça, identidade coletiva e expectativas de êxito e eficácia do projeto político elaborado.

Injustiça: a privação de certos direitos que o indivíduo acredita que lhe pertencem; Identidade: o sentimento de identificação mútua que existe entre os que compartilham um mesmo sentimento de justiça; Eficácia: crença de que uma situação de injustiça pode mudar através da ação e de sua participação. (HERNANDEZ e LÓPEZ, 2007, p.4).

As inovações políticas latentes na conjuntura atual decorrem do sentimento que cresce em relação à necessidade de mudança, tornando impostergável o processo de mudança social, a mudança de modelos, ou melhor, o rompimento de paradigmas, que pode ser tangível por meio de uma revolução científica tanto quanto política.

Segundo Sandoval e Silva (2016), a consciência política é arquitetada e constituinte da cultura política, por meio de tradições que convergem seus objetivos

em questões ideológicas que forjam os sujeitos. Assim, torna-se instrumento de ações coletivas e significância cultural no sistema de cada sujeito ou grupo social e se expressa em seus discursos. Os autores trazem a perspectiva de William A. Gamson, que “aponta para o fato de que o comportamento consciente de cada sujeito se dá por meio de relações sociais que ele constrói em seu cotidiano no mundo exterior”. (SANDOVAL e SILVA, 2016, p.30).

Contudo, a proposta de Modelo da Consciência Política apresentada por Sandoval é entendida como fundamento chave para analisar tanto a mobilização como a desmobilização individual e coletiva. Assim dois conceitos importantes são definidos por Sandoval:

[...] consciência é um conceito psicossocial referente aos significados que os indivíduos atribuem às interações diárias e acontecimentos em suas vidas [...] A consciência não é um mero espelhamento do mundo material, mas antes a atribuição de significados pelo indivíduo ao seu ambiente social, que servem como guia de conduta e só podem ser compreendidos dentro contexto em que é exercido aquele padrão de conduta. (SANDOVAL, 1994, p.59).

Sandoval esclarece, ainda, que a predisposição à ação é substancial à formulação e à participação em ações coletivas:

Além disso, a compreensão de como certas ações individuais ou coletivas ocorrem ou deixam de ocorrer não é apenas a questão de circunstância histórica ou da percepção do indivíduo de sua realidade social, mas também do repertório disponível de ações possíveis e da legitimidade atribuída às mesmas por seus atores. É nessa terceira acepção que sentimos a necessidade de agregar a “predisposição para ação” às outras dimensões de consciência política. (SANDOVAL, 1994, p.68).

Assim, a CP busca delinear as interrelações entre conteúdos sociocognitivos e sentimentos emotivos em cada dimensão da consciência política. As ações políticas necessitam de um exame cuidadoso para ligar as visões societais às alternativas comportamentais possíveis e implícitas em situações específicas de relações de poder. (SANDOVAL, 1994, p.68).

Para Sandoval, um dos eixos prioritários de análise é a consciência e a participação política, fenômenos do grande campo do comportamento político. O Modelo de Consciência Política proposto pelo autor em 1994 articula diferentes compreensões da participação política, desenvolvendo uma conceituação de consciência baseada em categorias psicopolíticas que não ignoram o que chamou de “vontade de agir coletivamente”.

Para o autor, a consciência política refere-se à politização e às ações politizadas dos sujeitos, além do desenvolvimento consciente do caráter político, que não necessariamente implica no sujeito politizado. (SANDOVAL & SILVA, 2016).

Em 1994 Sandoval propôs seis dimensões ao Modelo de Consciência Política que possibilitam diferentes dinâmicas da consciência política, a saber: Crenças e valores societais, Identidade coletiva, Interesses antagônicos, Eficácia política, Metas e ações do movimento social e Vontade de agir coletivamente. Tais dimensões trazem à tona os aspectos identitários, a cultura elaborada, compartilhada e expressa socialmente, as crenças internalizadas e as percepções do contexto político, cuja articulação é atravessada pelas experiências dos sujeitos em diferentes contextos sociohistóricos. (SANDOVAL & SILVA, 2016).

Crenças e valores societais é a dimensão referente tanto às crenças relacionadas à cultura política hegemônica, quanto às elaboradas a partir das experiências vividas no contexto social. Entende-se que a identificação grupal interfere e participa no processo de percepção do sujeito sobre seu campo social.

Identidade coletiva é a dimensão relacionada aos sentimentos de pertença, lealdade, compartilhamento e solidariedade nos grupos sociais. A partir dos diversos componentes da identidade grupal que os sujeitos compartilham e internalizam, o processo de escolha de um grupo ou categoria social para agir politicamente encontra-se num patamar diferente de identificação, dada sua importância na orientação individual e coletiva na ação política. (SANDOVAL & SILVA, 2016).

A dimensão "Interesses Antagônicos" se relaciona aos sentimentos e interesses dos sujeitos em oposição aos sentimentos e interesses de outros sujeitos, grupos e/ou instituições. A percepção e identificação de interesses antagônicos, bem como das adversidades nas arenas de conflito e disputa, impulsiona a vontade e a potência das ações e auxilia na formação de um sentimento identitário entre aqueles que se percebem afetados, envolvidos na mesma situação ou contexto político. (SANDOVAL & SILVA, 2016).

A dimensão da "Eficácia Política" se embasa na Teoria da Atribuição de Hewstone (1989) e indica a crença, a aposta no projeto político em curso, com vistas à mudança social. Nesse âmbito, acreditar que o projeto estabelecido pelo grupo trará resultados esperados é essencial para seguir engajado. Essa dimensão influi sobremaneira à motivação e decisão de participar e sugere três possíveis tipos de interpretações acerca das causas dos acontecimentos psicopolíticos. O primeiro se

refere às forças transcendentais ao sujeito fora do seu campo de controle, como desastres naturais, crença em intervenções divinas etc. Quanto mais intensa a crença no determinismo externo, mais intensos serão os sentimentos de baixa eficácia política, produzindo conformismo ou, mesmo, uma espécie de fatalismo. (SANDOVAL & SILVA, 2016). O segundo é relativo ao próprio sujeito e seus entendimentos no que tange as potências e limitações de si mesmo em lidar com um acontecimento, levando-o a engajar-se em resoluções individuais para conflitos sociais. Sentimentos de autoculpabilização, derivados da falha em atingir a mudança social a partir de suas próprias ações, podem ser derivados da angústia social percebida. O último é derivado de outros sujeitos ou grupos. Esse tipo permite atribuir a angústia social percebida a ações externas ao sujeito e/ou grupo, porém passível de mudança social. Neste caso, o sujeito pode tornar-se um ator social ao engajar-se e participar em ações que possam concretizar interesses de mudança. (SANDOVAL & SILVA, 2016).

“Metas e ações do movimento social” referem-se à percepção do sujeito sobre seu grupo de ação social, além da identificação com pautas e estratégias dos movimentos, considerando também os interesses materiais e simbólicos dos sujeitos, os sentimentos de injustiça despertados pelos campos opostos, adversidades identificadas ou “adversários” percebidos. A própria estruturação dos grupos e movimentos se relaciona a outros componentes da consciência política. (SANDOVAL & SILVA, 2016).

Os autores ainda estabelecem que última dimensão refere-se à “Vontade de agir coletivamente”, que abarca a percepção do sujeito sobre as condições para sua participação, que se relaciona com sua decisão de agir em coletividade. Três aspectos ganham foco no condicionamento dessa vontade: o primeiro se refere à relação de ganhos e perdas na manutenção da lealdade com os sujeitos do grupo; o segundo, aos investimentos percebidos em sua participação em ações coletivas; e o terceiro, à avaliação das consequências de seu envolvimento em determinada ação. (SANDOVAL & SILVA, 2016).

Em sua reformulação do Modelo de Consciência Política em 2005, Sandoval propôs um protagonismo maior às emoções, que são compreendidas como a matéria-prima no processo de tomada de consciência política. As emoções se ancoram em conteúdos elaborados pelo sujeito no processo de registro da sua experiência psicopolítica, às relações afetivas envolvidas no conflito, nas lutas e negociações e tornam-se transversais às dimensões da participação política. Algumas propriedades

e intensidades das emoções atuam diretamente no processo de conscientização: os sentimentos são significantes (significam os eventos e sujeitos frente ao “eu”) e auto-significantes (significam o “eu” frente aos eventos e sujeitos), atribuindo valores às experiências e ressignificando constantemente o universo simbólico do sujeito. (SANDOVAL & SILVA, 2016).

Figura 2 - Modelo Conceitual da Consciência Política



Fonte: Sandoval e Silva, 2016, p.48.

O Modelo de Consciência Política de Sandoval, como apresentado na Figura 2, é um arranjo multidimensional composto de sete dimensões distintas que, juntas, compõem o grupo de representações que conformam a propensão de cada sujeito, na sociedade que está inserido, para o envolvimento em ações políticas e coletivas, enquanto ator político. (SANDOVAL in SOARES e CORRÊA, 2015, p.201).

Ainda segundo o autor quando analisamos cada dimensão, surgem algumas percepções à luz das transformações no círculo entre as relações sociais e as estruturas sociais, implicando nas propensões que cada indivíduo busca para agir em seus próprios interesses. Diante disso, abordaremos aqui cada uma das dimensões do CP, partir da última publicação do modelo em 2016.

A *identidade coletiva* constitui, juntamente com o conjunto de crenças, a cultura e as experiências vividas pelos sujeitos. Representa os sentimentos de pertença e identificação de uma pessoa com um ou mais grupos e categorias sociais. Refere-se à forma como os indivíduos estabelecem uma identificação psicológica de interesses e sentimentos de solidariedade e pertença para com grupos específicos que

constituem os atores coletivos no cenário político. (SANDOVAL in SOARES e CORRÊA, 2015, p.201).

O princípio da identidade se refere à “natureza” coletiva subjacente à ação dos movimentos, à elaboração de um sentimento comum pelos membros do grupo. (RASCHKE, 1994; DIANI, 1992). A identidade é a compreensão de ser e pertencer, ou seja, além de ser um conceito, se desdobra um fator que integra, se edifica na ação social. Assim abre-se uma janela para percepção do “real” como um campo de enfrentamentos, construído por diferentes sujeitos, movimentos, grupos e agentes sociais. (HERNANDEZ e LÓPEZ, 2007).

São componentes complementares à identidade coletiva a dimensão de “*crenças e valores sociais*”, que se referem àqueles valores e crenças que as pessoas elaboram sobre suas sociedades, as relações de poder, os conflitos etc. Consiste das crenças, valores e expectativas que uma pessoa desenvolve com respeito à sua sociedade e se expressa, mais explicitamente, pelas noções de ideologia política e pela visão de mundo do indivíduo. Embora essas representações sobre a sociedade sejam expressas individualmente, elas são produto das interações e experiências que os indivíduos têm com os vários grupos, instituições e contextos ao viver em sociedade. (SANDOVAL in SOARES e CORRÊA, 2015, p.201).

Por *identidade coletiva*, Sandoval define aquela dimensão da consciência que se relaciona com sentimentos de pertença e participação em grupos sociais, uma das bases da solidariedade. Abarca, ainda, os interesses simbólicos e materiais que uma pessoa ou grupo formulam em oposição aos interesses de outros grupos e em que medida os interesses antagônicos levam à concepção da existência de adversários coletivos na sociedade. (SANDOVAL in SOARES e CORRÊA, 2015, p.201). Assim, a dimensão *interesses antagônicos e adversários* refere-se aos sentimentos do indivíduo em relações aos seus interesses simbólicos e materiais em oposição aos interesses de outros grupos.

Eficácia política é a dimensão que trata dos “[...] sentimentos de uma pessoa acerca de sua capacidade de intervir em uma situação política”. (SANDOVAL, 2001, p. 188). Bastante relacionado a essa dimensão está a quarta dimensão da consciência política: o sentimento de eficácia política. Por eficácia política entendemos os sentimentos de uma pessoa sobre sua capacidade de intervir numa situação política, seus investimentos no projeto político, sua capacidade de participação (SANDOVAL in SOARES e CORRÊA, 2015).

Finalmente, o princípio da eficácia é apoiado pela formulação de um projeto de mudança social e na capacidade de gerar, através dele, participação ativa. Ao admitir que a aspiração básica dos movimentos seja transformar ou resistir a certos aspectos da estrutura social, a crença de que através de um projeto coletivo se pode alcançar mudanças estruturais é essencial para alcançar processos de participação política. Como já dissemos, para que as condições e desvantagens estruturais sejam transformadas em potencial de ação é necessário que as pessoas atribuam um significado a essas condições (interpretação da realidade) e desenvolvam a convicção sobre a necessidade, legitimidade e a possibilidade da mudança social pretendida (KLANDERMANS, 1994; SABUCEDO, 1990; SNOW e BENFORD 1988, 1992).

Sentimentos de justiça e injustiça constituem a dimensão da consciência política que compreende as formas como os arranjos sociais, em termos de sentimentos de reciprocidade social entre os atores, são considerados pelo sujeito. Conseqüentemente, ao analisar o que as pessoas dizem sobre sua participação nos movimentos sociais, sempre se encontram embutidas suas representações, referências às noções de injustiça como uma maneira de legitimar suas queixas e identificar as adversidades.

A *vontade de agir coletivamente* é uma dimensão mais instrumental que corresponde à compreensão do indivíduo sobre as circunstâncias organizacionais e contextuais dadas para que ele consiga participar. Ponderando a predisposição do indivíduo para assumir um conjunto de ações coletivas como uma maneira de procurar reparar as injustiças cometidas contra ele e seu grupo. (KLANDERMANS, 1992).

As *metas e ações do movimento social* denotam a intensidade com que os participantes percebem a correspondência entre as estratégias de ação, as metas do movimento e seus sentimentos de eficácia política. Trata-se da vinculação entre as percepções de injustiça e das adversidades, os interesses individuais e coletivos e a formulação de um projeto de ação política. (SANDOVAL in SOARES e CORRÊA, 2015).

Essa última dimensão, em conjunto com as outras dimensões da consciência política, afeta as percepções das características da organização do movimento a fim de construir uma predisposição psicopolítica para agir coletivamente. (SANDOVAL in SOARES e CORRÊA, 2015). Juntas, essas dimensões contribuem para a tomada de decisão do indivíduo denominadas escolhas informadas e significativas, na avaliação da organização do movimento social, de seus objetivos e estratégias e daquilo que é

percebido como forma relevante de ação coletiva dentro de certos limites situacionais e institucionais. (SANDOVAL, 2015).

Buscando um aperfeiçoamento do diagrama estabelecido por Sandoval, Puccini (2018) traz a proposta de uma mandala, vide Figura 3, em que as dimensões são ligadas formando um núcleo-tema, a partir da percepção das dimensões como camadas sobrepostas em que se forma um centro no qual todas as partes estão contempladas e relacionadas.

Figura 3 - Compreensão gráfica do Modelo para Análise da Consciência Política de Sandoval (1989, 2001, 2015), por Beatriz Puccini (2018).



Fonte: Puccini, 2018, p.70.

A autora traz uma perspectiva importante sobre as sete dimensões do Modelo de Consciência Política ao reconhecer que as mesmas são particularidades que levam ou não à participação e que ocorrem conectadas, mas que podem ser concebidas separadas ou conjuntamente a partir dos dados coletados e da realidade analisada.

Esta nova abordagem gráfica expressa a ideia das sete dimensões inter-relacionadas, de um desenvolvimento contínuo. O estudo realizado por Puccini (2018) demonstra a confluência entre as dimensões. A autora traz, ainda, a descrição de um possível movimento, referenciando o Modelo Atômico de Rutherford, com variações orbitais de cada dimensão, de modo que se evidenciam choques, fusões e mudanças.

A nova configuração proposta por Puccini (2018) traz a forma orbital que lembra uma ciranda, em que as dimensões parecem possuir movimento, não são estáticas, transmitindo a imagem da mutação constante da CP nas suas diferentes esferas de

atuação. Por essa razão, optamos por utilizar esse desenho gráfico para representar o modelo em estudo, como veremos mais adiante.

Neste cenário, a consciência e a participação política dos sujeitos se desenvolvem em um campo político de natureza interdisciplinar em relação com diferentes segmentos. A ação política dos CG nas UC faz interface com o Estado, com as políticas públicas e com os próprios CG. Dessa forma, a próxima subseção apresenta o processo de análise destes quanto às instâncias de diálogo promovidas entre as relações poder legal, poder local e poderes múltiplos.

2.3. Estado, Políticas Públicas e Conselhos Gestores

A democratização vivenciada no Brasil nas últimas três décadas, principalmente após a Constituição de 1988, criou os conselhos de políticas públicas como um espaço de participação da sociedade na definição das políticas públicas e de fiscalização das ações dos governos.

A existência dos espaços formais, institucionalizados dos conselhos não são sinônimo de efetiva participação social e/ou de que estes são espaços de definição das políticas públicas a serem efetivadas a partir da demanda da sociedade.

Parte-se da compreensão, já abordada anteriormente, de que a existência dos espaços institucionais dos conselhos é uma oportunidade política de participação social, mas que sua efetivação qualitativa está vinculada à decisão dos atores sociais em participar, em seu capital social e na cultura política formulada em sociedade, que permite uma participação relacional qualificada que não fique nos limites dos condicionantes institucionais.

Como aborda Cortes (2009), a existência de espaços públicos institucionalizados de participação é a condição necessária para que participantes se envolvam em suas atividades. A relação entre Estado e sociedade civil nos conselhos de políticas públicas é mais bem compreendida quando não atribuímos a predominância do Estado sobre a sociedade e nem considerarmos o Estado e a sociedade como dois polos monolíticos e dicotômicos, mas dentro de uma perspectiva relacional, compreendendo que há influência da institucionalidade, mas ao mesmo tempo, os atores sociais também tomam decisões a partir de interesses e objetivos próprios. Assim, o Estado pode ser pensado a partir de dois planos macroestruturais relacionados: o governo jurídico e suas instituições e a sociedade civil organizada, seja em movimentos sociais, conselhos, sindicatos, cooperativas, ONGs etc.

A atualidade traz uma nova perspectiva em que esses espaços públicos e institucionalizados de participação política tem estimulado o exame do papel que desempenham, tanto no que tange às decisões que ocorrem junto a diferentes níveis administrativos e órgãos do poder executivo federal, estadual, municipal e distrital, quanto na dimensão de suas vinculações com a capacidade organizativa do movimento sindical e popular no país. (BULHÕES, 2002 in CARVALHEIRO et al., 1992; CÔRTEZ, 1996; REIS; FREIRE, 2002; SANTOS JÚNIOR, 2001; TATAGIBA, 2002). Pesquisas e avaliações têm procurado descrever processos participativos em conselhos municipais particulares (AREOSA, 1999; BONFIM, 2002; CÔRTEZ, 2002; TATAGIBA, 2002, entre outros). Outros estudos buscam elaborar um panorama geral sobre os tipos de conselhos existentes, destacando suas características fundamentais, sua distribuição pelo país ou região e sua composição, considerando os segmentos sociais que os integram (CARVALHEIRO et al., 1992; CARVALHO, 1995; GOHN, 2001; IBAM et al., 1993; IPARDES, et al., 2001; SANTOS JÚNIOR, 2001). Os dois conjuntos de trabalhos formam um acervo de dados empíricos que têm subsidiado o debate acadêmico e político sobre o tema. Eles possibilitam a formulação de generalizações sobre o funcionamento e papel desempenhado pelos conselhos no contexto de cada área de política pública e nas transformações gerais que o sistema de proteção social brasileiro enfrentou na última década.

Para elucidar o papel que eles cumprem no contexto das políticas públicas setoriais, pode-se indagar em que medida e de que modo eles participam das decisões e como varia o nível de envolvimento de usuários em diferentes conselhos. A constituição de canais de participação, entretanto, não é garantia suficiente para que os participantes preferenciais se envolvam nas decisões políticas que ocorrem em determinada área da administração pública.

Uma das principais novidades trazida pelos conselhos de políticas públicas ao cenário político brasileiro foi a possibilidade de participação da sociedade civil nos processos de decisão política. A ocorrência de conflitos conhecidos e que existem nas UC são, primariamente, constituintes do processo de participação, de abertura de instâncias de diálogo e dão origem à necessidade de fóruns políticos, técnicos e acadêmicos de negociações e mediação de conflitualidades.

A discussão fundamental a respeito dos CG como canais de participação, como fóruns que promovem o diálogo entre os indivíduos e os poderes e também como instrumentos de mediação entre esses sujeitos, requer a compreensão do panorama

do cenário brasileiro do século XX, muito bem retratado por Gohn (2001) na Figura 4, a seguir.

Nesse contexto, a autora apresenta três tipos de conselhos: os criados pelo poder público nomeados conselhos comunitários, os criados pelo poder executivo designados conselhos populares e os chamados institucionalizados criados por leis, em que esse último é nosso campo de pesquisa. Na política pública, o CG é um direito institucional (legal), mas para que exista, depende da vontade de organização e participação da sociedade civil.

Figura 4 – Linha do tempo para o Panorama Brasileiro proposto por Gohn (2001)



Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Em termos históricos, os conselhos que se tornaram famosos foram: a Comuna de Paris, os conselhos dos soviets russos, os conselhos operários de Turim - estudados por Gramsci, alguns conselhos na Alemanha nos anos 1920, conselhos na antiga Iugoslávia nos anos 1950, conselhos atuais na democracia americana etc. Observa-se que, na modernidade, os conselhos irrompem em épocas de crises políticas e institucionais, conflitando com as organizações de carácter mais tradicionais.

Os anos 1980 trouxeram de volta ao cenário político brasileiro a temática dos conselhos sob nova polêmica. A conjuntura política do país demarcou o campo de debate em torno a duas propostas: como estratégica de governo, dentro das políticas

da democracia participativa; como estratégia de organização de um poder popular autônomo, estruturado a partir de movimentos sociais da sociedade civil.

Os conselhos populares foram propostas dos setores da esquerda ou de oposição ao regime militar e surgiram com papéis diversos tais como: organismos do movimento popular atuando com parcelas de poder junto ao executivo.

Os movimentos sociais de massa, não exclusivamente sindicais e nem exclusivamente político-partidários, foram elementos fundamentais para a construção dos conselhos populares representativos da população. Para os movimentos sociais, a constituição e participação em conselhos poderia significar um momento de organização e de direção das lutas políticas dispersas e fragmentadas. As conquistas parciais poderiam acumular-se em posições de poder e explicitar-se no conjunto do tecido social.

Os CG são importantes porque são fruto de lutas e demandas populares e de pressões da sociedade civil pela redemocratização do país. Por terem sido promulgados no contexto de uma avalanche de reformas do Estado, de caráter neoliberal, vários analistas e militantes de movimentos sociais descreditaram dos conselhos enquanto possibilidade de participação real, ativa, esquecendo-se de que eles foram reivindicados e propostos pelos movimentos em passado recente.

Os CG são diferentes dos conselhos comunitários populares, ou dos novos fóruns civis não governamentais, porque esses últimos são compostos exclusivamente por representantes da sociedade civil, cujo poder reside na força da mobilização e de pressão e, usualmente, não possuem assento institucionalizado junto ao poder público. Os CG são diferentes também dos conselhos de "notáveis" existentes em algumas áreas do governo - como educação, saúde, etc. - pelo fato de serem formas de assessoria especializadas e incidirem na gestão pública de modo indireto.

Acredita-se que os conselhos criam condições para um sistema de vigilância sobre a gestão pública e implicam maior cobrança de prestação de contas do Poder Executivo, principalmente em nível municipal. Por isso, certas questões são muito relevantes no debate atual sobre a criação e implementação dos CG, tais como: representatividade qualitativa dos diferentes segmentos setoriais sociais, territoriais e de forças políticas organizadas em sua composição; o percentual quantitativo, em termos de paridade, entre membros do governo e membros da sociedade civil; o acesso às informações (e à sua decodificação) tornando públicas as ações dos

conselheiros; o poder e os mecanismos de aplicabilidade das decisões do conselho pelo Executivo, dentre outros.

A diversidade de significados dos conselhos, nos leva à análise dos conselhos frente a diversidade quanto ao próprio conceito de participação e gestão, o sentido dos conselhos no universo e realidade das políticas sociais atuais e o impacto dos conselhos enquanto mecanismo inovadores na gestão pública, no âmbito institucional e na esfera da participação da sociedade civil. Os CG são instrumentos de determinados processos políticos e constituem inovações institucionais na gestão de políticas sociais no Brasil.

Para Hannah Arendt (1973), os conselhos são a única forma possível de um governo horizontal, um governo que tenha como condição de existência a participação e a cidadania. Em crises da República, ela afirmou que os conselhos poderiam ser não apenas uma forma de governo, mas também uma forma de Estado.

No estudo elaborado por Marques e Hernandez (2014) sobre ação coletiva e os desafios à participação política na perspectiva dos CG das UC, as autoras identificam problemas de representação e falta de divulgação das ações dos conselhos. Estes pontos contribuem à ocorrência de entendimentos e representações sociais distorcidas sobre os CG e, ainda, sobre a atuação do órgão gestor das UC. Também a falta de lideranças se apresentou como um entrave à participação, e ainda, de forma direta, às ações políticas desenvolvidas pelos CG.

Ainda segundo Marques e Hernandez (2014), a eficácia fragilizada da participação, a ausência de confiança em seu poder de argumentação, negociação e litígio em suas redes de conhecimentos fazem com que os sujeitos se coloquem em uma posição de inferioridade em relação ao *status* e qualidade da participação, acreditando que não poderão contribuir para a mudança das situações conflituosas ou problemáticas.

É importante elucidar, tendo em vista que os CG são institucionais, que as ações políticas são representativas enquanto que as ações coletivas são eminentemente participativas.

A ação política é estratégica, não meramente instrumental (como a ação técnica que transforma a natureza), uma vez que se dirige a outros sujeitos humanos que, como atores ocupam espaços práticos, hierarquizam-se, oferecem resistência ou ajudam na ação uns dos outros, em um campo de forças que constituem o que denominamos poder. Por isso, a vontade consensual dá à ação coletiva força, unidade, poder de alcançar os propósitos (DUSSEL, 2007, p.53).

Os conselhos das CG podem ser deliberativos ou consultivos e podem decidir sobre assuntos relacionados à forma de funcionamento do CG, prevista em seu regimento interno; atuar de acordo com as competências definidas no Decreto nº 4.340/02, conforme artigos da Lei 9.985/2000, que dispõe sobre o SNUC; decidir sobre o conteúdo do Plano de Ação do CG; emitir recomendações e moções; e somente no caso dos conselhos deliberativos, deliberar assuntos relacionados à gestão da unidade de conservação; emitir resoluções. Contudo, os conselhos consultivos podem emitir manifestações sobre assuntos relacionados à gestão da UC. Sabe-se que a existência de um CG em uma UC muda o caráter de participação, de decisão e de projeto da mesma, pois o papel da gestão adquire um caráter compartilhado que não fica à mercê das decisões unilaterais do gestor. (BRASIL, 2014).

Além de deliberar (conselho consultivo) ou decidir (conselho deliberativo) sobre a UC, os Conselhos cumprem um papel educativo em termos de uma cultura política da participação, em que problemas locais serão discutidos, forças serão congregadas, poderes serão tensionados ou disputados e a política pública passará por um fórum de análise e avaliação, podendo ser reformulada mediante propostas e projetos negociados junto ao poder público local, regional ou nacional.

O Decreto 4.340/02 ainda traz algumas atribuições importantes no âmbito dos CG das UC. Como a determinação da periodicidade do mandato de cada conselheiro de dois anos, renovável por igual período, não remunerado e considerado atividade de relevante interesse público. Além da regulamentação da atividade, neste operador legal é estabelecido às competências do CG da UC:

Art. 20. Compete ao conselho de unidade de conservação:

- I - elaborar o seu regimento interno, no prazo de noventa dias, contados da sua instalação;
- II - acompanhar a elaboração, implementação e revisão do Plano de Manejo da unidade de conservação, quando couber, garantindo o seu caráter participativo;
- III - buscar a integração da unidade de conservação com as demais unidades e espaços territoriais especialmente protegidos e com o seu entorno;
- IV - esforçar-se para compatibilizar os interesses dos diversos segmentos sociais relacionados com a unidade;
- V - avaliar o orçamento da unidade e o relatório financeiro anual elaborado pelo órgão executor em relação aos objetivos da unidade de conservação;
- VI - opinar, no caso de conselho consultivo, ou ratificar, no caso de conselho deliberativo, a contratação e os dispositivos do termo de parceria com OSCIP, na hipótese de gestão compartilhada da unidade;
- VII - acompanhar a gestão por OSCIP e recomendar a rescisão do termo de parceria, quando constatada irregularidade;

VIII - manifestar-se sobre obra ou atividade potencialmente causadora de impacto na unidade de conservação, em sua zona de amortecimento, mosaicos ou corredores ecológicos;
IX - propor diretrizes e ações para compatibilizar, integrar e otimizar a relação com a população do entorno ou do interior da unidade, conforme o caso. (SNUC, BRASIL, 2000).

Diferentemente da proposta tradicional de análise da consciência política e da ação coletiva dos movimentos sociais, o estudo da consciência política junto aos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação requer uma concepção interdimensional que será apresentada à continuação. Trata-se de uma perspectiva teórico-prática que leva em conta o caráter legal e institucional de formação dos Conselhos, diferentemente da formação autônoma dos movimentos sociais. Não obstante, o que foi contemplado no núcleo da análise foram as dimensões e emoções envolvidas na questão da formação da consciência política e da participação junto aos representantes e gestores dos Conselhos das UC estudadas. Assim, um dos desafios metodológicos foi o de averiguar se as dimensões explicativas do Modelo de Consciência Política são úteis e quais as suas intensidades quando analisamos a participação e a representação em Conselhos Gestores.

III ANÁLISES E DISCUSSÕES

Para atingir os objetivos da pesquisa de analisar as dimensões da consciência e da participação política e descortinar e discutir as relações entre poder legal, poder local e poderes múltiplos e as ações estratégicas elaboradas pelos CG das UC dos Campos de Cima da Serra, esta seção pretende analisar e discutir os dados coletados, trazendo à tona as relações que permeiam o campo político dos CG nas UC.

Além disso, se busca discutir o processo de pesquisa, perspectiva que muitas vezes fica em um segundo plano quando consolidamos toda a caminhada metodológica em uma produção técnico-científica que busca somente evidenciar os resultados sem refletir sobre o processo.

Um dos aspectos fundamentais em pesquisa qualitativa consiste, de acordo com Flick (2009), na escolha adequada dos métodos. De acordo com Spink (2010), quando optamos em sistematizar a análise e a interpretação de diferentes fluxos de dados procura-se reconhecer os campos de sentidos emergentes do conjunto de achados, as significações recorrentes, a confluência entre os diferentes fluxos e essa identificação é substancial à interpretação dos achados.

Fazendo uso das orientações de Bauer e Gaskell (2002), ao utilizarmos a configuração de construção de redes estamos amparados na tarefa de representar o conhecimento não apenas por elementos, mas também por suas múltiplas relações. Dessa forma, como apresentado na introdução os fluxos de dados, Figura 5, foram oriundos de diferentes etapas e procedimentos metodológicos: pesquisa de dados secundários (metadados), mapas falados, questionário e diário de campo.

Tais procedimentos de coleta de dados ampliam a forma de pesquisar junto aos CG, pois permitem uma ampliação de fluxos de dados que não são extraídos de um só lugar, como por exemplo, dos documentos produzidos pelos CG. Os procedimentos utilizados foram meios eficazes a levar a pesquisadora a se aproximar dos sistemas de representação, organização e significação do fenômeno investigado.

Figura 5 – Fluxo de dados



Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Quanto aos dados secundários ou metadados vamos considerar que cada dado apresenta quatro características principais: conteúdo, contexto, estrutura e apresentação. (GILLILAND-SWETLAND, 2000; BAX, 2001). Dessa forma, os metadados são habitualmente definidos como dados descrevendo outros dados. No entanto, cada vez mais, o conceito tem sido empregado em variados contextos que envolvem diversos propósitos e tecnologias. Ainda é importante mencionar o destaque de Vellucci (1998) sobre o aporte dessa definição, que pode levar à ideia de que metadados são simplesmente dados catalográficos ou bibliográficos com outro nome. Assim, o autor propõe o aspecto interdisciplinar frente aos metadados, direcionado para dados quanto ao ambiente, à estrutura e às finalidades.

No que diz respeito aos mapas falados, é um método que possibilita o registro e a visualização, de forma esquemática, das diferentes partes de uma região (unidade de conservação, comunidade, povoado etc.), dos serviços existentes e de sua distribuição nas diversas áreas identificadas, de acordo com a visão e a participação dos próprios membros e utilitários da unidade.

Os mapas falados possibilitam resguardar o contexto participativo, além de serem instrumentos de visualização do processo que possibilitam mostrar o que

acontece quando questionamos ou fazemos comentários sobre determinado assunto, direção e linha de conhecimento. O mapa permite também entender essa diversidade. Trata-se de um desenho representativo do espaço ou território que está sendo objeto de reflexão. Possibilita uma visão espacial do local, auxilia na obtenção de informações exploratórias e permite obter uma visão geral da realidade. (SPINK, 2010).

As principais utilizações e tipo de informações aportadas por esse método representam estruturas, processos, dinâmicas e redes, para possibilitar a emergência de fatos, acontecimentos, histórias e informações que dão um sentido mais qualitativo aos dados. Permite ainda identificar locais, problemas, potencialidades, relações entre atores e instituições de uma dada região, instituição ou processo de diversos aspectos, entre eles políticos do campo de estudo. Facilitando a correlação entre esses aspectos e proporcionando melhor compreensão do processo histórico e projeções futuras.

Na presente pesquisa, primeiro esclarecemos aos participantes as características da pesquisa e da técnica, seus objetivos, estratégias. A partir dessa introdução, formaram-se os grupos por meio de critérios e de afinidades e, após reunir os participantes, eles representaram, desenharam e anotaram, fazendo uso de uma folha em branco e canetas hidrográficas coloridas, os aspectos que identificavam como relevantes, entre eles: os atores, os serviços, as instituições que são colaborativas, os parceiros do CG, a fim de identificar as relações de força. Também identificaram-se os atores, os serviços, as instituições potenciais que não participam ou colaboram ativamente, mas que são importantes ao CG, e ainda, os atores, os serviços, as instituições adversárias (relações de fragilidade e conflito).

Apesar das representações terem sido realizadas pelos conselheiros, todo o processo de representação aconteceu de maneira interativa e dialogada, a fim de possibilitar o registro e a visualização, de forma esquemática, da UC, dos serviços existentes, das redes de atores colaborativos e parceiros, das relações de força e de fragilidade, de acordo com a visão e a participação dos próprios conselheiros/as.

Durante o processo de representação, surgem histórias que dão um sentido mais qualitativo às informações. Fatos da realidade, do cotidiano são contados a partir da construção do mapa, o que também permite a identificação dos diferentes locais e problemas de uma dada região, seja nos aspectos ambientais, quanto sociais e econômicos.

Ademais, a construção do questionário visa reunir e gerar dados necessários para se atingir informações e conhecimentos mais aprofundados sobre o objeto pesquisado. Mas, elaborar questionários e aplicá-los exige tempo e esforço no planejamento da pesquisa. Como a pesquisa é de cunho qualitativo e interpretativo, buscou-se, mediante o questionário, estabelecer um padrão de análise, a fim de investigar eixos analíticos de interesse junto aos participantes, eixos que pudessem aportar informações pormenorizadas sobre o contexto da pesquisa, as dimensões da consciência política, as ações levadas a cabo pelo CG.

Embasadas nas dimensões do CP, os eixos do questionário indagavam a atuação política; os significados e funções do CG; as motivações para participar; o papel de desenvolviam, qual a representação e atuação; o conhecimento dos entrevistados quanto à formação do GC; a visão tida do CG na UC; as lutas enfrentadas; as principais estratégias e ações coletivas elaboradas e desenvolvidas pelo CG; os resultados das ações (eficácia); os principais conflitos e desafios enfrentados; os adversários e os aliados; os atores presentes nos processos de luta e de atuação do CG; além das instituições que deveriam ser representados, incluindo as mudanças legais, sociais, culturais e políticas importantes à atuação do CG. As “variáveis estudadas” permitiram explorar as significações sobre política e participação, em confluência com as etapas mais abertas como os mapas falados e as observações de campo.

As interações de pesquisa são planejadas, em sua maioria, para serem padronizadas e reduzidas, de tal modo que as percepções do pesquisador e as circunstâncias da interação possam ser deixadas de lado. Mas, até mesmo esses encontros cuidadosamente planejados são formas complexas de interação social.

O Diário de Campo foi um dispositivo, também, autobiográfico em pesquisa, pois durante a participação nas reuniões, perceberam-se algumas entrelinhas do estudo. Esse instrumento metodológico trouxe muita significação para minha formação como pesquisadora, fui gerando o registrado sobre o que ouvia, via, sentia e experienciava no trabalho de campo. Assim, o enriquecimento com esses dados se dá por possibilitar o registro das percepções durante todo o trajeto de pesquisa, seja no percurso para chegarmos às reuniões, os momentos de espera para iniciarmos alguma atividade, bate-papos, observações da tecnologia das redes sociais que os CG usam, tornando a memória um agente importante para esses registros. Sempre existem aspectos que são e estão além dos instrumentos metodológicos: olhares, expressões, sorrisos,

testas franzidas, gestos corporais, impressões e comentários, ditos etc. (BOGDAN; BIKLEN, 1994). O instrumento foi utilizado ao registro de percepções e observações em 03 (três) reuniões¹¹ anuais durante 2018.

Algumas questões permearam a análise de dados, que se deu por meio da identificação e interpretação dos elementos mais significativos trazidos pelos participantes, as opiniões, percepções e interpretações a respeito das dinâmicas dos mapas falados, dos eixos e dimensões do questionário e, ainda, dos registros oriundos do diário de campo. Assim, optou-se em apresentar as análises e discussões a partir de quatro eixos de análise que seguem.

3.1. Descortinando as relações de força entre os diferentes poderes

Quais são os atores, os poderes, as estratégias e as correlações de forças percebidas pelos conselheiros e gestores? Conforme Hernandez (2015, p.93), “o político assim entendido é poder e poder coletivo, nesse sentido, é aquela parcela de sanidade social que desacomoda a lógica individualista”.

Ao iniciarmos a discussão sobre as relações de força entre os diferentes poderes presentes nos CG, é preciso exibir um panorama das representações que os constituem.

No começo de nosso percurso metodológico, a gestão vigente do colegiado frente aos CG trazia as representações de órgãos públicos, entidades de ensino e pesquisa, órgãos públicos ambientais, comitês organizacionais da sociedade civil, usuários do território, indústrias, comércios e turismos que relacionamos abaixo, na Tabela 01, conforme as Portarias SEMA 95 e 97, de 17 de agosto de 2016.

Tabela 01 – Composição do Conselho Deliberativo APA Rota do Sol e Conselho Consultivo ESEC Aratinga gestão 2016 a 2018.

Poder Público	Sociedade Civil
----------------------	------------------------

¹¹ As reuniões do Conselho Consultivo da ESEC e do Conselho Deliberativo da APA são realizadas publicamente como consta no Decreto nº 4.340/02, sendo praticado regularmente três encontros anuais. Além disso, quando requerido/necessário à gestão da UC reuniões ordinárias podem ser convocadas. As reuniões de 2018 ocorreram nos dias 20 de março, 17 de julho e 20 de novembro.

Órgãos Públicos Ambientais	Comitês e Organizações da Sociedade Civil
Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA	Associação Ação Nascente Maquiné – ANAMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Instituto Curicaca
3º Batalhão Ambiental da brigada Militar – 2º Pelotão de Polícia Ambiental de Canela	Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CERBMA/RS
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB	Comitês de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí
Órgãos Públicos	Usuários do Território
Prefeitura Municipal de Cambará do Sul	Clube de Integração de Troca de Experiência – CITE 78
Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula	Sindicato Rural de São Francisco de Paula
Prefeitura Municipal de Três Forquilhas	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas – COOMAFITT
Prefeitura Municipal de Itati	Associação de Mulheres Agricultoras Familiares para o Desenvolvimento Comunitário de Três Forquilhas - AMADECON
Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem – DAER	Sindicato Intermunicipal das Indústrias Madeireiras, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras do Estado do Rio Grande Do Sul – SINDIMADEIRA/RS
Defesa Civil de Três Forquilhas	Comissão da Igreja da Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Potreiro Velho
Entidades de Ensino, Pesquisa e Extensão	Fundação Projeto Terra
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS
Escola Estadual de Ensino Fundamental José Melo	Centro de Pesquisa e Conservação da Natureza Pró-Mata/PUC/RS

Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

No que diz respeito aos assentos nos CG, cada entidade fica representada por 01 (um) titular e 01 (um) suplente. Contudo, existem casos em que não há a indicação formal de uma representante, como indicada a Tabela 02 a seguir. Também é importante mencionar que, em muitas ocasiões, o representante formal (titular ou suplente) não comparece às reuniões e às entidades, sendo substituídos por outros indivíduos que podem ou não ter conhecimento, habilidades e atitudes necessárias para a efetiva representatividade nos fóruns do CG. Esta é uma importante observação para ser tratada junto ao colegiado, pois reforça a visão abordada por Gohn (2006), em que os conselhos permanecem em um campo consultivo, no âmbito da opinião, desmobilizando o poder de decisão ou deliberação.

Tabela 02 – Composição dos assentos das representações do Conselho Deliberativo APA Rota do Sol e Conselho Consultivo ESEC Aratinga gestão 2016 a 2018.

Poder Público	
Entidades	Membros
Órgãos Públicos Ambientais	
Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA	<i>Titular:</i> Ketulyne Fuster Marques (ESEC) <i>Suplente:</i> Vanessa Pruch Castro Oliveira (ESEC) <i>Titular:</i> Maria Salete Machado de Aguiar (APA) <i>Suplente:</i> Everson Elenilton Fleck (APA)
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	<i>Titular:</i> Edenice Brandão Ávila de Souza <i>Suplente:</i> Deonir Geolvane Zimmermam
3º Batalhão Ambiental da brigada Militar – 2º Pelotão de Polícia Ambiental de Canela	<i>Titular:</i> 1º Sargento Jeferson Zanini <i>Suplente:</i> 2º Sargento Daniel Pereira da Luz
Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul - FZB	<i>Titular:</i> Luiz Fernando Branco <i>Suplente:</i> sem representante oficial
Órgãos Públicos	
Prefeitura Municipal de Cambará do Sul	<i>Titular:</i> Alécio Valdeci P. Rosa <i>Suplente:</i> João Guerreiro
Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula	<i>Titular:</i> Rafael Marques

	<i>Suplente:</i> Julio Jometz
Prefeitura Municipal de Três Forquilhas	<i>Titular:</i> Ivair Koning da Silva <i>Suplente:</i> Sérgio Prusch Witt
Prefeitura Municipal de Itati	<i>Titular:</i> Flori Werb <i>Suplente:</i> Nilton Celso da Silva
Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem – DAER	<i>Titular:</i> Luiz Carlos de Lima Leite <i>Suplente:</i> Vinicius Eduardo Bestetti de Vasconellos
Defesa Civil de Três Forquilhas	<i>Titular:</i> Odécio Evanir Jacoby Justin <i>Suplente:</i> Jailson Konig da Silva
Entidades de Ensino, Pesquisa e Extensão	
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	<i>Titular:</i> Márcia Berreta dos Santos <i>Suplente:</i> sem representante oficial
Escola Estadual de Ensino Fundamental José Melo	<i>Titular:</i> Delfina Terezinha G. de Souza <i>Suplente:</i> Marilene Trich Werber
Sociedade Civil	
Entidades	Membros
Comitês e Organizações da Sociedade Civil	
Associação Ação Nascente Maquiné – ANAMA	<i>Titular:</i> Natavie de Cesaro Kaemmerer <i>Suplente:</i> Ricardo Silva Pereira Mello
Instituto Curicaca	<i>Titular:</i> Alexandre Krob <i>Suplente:</i> Fernanda Zimmermann Teixeira
Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CERBMA/RS	<i>Titular:</i> Luiz Carlos Ebert <i>Suplente:</i> Arsildo Strauss
Comitês de Gerenciamento da Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí	<i>Titular:</i> Tiago Lucas Corrêa <i>Suplente:</i> Leda Famer
Usuários do Território	
Clube de Integração de Troca de Experiência – CITE 78	<i>Titular:</i> Luis Cassiano Soprano <i>Suplente:</i> José Lauri Moreira de Lucena

Sindicato Rural de São Francisco de Paula	<i>Titular:</i> Margarete Medeiros Marques <i>Suplente:</i> Otair José Medeiros
Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas – COOMAFITT	<i>Titular:</i> Rodolfo Wolf <i>Suplente:</i> Sidnei Justin Witt
Associação de Mulheres Agricultoras Familiares para o Desenvolvimento Comunitário de Três Forquilhas - AMADECON	<i>Titular:</i> Celi Aguiar Machado <i>Suplente:</i> Roselaine Lopes Machado
Sindicato Intermunicipal das Indústrias Madeireiras, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras do Estado do Rio Grande Do Sul – SINDIMADEIRA/RS	<i>Titular:</i> João Vianeí Menezes <i>Suplente:</i> Luís Mota
Comissão da Igreja da Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Potreiro Velho	<i>Titular:</i> Eliseu Sita <i>Suplente:</i> Barlei Medeiros Marques
Fundação Projeto Terra	<i>Titular:</i> Adão Samir Eger <i>Suplente:</i> José Ronaldo Maciel
Associação Rio-grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER/RS	<i>Titular:</i> sem representante oficial <i>Suplente:</i> sem representante oficial
Centro de Pesquisa e Conservação da Natureza Pró-Mata/PUC/RS	<i>Titular:</i> Pedro Maria de Abreu Ferreira <i>Suplente:</i> Betina Blochtein

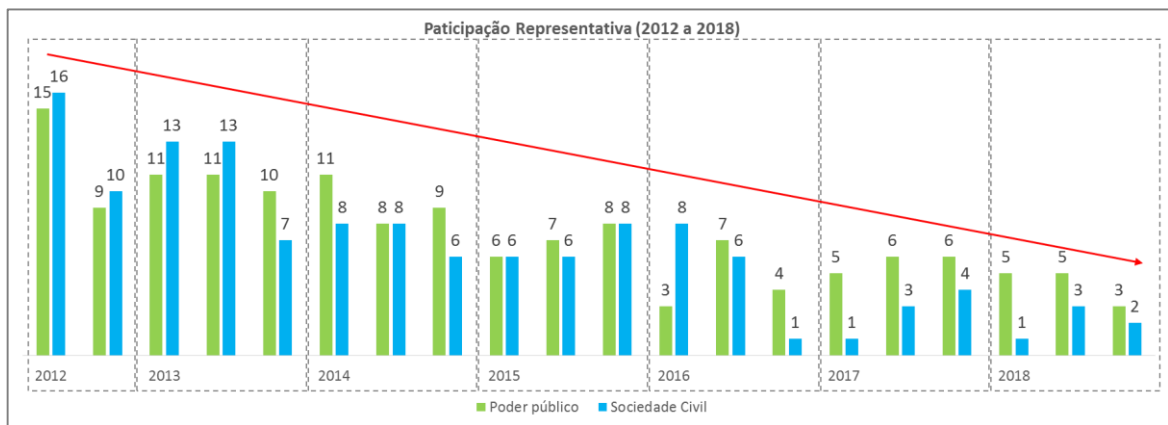
Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Por estarem sobrepostas territorialmente, como vimos na Figura 1, ambas atuam na mesma sociedade e o órgão gestor optou por conduzir os processos de criação dos conselhos de forma conjunta. Este processo de formação dos CG teve início em 2009 e durante este percurso se clarificou a sobreposição de entidades e pessoas entre as UC. (MARQUES, 2015). A finalização desta etapa se deu com a instituição do CG deliberativo da APA constituído em 04/06/2012, assim como o CG consultivo de ESEC, respectivamente pelas portarias SEMA 37 e 38 de 2012. Dessa forma, optamos por analisar o panorama desde o início das atividades dos CG até o momento das atividades em campo da pesquisa.

Através da análise das atas, listas de presença e a publicação das Portarias SEMA 95 e 96 de 2016 indicadas na Tabela 02, estabelecemos um mapeamento dos

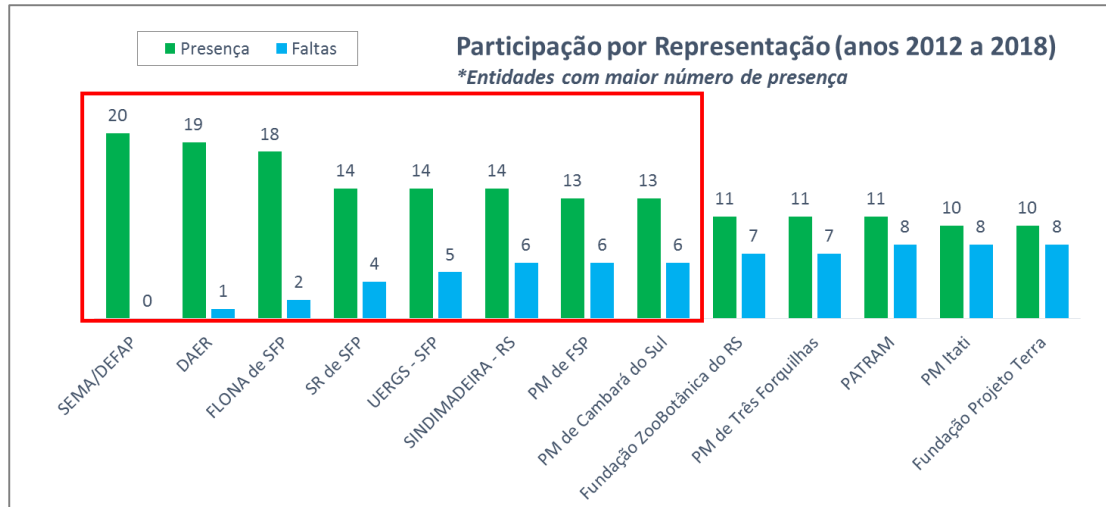
CG e identificamos que o CG da APA e da ESEC era composto, até julho de 2018, por 25 membros, entre entidades governamentais e da sociedade civil. Estas instituições formaram o colegiado ao longo de dois anos, e neste panorama, em muitas ocasiões, a presença não chegou a 50% do colegiado, o que impactou, em alguns momentos, no quórum mínimo para tomadas de decisões, conforme veremos mais à frente. Ao analisarmos a participação nas reuniões entre 2012 e 2018, podemos perceber que os problemas de participação neste fórum se estendem ao longo do horizonte de seis anos, pois a presença nas reuniões vem caindo expressivamente, conforme gráfico 1.

Gráfico 1 – Participação representativa entre os anos de 2012 a 2018



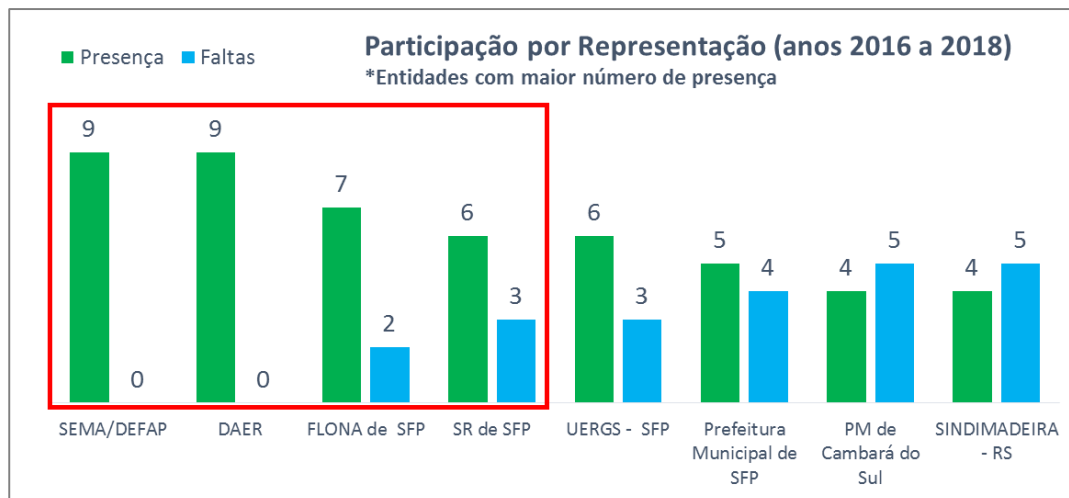
Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Desde a instituição dos CG foram realizadas 20 assembleias ordinárias e nestas ocasiões, algumas entidades, além da SEMA como presidente dos CG e órgão gestor, se destacaram por estarem presentes um maior número de vezes: o DAER, a FLONA de SFP, SR de SFP, a PM de Cambará do Sul, a PM de SFP, UERGS – SFP e o SINDIMADEIRA – RS, conforme podemos visualizar no Gráfico 02, abaixo.

Gráfico 02 – Participação por Representação entre os anos de 2012 a 2018

Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Nos últimos dois anos outras entidades passaram a participar com maior frequência nas reuniões (Gráfico 03), o DAER; FLONA de SFP; SR de SFP; UERGS em SFP; PM de FSP; PM de Cambará do Sul; SINDIMADEIRA – RS. Mais à frente, mediante relato das observações realizadas no Diário de Campo, também perceberemos que a participação mais presente do SR de SFP possibilitou a criação de uma figura de oposição e crítica significativa dentro do CG, do mesmo modo que o SINDIMADEIRA – RS deixou de figurar como uma das maiores representações como podemos perceber, caindo de 7º para 8º lugar, ao fazer um *ranking* das participações no Gráfico 03:

Gráfico 03 – Participação por Representação entre os anos de 2016 a 2018

Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Após esse período, precisando a data de 17/07/18 - reunião em que já estávamos inseridos no contexto da pesquisa como ouvintes, o CG passou a ser formado por 15 entidades, sendo 08 governamentais e 07 entidades da sociedade civil, permanecendo a paridade estatística. Mas até que ponto a representatividade é paritária no sentido dos interesses dos sujeitos? Poderíamos pensar nas diferentes instâncias de representação: o sujeito que participa representa a sua instituição? Representa seus próprios interesses individuais? Está ali em um nível de obrigatoriedade? A formação do colegiado passou a ser composta pelas entidades apresentadas na Tabela 03, conforme as Portarias SEMA 156 e 157 de 13 de novembro de 2018.

Tabela 03 – Composição do Conselho Deliberativo APA Rota do Sol e Conselho Consultivo ESEC Aratinga, gestão 2018-2020, Portarias SEMA 156 e 157.

Poder Público	Sociedade Civil
Órgãos Públicos Ambientais	Comitês e Organizações da Sociedade Civil
Secretaria do Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – SEMA	Associação Ação Nascente Maquiné – ANAMA
Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio	Instituto Curicaca
3º Batalhão Ambiental da brigada Militar – 2º Pelotão de Polícia Ambiental de Canela	Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – CERBMA/RS
Órgãos Públicos	Usuários do Território
Prefeitura Municipal de São Francisco de Paula	Clube de Integração de Troca de Experiência – CITE 78
Prefeitura Municipal de Três Forquilhas	Sindicato Rural de São Francisco de Paula
Prefeitura Municipal de Itati	Cooperativa Mista de Agricultores Familiares de Itati, Terra de Areia e Três Forquilhas – COOMAFITT
Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem – DAER	Sindicato Intermunicipal das Indústrias Madeireiras, Serrarias, Carpintarias, Tanoarias, Esquadrias, Marcenarias, Móveis, Madeiras Compensadas e Laminadas, Aglomerados e Chapas de Fibras de Madeiras do Estado do Rio Grande Do Sul – SINDIMADEIRA/RS

Entidades de Ensino, Pesquisa e Extensão	Comissão da Igreja da Comunidade Sagrado Coração de Jesus do Potreiro Velho
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul	--

Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Como já destacado anteriormente, a atuação dos CG na gestão das UC tem um importante papel ao fortalecimento da democracia, permitindo que as ações tomadas busquem representar os interesses coletivos sem deixar de primar pela conservação dos recursos naturais, proteção dos recursos hídricos existentes, uma vez que a região é conhecida como berço de águas no estado do RS, à conservação das áreas dos campos, preservação e conservação da fauna silvestre, além de garantir a conservação do conjunto paisagístico e da cultura regional e ao desenvolvimento da educação ambiental. Este espaço colegiado proporciona uma discussão frente ao uso e preservação das áreas, oportunizando um constante desafio em manter o equilíbrio e a viabilidade das ações políticas inseridas nesse contexto.

Através da observação das reuniões, foi possível perceber mais claramente a atuação integrada entre as equipes das duas UC, associada à condução das reuniões presididas pelas gestoras da APA e ESEC. As tratativas de assuntos específicos de uma unidade e as questões similares ou comuns referentes à outra eram inseridas em um mesmo contexto, proporcionando muitas abordagens e ações comuns, sendo que grande parte das análises e estratégias se dá em consequência da sobreposição territorial.

Visto isso, percebemos também que esta sinergia entre as equipes das duas UC proporciona muitos benefícios para as unidades, ampliando a disponibilidade de servidores para que seja possível dividir as questões administrativas como convocações, recepção dos conselheiros e visitantes, acolhimento de demandas, registros das reuniões, controles de presença, redações de ata etc.

Nesse contexto de similaridades e diferenças dos CG, tanto as deliberações do Conselho Deliberativo quanto as manifestações do Conselho Consultivo, buscam a atuação pela conservação da biodiversidade e para o alcance dos objetivos das UC. Contudo, convergindo com as considerações de Gohn (2006), apesar da legislação incluir os conselhos como parte do processo de gestão descentralizada e participativa e formação de novos atores deliberativos, esses permanecem agindo apenas na esfera consultiva (ou mesmo perdem força de deliberação com o passar dos anos e

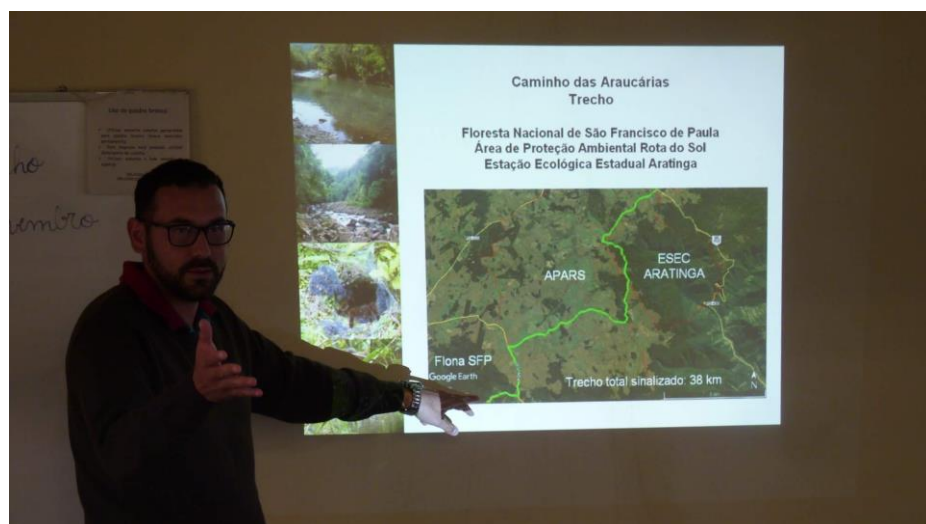
dos governos), restringindo e limitando suas ações ao âmbito da opinião, da consulta e do aconselhamento, sem poder de decisão.

Mas é perceptível que os conselheiros acreditam que através de ações políticas efetivas, o conselho possa ampliar sua capacidade e poderes normativos de decisão, seu potencial de resolução dos impasses na conservação da biodiversidade e, saindo da limitação das instâncias meramente consultivas e opinativas.

Após analisar os quatro fluxos de dados no que diz respeito às ações políticas realizadas, podemos elencar entre elas: a Rede de Educação Ambiental em UC (SEIVA) em parceria com a UERGS, a trilha de longa distância Caminhos das Araucárias (projeto nacional para interligar todas as áreas de preservação do Brasil por meio de caminhos ecológicos), a elaboração do Plano de Manejo da APA e ESEC, o licenciamento municipal para queimada controlada dos campos nativos, a regularização das tendas junto à rodovia RS 453 (ação de âmbito da APA), a interdição da saibreira às margens da RS 453 (ação de âmbito da APA), regularização e instrumentação para exploração do turismo na região, fiscalização das propriedades rurais, a conciliação entre a rigorosa legislação sob o bioma Mata Atlântica e o uso sustentável da área da APA, apoio ao combate à caça ilegal e outras.

Nas assembleias ordinárias que presenciamos, algumas das ações políticas foram apresentadas pelos membros dos CG, ora para apresentar resultados, ora para juntos analisarem as demandas e consultarem ou deliberarem frente estas ações. Podemos citar algumas atividades em destaque:

Figura 06 – Apresentação do traçado da trilha de longa distância Caminho das Araucárias para o CG em 20/03/2018.



Fonte: ESEC, 2018.

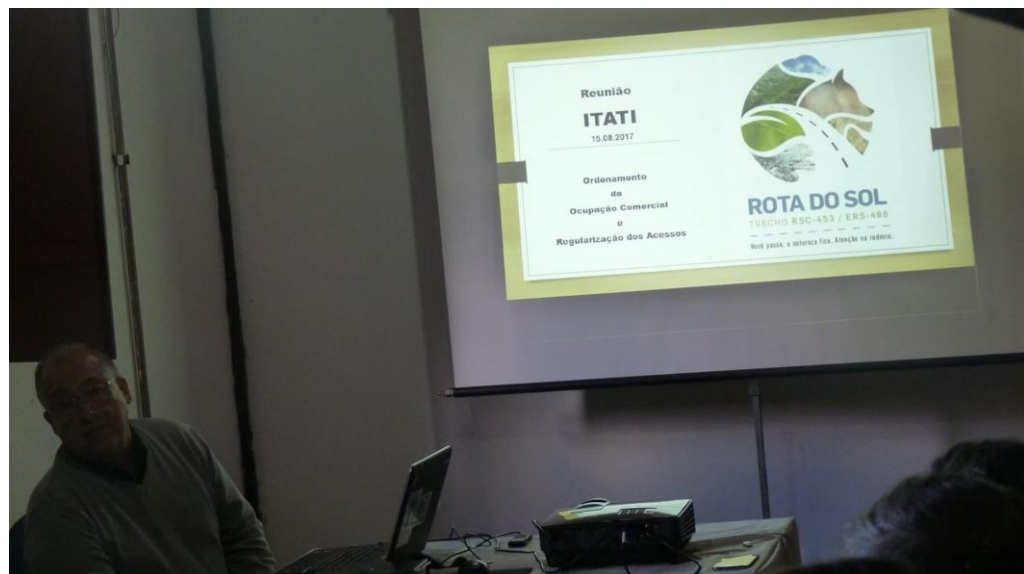
Figura 07 – Reconhecimento das professoras da rede de escolas públicas participantes do SEIVA, março 2018.



Fonte: ESEC, 2018.

Além disso, por meio de dados secundários como pesquisa nas redes sociais da ESEC, também foi possível identificar a realização de outras ações já citadas, como as regularizações demandadas pela proximidade das áreas das UC com a RS 435.

Figura 08 – Apresentação do processo de regularização da ocupação comercial e regularização de acessos em agosto de 2017.

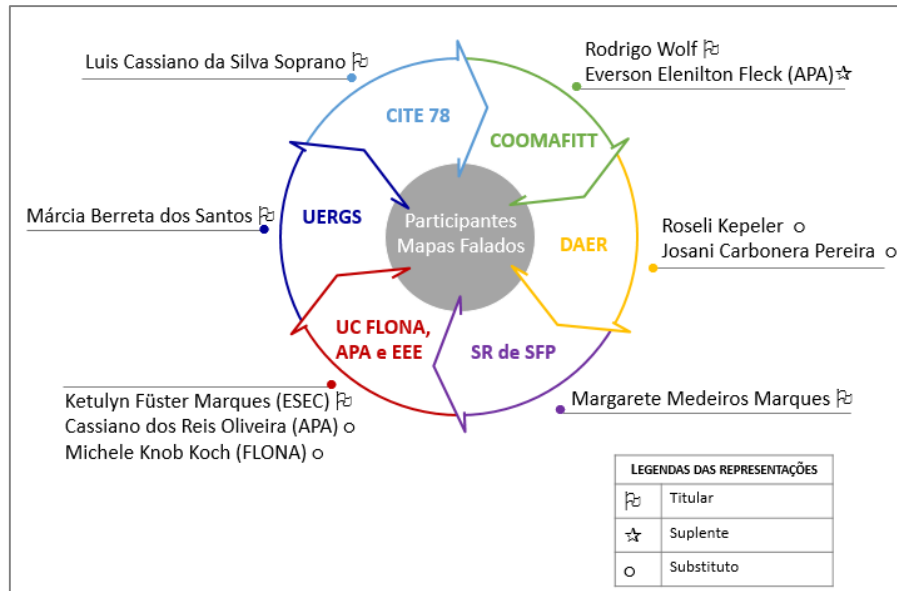


Fonte: ESEC, 2018.

Ainda o fluxo de dados primários permitiu a elaboração de Mapas Falados pelos conselheiros presentes na reunião do dia 17/07/2018, em que se reuniram por

afinidades para realizar a visualização esquemática dos CG, conforme suas representações, percepções e significações, de acordo com a Figura 09.

Figura 09 – Participantes dos Mapas Falados em 17/07/18.



Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Assim, emergem através dos Mapas Falados, elaborados pelos conselheiros presentes na segunda reunião do período em que a pesquisa ocorreu, as relações em rede desenvolvidas no âmbito político das UC.

Frente às relações explicitadas no contexto interativo dos mapas falados, elaboramos um diagrama de rede (Figura 10), a fim de exibir as relações que arquitetam, constituem e também provocam desassossegos à política desenvolvida no CG.

Os resultados obtidos através da elaboração dos mapas falados e da participação nas reuniões indicam que a consciência política é indispensável para que as estratégias de atuação sejam eficazes. Além disso, convergem com os princípios de luta por uma sociedade sustentável e também se relaciona ao reconhecimento e atuação dos agentes junto ao ambiente e às instâncias políticas representativas. Apesar do enfoque para articulação do funcionamento das UC que embasam a garantia de proteção à biodiversidade local, a efetiva ação política se estabelece como

um reflexo do jogo político entre poderes das representações legais, locais e múltiplas que permeiam a sua consolidação.

Cabe mencionar que a metodologia de mapas falados foi aplicada apenas com a presença de sete entidades representantes, uma vez que o conselho na data da elaboração dos mapas ainda era formado por 25 entidades, o que por consequência demonstra que tivemos somente 28% de participação, aspecto que de imediato indica a falta de participação no CG. Chama atenção que além das sete entidades que elaboraram seus mapas, outras 25 instituições, grupos e sujeitos foram mencionadas nessa rede. Outra percepção importante oriunda dos Mapas Falados é a de que nem todos os participantes representaram (desenharam) em seus mapas a sua relação com as UC em sua rede de participação, como por exemplo a representação da CITE 78, fato esse que pode indicar também uma fragilidade da rede das UC frente aos membros do CG, ou ainda, uma similar oposição como o Sindicato Rural de SFP quanto aos requisitos de conservação dos recursos naturais, papel exercido pela gestão das UC.

Ainda buscando compreensões por meio do diagrama de interações, foi possível perceber que algumas entidades representam outros interesses coletivos que não estão formalizados no colegiado, mas que direta ou indiretamente participam politicamente das estratégias e ações políticas e do campo de negociação que elas provocam. Pode-se citar como exemplo a COOMAFITT que indicou onze instituições que não estão diretamente inseridas no contexto das UC, mas que possuem potencial de viabilizar uma relação positiva junto às ações do CG, por exemplo PM Itati e Sindicato Rural Itati, que já integraram o CG e no atual colegiado deixaram de participar, mas são importantes atores da região e impactam as ações do CG mesmo que pela “inércia”, ou melhor, pela indiferença sobre as ações do CG. Como já vimos, a não participação também é um fator importante a influenciar a eficácia política dos conselhos. Também a indicação do Conselho CMDR Itati poderia fortalecer as ações de forma encadeada, em maior escala, empoderando o CG.

Por fim, a representação junto ao Conselho Gestor da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa pode aproximar a atuação entre as UC fortalecendo o próprio SNUC, mediante ações políticas estratégicas. As unidades são relativamente vizinhas apesar de não fazerem fronteira e este grande corredor ecológico formado pelas UC da região dos CCS possibilita um movimento robusto de conservação para a atual e as futuras gerações frente aos recursos naturais e culturais.

Nesse sentido, ao discutir os resultados encontrados nos Mapas Falados, buscamos descortinar as relações de força entre os diferentes poderes e pontuar as principais percepções nos 32 agentes/atores destacados ao longo das observações (anotações) conforme a Tabela 04:

Tabela 04 – Dados apresentados pelos participantes nos Mapas Falados na reunião de 17/07/2018.

SUJEITOS	DADOS APRESENTADOS NOS MAPAS FALADOS
CITE-78	<ul style="list-style-type: none"> • Órgãos como PATRAM devem ajudar os produtores no combate ao abigeato. Estar do lado do produtor e não contra, apontando só irregularidades do produtor; • Mostrar como produzir de forma sustentável sem invisibilidade o negócio; • Necessita de mais informação, assessoria e menos fiscalização aliada a punição; • Muitos órgãos mandando na mesma coisa. O produtor fica acuado.
COOMAFITI	<ul style="list-style-type: none"> • APA; • OPAC Litoral Norte; • Prefeituras: Itati, Três Forquilhas e Terra de Areia; • Rede COP: 50 cooperativas em todo o estado (RS); • Sindicato Rural: Itati, Três Forquilhas e Terra de Areia; • Emater; • Conselho CMDR Itati; • Conselho CMDR Terra de Areia; • Conselho Gestor (Mata Paludosa);
DAER	<ul style="list-style-type: none"> • Relação do DAER com os CG das UCs se dá devido as comunidades entorno da rodovia; • A participação no Conselho possibilita a aproximação, conhecimento e diálogo entre o DAER e as comunidades do entorno da rodovia "Rota do Sol".
Sindicato Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Impacto negativo: Legislação ambiental crescente - "tojo"; • Impacto negativo: IBAMA; • Impacto negativo: escritórios ambientais; • Impacto negativo: ICMBio; • Impacto negativo: Poder Público (enxerga só o dinheiro que podem render nas 3 esferas); • Impacto positivo: UERGS; • Impacto positivo: SEMA; • Impacto positivo: CITE 78; • DAER é neutro.
Unidade de Conservação (APA Rota do Sol, ESEC Aratinga e	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de comunicação; • Conflito de Interesses; • Momento político (descrença); • Setor produtivo:(representatividade presente e positiva) Sindicato rural e CITE 78 (pecuária), COOMAFIT, SINDIMADEIRA.

FLONA São Francisco de Paula)	<ul style="list-style-type: none"> • ONG: Curicaca (possui problemas de deslocamento para as reuniões) e ANAMA; • Pública: Comissão igreja Potreiro Velho e CERBMA (possui problemas de deslocamento para as reuniões); • Ambiental: ICMBio, Prefeituras (possui muita rotatividade de servidores); • Gestão: (órgãos do estado do RS) DAER, SEMA, UERGS e Patram (faltam pessoas); • Conselho Gestor está ao centro de todas as interações.
UERGS	<ul style="list-style-type: none"> • Relação entre SEMA e DAER; • Relação entre CITE 78 e Sindicato Rural; • Relação entre SEMA e UERGS; • Relação entre DAER e Prefeitura/Estado; • Produção: Permeia todas as relações; • Conflitos: Permeia todas as relações; • Participação: Permeia todas as relações; • Conservação ambiental: Permeia todas as relações; • Participação política: Permeia todas as relações; • Unidade de conservação: Permeia todas as relações.

Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Na perspectiva do representante da CITE-78, a fiscalização ambiental apresenta um papel de alçó para o produtor rural, quando deveria, na sua visão, ser aliado, *“Órgãos como PATRAM devem ajudar os produtores no combate ao abigeato¹². Estar do lado do produtor e não contra, apontando só irregularidades do produtor; Necessita de mais informação, assessoria e menos fiscalizaçã aliada a puniçã; Muitos órgãõs mandando na mesma coisa. O produtor fica acuado”*. Nesse viés de sentimento desfavorável, de incômodo, de percepçã de **adversidade**, contrariedade, o Sindicato Rural de SFP também indicou as relações que possuem com IBAMA, escritórios ambientais, ICMBio e poder público federal, estadual e municipal, como um campo de conflito, com enfrentamentos, denominando-os como negativos.

Cabe mencionar também a visã de sinergia que os mapas apresentam, quando analisamos o esquema elaborado pela representante da UERGS destacam-se quatro relações de sinergia (SEMA/DAER; CITE 78/Sindicato Rural; SEMA/UERGS; DAER e Prefeitura/Estado), além de algumas temáticas como

¹² Abigeato é crime de furto que envolve a subtraçã de animais, principalmente gado como animais para abate, no campo e fazendas, muito comum nos Campos de Cima da Serra, RS.

conflitos, participação, conservação ambiental, participação política que permeiam toda a rede.

Nessa linha de entendimento face ao papel do CG, ao analisarmos a representação produzida pelas representantes do DAER, sejam titulares ou suplentes, eles vêem que o CG cumpre, de certa forma, com o que está estabelecido em suas competências, conforme o Decreto 4.340/02, ao proporcionar uma abertura democrática do espaço público e institucionalizado da UC para a sociedade. *“A participação no Conselho possibilita a aproximação, conhecimento e diálogo entre o DAER e as comunidades do entorno da rodovia Rota do Sol”.*

Através desta análise foi possível identificar que grande parte das representações e significações presentes nos Mapas estão no campo das adversidades enfrentadas, especialmente quando relacionamos com a participação nas reuniões para tomada de decisões, principal fórum do CG. Quando a metodologia que foi aplicada, a gestora da ESEC e componentes administrativos das UC optaram por elaborar um esquema em conjunto, que apresentou importantes constatações, uma vez que esses sujeitos são responsáveis pela organização da reunião, entre elas estão: *“Instituto Curicaca, Comissão Igreja Potreiro Velho e CERBMA, possuem problemas de deslocamento para as reuniões; Prefeituras possuem muita rotatividade de servidores; Órgãos do estado do RS DAER, SEMA, UERGS e PATRAM faltam pessoas”.*

As relações de forças estabelecidas pelas instituições que são colaborativas e parceiras do CG são realizadas pelas UERGS, FLONA, ICMBio e DAER.

Ainda existem alguns atores, serviços e instituições potenciais, que não participam ou colaboram ativamente, mas que são importantes ao GC destacando-se: a comunidade entorno da rodovia “Rota do Sol”, PM de Itati, CG da Reserva Biológica Estadual Mata Paludosa, SR de Itati e CMDR Itati.

Nesse sentido, as redes de fragilidade que tratamos aqui como os atores, os serviços e as instituições que demonstram adversidades ao CG estão representadas pelo Sindicato Rural de SFP e CITE 78, ao expressarem uma insatisfação pessoal e não coletiva durante as observações com a atuação do CG. Em alguns momentos utilizam uma abordagem de desmobilização de ações, que desde nosso ponto de vista, na ótica de pesquisa, são positivas à região e às comunidades do entorno das UC. Por exemplo, ao apresentaram o percurso da trilha do Caminho das Araucárias,

o conselho e mais especificamente a gestão das UC, foram questionadas por já terem iniciado algumas atividades para a realização da trilha.

3.2. Análise das Dimensões da Consciência da Participação Política

Quais são os elementos que influenciam a consciência e a participação política nos CG? O modelo analítico da CP foi proposto por Sandoval ao final da década de 1980, pensando na ação coletiva dos movimentos sociais, sob a luz do movimento sindical operário. Aqui o modelo foi aplicado para compreendermos da ação política representativa, pensando na participação dos conselhos, que não é espontânea, mas representativa e, em certa medida, regulada por um poder legal e institucional.

Algumas questões que permeiam o campo político dos CG foram investigadas através do questionário junto aos gestores das UC, objetivando analisar as dimensões da CP neste contexto. Foram respondentes do questionário os gestores da APA e da ESEC em exercício, no período de agosto a setembro de 2018, ambos se identificaram como:

Ketulyñ Fñster, 39 anos, bióloga, especialista em Educação para Sustentabilidade, Mestre em Educação, Técnica Ambiental da SEMA/RS, atua como gestora e presidente do CG consultivo da ESEC. O questionário foi respondido via formulário digital, em 08 de agosto 2018, às 17h.

Everson Fleck, 44 anos, bacharel em Desenvolvimento Rural, especialista em Educação para Sustentabilidade, agente administrativo da SEMA/RS, atuando como gestor interino e presidente interino do CG consultivo da APA. O questionário foi respondido via formulário digital, em 10 de setembro 2018 às 17h.

Todos os participantes assinaram o TCLE (Apêndice 01). A totalidade dos 11 participantes, entre os respondentes do questionário e participantes na elaboração dos Mapas Falados, concordou em participar e assinou sem ressalvas o termo.

Ao questionarmos sobre os significados e funções do CG, existe uma coerência nos discursos quanto à necessidade do CG retratar a realidade de todos os atores envolvidos no cenário das UC. Além disso, a participação política está presente nas falas, demonstrando que ambas gestões compreendem a importância da abertura dessa instância de diálogo entre os diversos saberes e atores.

Todos representantes são importantes, deste os entes que representam diretamente a gestão da UC, a sua participação no Conselho, e as demais entidades participantes, tanto da sociedade civil organizada, instituições públicas e privadas, instituição de ensino e pesquisa. Cada qual tem a sua importância dentro do contexto micro e macro. Pois devem retratar a realidade onde a UC está inserida na sociedade, espaço físico e no território (Everson Fleck, assistente administrativo e gestor interino da APA, 2018).

O conselho é o braço participativo da gestão, é onde os diferentes setores vinculados a UC podem contribuir para a tomada de decisões de manejo e implantação da área protegida, negociar conflitos e integrar interesses. Auxilia o responsável pela UC na tomada de decisões voltadas a realidade local, considerando os diferentes grupos afetados e/ou com relação próxima a área protegida. (Ketuly Fuster, técnica ambiental e gestora da ESEC, 2018).

Nas falas, percebemos que as metas e ações estão impressas nos discursos dos participantes, independentemente da assimetria dos CG, uma vez que por um lado temos o conselho deliberativo de uma UC de uso sustentável, que compatibiliza a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais, que é o caso do APA e, por outro lado, temos um conselho consultivo de uma UC de proteção integral, neste caso a ESEC, que visa preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais, com exceções previstas no SNUC. As atribuições são diferentes entre CG consultivos e deliberativos, mas apesar das diferenças isso não apareceu nos dados. Desta forma considero a atuação conjunta dos CG como uma variável positiva para participação política nesse contexto. A não diferenciação se mostra como um incremento de participação. Dessa forma, as metas e ações, em sua maioria, provêm do processo para conciliar as necessidades da região frente à legislação ambiental robusta do bioma Mata Atlântica, norteando as ações políticas. Essa observação traz um aspecto positivo ao abordarmos a força que o SNUC apresenta neste cenário mas, por outro lado, traz à tona a necessidade dos CG conhecerem mais a fundo as necessidades vitais da comunidade e dos atores que formam essas redes.

A percepção dos gestores quanto à forma que os CG assumem junto às UC é convergente. Definem o momento político atual como pouco participativo, de “marasmo” por parte dos membros, o que também foi percebido nas observações de campo durante as reuniões. Também ao analisarmos atas, listas de presença, estes sentimentos intrinsecamente são registrados.

Atualmente a atuação do conselho passa por um processo de revisão da participação, a alteração das questões de licenciamento municipal, e de outros contextos do processo de revisão do plano de manejo e/ou a sua inércia, tem provocado um esvaziamento de quórum nas

reuniões. (Everson Fleck, assistente administrativo e gestor interino, APA, 2018).

Atualmente ele está um pouco desmotivado e apático, mas se faz necessário dar novo ânimo para garantir todo o aporte que o mesmo pode dar à gestão, que o considera fundamental para qualificar suas decisões. (Ketulyñ Fñster, técnica ambiental e gestora da ESEC, 2018).

Essas percepções dos gestores nos trazem mais uma interrogação: o esmorecimento se dá por falta de crença na eficácia política do CG? Nas percepções de campo e durante as falas dos gestores, percebemos que os CG passaram por momentos de conflitos, de afirmação junto à comunidade, como, por exemplo, a regularização da queimada controlada de campos nativos, também o processo ao longo de três anos na constituição dos próprios CG, além do processo, ainda em andamento, do Plano de Manejo, o que naturalmente forma picos de participação. A participação envolve crenças, valores e expectativas societais sobre os processos políticos. Para os gestores, os desafios não diminuem a crença na eficácia política dos CG, pois enxergam o potencial de realização das ações políticas. Entretanto, o “marasmo” percebido e a baixa participação voltam a se destacar nas falas dos gestores quando questionamos sobre as principais estratégias e ações coletivas elaboradas e desenvolvidas pelo Conselho Gestor:

Atualmente o conselho está passando por um processo de inércia, seja por parte de esvaziamento das instituições, quanto pela política estadual de alteração de sistemática de realização das revisões de Plano de Manejo da Divisão de Unidades de Conservação. (Everson Fleck, assistente administrativo e gestor interino, APA, 2018).

Como o conselho está desmotivado fica difícil elencar. No caso do licenciamento citado foi elaborada uma moção, considerando aspectos técnicos e sociais, sendo a mesma incluída no parecer jurídico da Secretaria sobre o caso. (Ketulyñ Fñster, técnica ambiental e gestora da ESEC, 2018).

Os gestores reconhecem a atuação e visam eficácia política dos CG, acreditando na capacidade de ação. Existem dificuldades, mas também reconhecem os CG como espaços destinados ao êxito quanto às mudanças legais, sociais, culturais e políticas importantes, aspectos explícitos nas falas:

Estas também dependem de cenário político externo, tanto estadual, quanto federal, em partes destes dois, no tocante à legislação ambiental. Pois a participação enquanto representação legal incorre na necessidade de alteração de edital, o que demanda tempo de espera, mas não impede a participação das reuniões, somente em caso de votação, não teria direito a voto, mas poderia expressar opinião, sem voto. (Everson Fleck, assistente administrativo e gestor interino, APA, 2018).

Acredito que quando os resultados dos conselhos forem mais perceptivos para a sociedade haverá maior adesão e valorização desses espaços. Ainda somos um país aprendendo a viver uma democracia, é necessário empoderar esses espaços, garantindo que reais envolvidos com as UCs tenham voz e condições, tanto logísticas quanto competências e conhecimento que qualifiquem a atuação. (Ketulyñ Fñster, tñcnica ambiental e gestora da ESEC, 2018).

Quando buscamos entender junto aos gestores as instituições que são colaborativos e parceiras, além dos atores, serviços, instituições potenciais que não participam ativamente, mas que são importantes, as relações de fragilidade e mesmo instituições “adversárias”, os gestores manifestam:

Há algumas [instituições] que deveriam estar presentes, como a PUCRS já esteve presente, porém após a substituição do representante, ocorreu a evasão de sua participação, deixando a lacuna de participação desta entidade de ensino superior. Algumas entidades estão presentes no conselho, porém a representatividade é mais pessoal do que representativa. (Everson Fleck, assistente administrativo e gestor interino, APA, 2018).

Seria importante contar com a participação de moradores do entorno e das UCs, acredito que por falta de organização (não possuem associação formal) e falta de informação sobre o papel do conselho, pois muitos acham que não poderiam participar dada suas condições e formação escolar. (Ketulyñ Fñster, tñcnica ambiental e gestora da ESEC, 2018).

Em pesquisas realizadas no contexto dos CG destas UC, segundo Marques e Hernandez (2014) os moradores do entorno das UC acreditam na eficácia dos conselhos gestores, assim como em outras esferas de participação social. Contudo, não vislumbram contribuir de forma efetiva nestes fóruns, há uma crença quanto à falta de capacidade em contribuir, adotam uma posição de inferioridade colocando seus conhecimentos em descrédito e não se sentindo aptos para interagirem com outros atores, grupos e redes sociais.

A pesquisa apresentada pelas autoras cita a necessidade de união quando da existência de fatores capazes de produzir identidade coletiva, em que os sujeitos reconhecem uma questão comum que precisam enfrentar de forma coletiva. Também indicam que existe a identificação do CG como agentes externos a quem direcionar suas reivindicações.

A participação e representação em CG são elementos resultantes de demandas populares pela democratização do país. Atualmente são constitucionais, instrumentos de expressão que se inserem na esfera pública e, por força de lei, integram-se com os órgãos públicos vinculados ao Poder Executivo, voltados para

políticas públicas. No caso em estudo, as políticas pela conservação da biodiversidade, além de serem responsáveis pela assessoria e suporte ao funcionamento das áreas em que atuam. A partir dessa perspectiva, os gestores identificaram os principais atores e seus respectivos papéis nos cenários macro e micropolítico de atuação nos CG, assim como as ações de luta constituídas:

Em nível micro e gestão da UC tem os gestores municipais representando os interesses municipais, mas são 4 prefeituras que tem uma participação em níveis diferentes, onde se alternava o nível de participação conforme o momento histórico ao longo do período de existência do Conselho em paralelo às demandas apresentadas ao conselho. (Everson Fleck, assistente administrativo e gestor interino, APA, 2018).

Geralmente representantes de setores com vínculo econômico com a UC (produtores rurais, silvicultores) e entidades da área ambiental [são os que participam e se envolvem]. (Ketulyñ Fñster, tñcnica ambiental e gestora da ESEC, 2018).

A *identidade coletiva* que representa os sentimentos de pertença e identificaçãõ de uma pessoa com um ou mais grupos e categorias sociais, estã plasmada no contexto dos CG, uma vez que trazem o reconhecimento das lutas, das principais estratãgias e as ações polĩticas desenvolvidas e vencidas pelo CG ao longo dos anos.

Em consonãncia com a identidade coletiva, a dimensãõ de *crenças e valores sociais* que consiste das crenças, valores e expectativas que um indivĩduo desenvolve com respeito à sua sociedade é estabelecida no contexto dos CG, quando percebemos o impacto, muitas vezes negativo, dessas crenças e valores na promoçãõ das ações polĩticas desenvolvidas, impactando a consciãncia e participaçãõ polĩtica dos atores, serviçõs e instituições potenciais.

Eficácia polĩtica, como dimensãõ que trata dos sentimentos do indivĩduo sobre sua capacidade de intervir numa situaçãõ polĩtica, seus investimentos no projeto polĩtico, sua capacidade de participaçãõ, encontra barreiras nos momentos de “marasmo” dos CG, mas permanece presente como uma centelha de esperançã e mote de participaçãõ pelos conselheiros.

A compreensãõ dos arranjos sociais, em termos de sentimentos de reciprocidade social entre os atores sãõ considerados pelos sujeitos como *sentimentos de justiça e injustiça* latentes na concepçãõ da participaçãõ polĩtica representativa dos CG, pois em diversas ocasiões (questionário, falas em reuniões, anãlise de atas) sãõ demonstrados, mesmo que intrinsecamente, tais sentimentos,

quando há uma restrição de atividade, quando ocorre a fiscalização da área, ou ainda, quando vem à tona ações de indenização para proprietários das terras.

Por ser uma dimensão mais instrumental, a *vontade de agir coletivamente* está fundamentada nas circunstâncias organizacionais e contextuais dadas para que a participação ocorra. Através dos dados analisados, constatou-se que os membros do CG identificam tais circunstâncias com clareza, mesmo que em alguns momentos elas fiquem inibidas pelas crenças e valores societais.

Analisando como os participantes percebem a correspondência entre as estratégias de ação, as metas e seus sentimentos de eficácia política, a dimensão *metas e ações do movimento*, em muitos momentos não fica clara por todos os integrantes do colegiado. Alguns, como já analisado, preferem a desmobilização destas ações em prol de interesses ou facilidades individuais.

Percebemos uma outra perspectiva, um visão institucional da representatividade no CG versus a consciência de cada sujeito, para além da instituição, órgão, secretaria que representam, quais são os interesses e contradições. Sendo interessante analisar como ficam as identidades? E ainda se há tanta identidade coletiva porque a participação declina? Seria pela interferência da consciência sombra ou apenas pela eficácia do projeto político aplicado.

No momento em que analisamos as sete dimensões da consciência e da participação política, mediante questões exploradas junto os gestores das UC, percebe-se fortemente a percepção dos mesmos frente às adversidades que se dão em diferentes âmbitos, tais como: financeiras, afetivas, estratégicas, do cenário político etc.

Além disso, diariamente somos bombardeados com notícias sobre a crise econômica estadual, com atraso no pagamento de salário de servidores, investimentos quase zero em infraestrutura, escolas sendo fechadas, atraso nos repasses de recursos, ou seja, este tema de crise financeira que vem amargando nossa realidade no Estado do Rio Grande do Sul e afeta também a participação política dos CG. Muitos representantes que têm suas ações geridas pelo estado acabam deixando de participar por falta de recursos financeiros até mesmo para o combustível ao deslocamento para reuniões. Vencida a barreira física, atualmente a tecnologia permite a participação em fóruns à distância, mas a falta de investimento impacta até a disponibilização de energia e pacote de dados de *internet* para uso

administrativo das organizações, como é o caso do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio Tramandaí, que deixou de integrar o colegiado por falta de recursos.

Ainda uma ideia que vem crescendo, especialmente nesse último governo, é a de que o Estado precisa fechar fundações, vender estatais e ficar apenas responsável por áreas como educação e segurança pública, deixando de lado grandes instituições, como a Fundação Zoobotânica, que possui um braço em pesquisa e atuava junto aos CG dos CCS até a ação de extinção da mesma. Atualmente os servidores aguardam a designação a outros órgãos.

A região dos Campos de Cima da Serra é conhecida pelas características de campos e florestas de estepe gramíneo e solos rasos que desenham o modo de vida da pecuária, especialmente no que se refere às pessoas que permaneceram no campo e que continuam desenvolvendo atividades junto ao espaço rural, como é o caso dos moradores presentes nas áreas das UC pesquisadas. A criação de gado tem grande amplitude na região e é passada de geração para geração. Em uma das falas da conselheira representante do SR de SFP, é mencionada a sua lida com o gado que faz desde criança com a família, denotando conhecer muito bem a região. Assim, identifica as ações de turismo através da trilha “Caminhos das Araucárias”, em alguns momentos, como prejudicial à criação de gado, pois criar o gado solto pode provocar “estouros de boiadas” e comprometer a segurança dos visitantes e o confinamento extingiria o chamado “gado verde”, que neste caso é o gado criado nos campos. Ademais, essa região por muitos anos, antes da regularização e proibição de supressão de mata nativa, é conhecida como região madeireira, e estas ações impactaram a economia local, provocando êxodo rural, trazendo muitas memórias afetivas negativas à conservação da biodiversidade e por consequências às UC.

O momento político em que realizamos o campo de pesquisa era de incertezas, com as eleições de 2018 para Presidente da República, Governadores, Senadores, Deputados Federais e Deputados Estaduais, que tiveram um dos maiores níveis de descrença na classe política. Esse plano político passava por dias verdadeiramente difíceis e caóticos e nesse cenário de incerteza política, além de não haver como a economia avançar, outras frentes também foram afetadas, pois política, economia, e por que não, a participação, já que andam de mãos dadas.

Poderíamos aqui descrever muitas outras adversidades no âmbito dos CG, mas ainda não retrataria as diversas formas com que a consciência e a participação políticas podem ser afetadas, pois como vimos até aqui, a política é um campo de

mudança, de mutação que vai trilhando caminhos ora conhecidos e ora novos e, por vezes, unindo caminhos onde novas adversidades surgem e a solidez de uma estratégia ou ação política é testada.

As adversidades manifestas não se relacionaram a uma figura inimiga, a um adversário ou “bandeira”, mas foram plasmadas em diferentes perspectivas. Dessa forma, retiramos a ideia de adversário como algo ou alguém, mas como um contexto contrário, que apresenta dificuldades e supõe uma situação adversa ou difícil de lidar. Ao analisarmos as entrevistas dos gestores, eles elencam uma série de adversidades como: a morosidade do estado, o sucateando das instituições públicas, a falta de informação/definições, o cenário político de incertezas, a falta de empoderamento dos espaços políticos participativos, as más condições logísticas para as instituições do poder público, falta de incentivos às instituições de interesses públicos da sociedade civil, baixo conhecimento sobre as instâncias participativas dos CG, entre outros.

Além disso, segundo um dos gestores *“o conselho deve representar os atores sociais no espaço e no território onde estão inseridos e todos têm a sua importância e devem ter o direito de expor as necessidades do espaço social a que representam”*. Assim, reforçam o dever do CG em relação à mediação de interesses e conflitos.

Destarte, a consciência política nos CG se dá através da participação ativa, das ações de educação ambiental e política elaborada e promovida pelos atores, serviços e instituições inseridas no contexto das UC. Assim, os CG fomentam essa consciência política como elemento substancial à efetiva participação, com a realização de programas de educação ambiental, fóruns de negociação e resolução de conflitos, instâncias de debates, busca por alternativas de uso da terra que permitam o uso sustentável de recursos, fomento à pesquisa científica, como descrevemos ao longo destas análises.

As percepções de campo registradas no Diário, anotações, informações complementares para além dos instrumentos e procedimentos metodológicos adotados permitiram perceber as relações de força entre os diferentes poderes e aquelas que contribuem diretamente à participação política dos CG e, conseqüentemente, à eficácia das ações políticas.

3.3. Percepções do percurso para além dos instrumentos metodológicos

Durante a caminhada metodológica, muitas percepções afloraram entre conversas, observações e análises das ações. Dentre essas, foi possível perceber algumas que interferem diretamente na vontade de agir coletivamente, traçar metas e ações, tais como: a falta de deliberações, por vezes, por falta de quórum mínimo nas reuniões e/ou pela dimensão das crenças e valores sociais que levantavam barreiras; a fiscalização ambiental vista como algoz, de que não é possível conciliar a conservação do ambiente ao sustento dos que dependem da terra; opções partidárias diversas implícitas; o sentimento de injustiça frente aos proprietários rurais que passaram a integrar as UC através de suas propriedades, entre outras.

As deliberações de ações, algumas vezes inibidas pela contestação às iniciativas positivas dos CG geram um campo de litígio, em que o maior prejuízo é da UC quanto aos seus objetivos de conservação do habitat e cultura da sociedade ali inserida.

Os membros dos CG, muitas vezes, trazem divergências partidárias, disputas do cenário político eleitoral, bem como, um conjunto de crenças, atitudes e posições que impedem o desenvolvimento da ação política. Conforme Hernandez (2015, p.93), “Ao contrário do que muitas vezes se pensa, a política não é uma instância fixa, institucional, mas um território social assentado no conflito (SCHIMITT, 1992) e/ou no consenso. (ARENDETT, 1994)”.

Fazendo uso do Diário de Campo, muitas percepções afloram para além dos instrumentos metodológicos, permitindo o aprofundamento dos dados. Para além de um instrumento, o Diário permite focar a visão da pesquisadora frente ao campo de pesquisa. Muitos meandros políticos são captados na observação participante, em uma conversa entre os intervalos das reuniões, ou até mesmo no tempo de espera para o início de uma assembleia.

Durante o campo de pesquisa, o “marasmo” já mencionado pelos gestores era percebido na dinâmica das reuniões, apesar do corpo administrativo das UC organizar a reunião visando a efetividade das demandas, muitos chegavam atrasados, muitas instituições faltavam ou participavam parcialmente nas reuniões. A participação não ativa (sem manifestar opiniões, não prestando atenção aos assuntos, se ausentando do recinto com frequência) impactam diretamente na capacidade de deliberação do CG e atuam como uma reação em cadeia. Esse sentimento não é apresentado por

todos os participantes, pois ainda existem assentos que buscam agir ativamente e positivamente junto ao conselho, mesmo que em minoria.

As assembleias ordinárias transitavam entre o contexto técnico administrativo e o político, pois a baixa participação prejudicava este último, já que a política praticada nos CG é representativa além de participativa, então o início e o final das reuniões (momentos em que o quórum se esvaziava) se caracterizava como mera instância administrativa, com repasses de informações, apresentação de resultados, assuntos gerais, etc.

Também o tempo dispensado para os encontros, em torno de quatro horas a cada encontro (aproximadamente doze horas/ano), é muito restrito diante da quantidade de demandas, sendo preciso, frequentemente, a intervenção das presidentes para que seja possível vencer a pauta das reuniões e dar seguimento às ações.

Além disso, a resolução de alguns conflitos, como a proibição de queimadas, a interdição da saibreira, trazia um sentimento efervescente e de embates e imposição de opiniões. Um clima de discussão favorável, a “calmaria”, contrariando o dito popular “mar calmo nunca fez bom marinheiro” é fruto de sucesso do CG para levar adiante algumas pautas e deveria ser mais explorada como forma de argumentação para a participação nos CG.

Trazemos aqui também a importância da construção de novas relações que tragam um “sopro de ar fresco” aos CG, seja através de uma nova instituição que apresente casos de sucesso frente à resolução de conflitos, ou mesmo uma renovação de conselheiros por parte das instituições, mas pequenas ações que possibilitem uma nova ou diferente perspectiva sobre o CG.

Ao descortinar as relações de forças e poderes que circulam nos CG estudados, observa-se que o reflexo do jogo político permeia todas as relações. As dimensões políticas são impactadas por uma série de adversidades e estas, por sua vez, encontram solo fértil para se propagar dentro da esfera dos CG. Por exemplo, a crença de que o CG e, por consequência, as UC não encontraram alternativas para as indenizações de terra.

IV VISÃO INTEGRATIVA DAS ANÁLISES E CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até esse ponto da análise buscou-se explorar, discutir e explicar as dimensões da consciência política, elaboradas e praticadas pelos CG das UC dos Campos de Cima da Serra, RS. Partindo desse objetivo, também buscamos descortinar e discutir as relações de poder, os interesses, proposições de ações e as estratégias diversas adotadas por dois CG distintos no que tange à representação e participação política junto às questões socioambientais.

Para tal, analisamos as estratégias de articulação e promoção da participação política nos CG, tomando como base as sete dimensões do Modelo da Consciência Política, as relações de poder, os interesses coletivos e as ações estratégicas formuladas. No que tange à análise das dimensões da Consciência Política está claro que as ações do CG possuem papel fundamental à participação ativa dos membros. Assim, a participação nos CG estudados se dá em “ondas”, períodos de grandes participação e contribuição, ou momentos como o atual, onde os CG se encontram em fase de esmorecimento, reforçando a necessidade de uma atuação para seu fortalecimento. Nesse sentido, os CG devem buscar novas perspectivas, abrir espaço para novas ideias, de forma mais coloquial “pensar fora da caixa”, seja por novas relações ou fortalecendo as relações já existentes que nesse momento não são ativas.

Quando apresentamos as percepções do percurso para além dos instrumentos metodológicos, mais do que dados e informações, muitos sentimentos emergiram. Em certos momentos, até mesmo como pesquisadora, coloco-me em dúvida sobre o sentimento de eficácia política e percebo os mesmos sentimentos nos membros dos CG, sempre com uma ponta de dúvida na condução do processo. É preciso mencionar, ainda, que a passividade ora percebida, a morosidade em realizar ações somada à falta de alternativas são cruciais na formulação da consciência política.

Apesar dos CG já possuírem uma caminhada de 06 (seis) anos, a cultura de relações políticas que sejam ativas e representativas é um trabalho oneroso, de muita persistência dos envolvidos. Não obstante, cabe aos CG definir estratégias e ações quando as adversidades batem à porta.

Ao longo do percurso metodológico fomos percebendo as diferentes situações que impactam a CP nos CG e estas adversidades têm origem em diferentes esferas. Parece-me instrutivo e ao mesmo tempo espirituoso que neste momento estou escrevendo esta etapa da dissertação à mão em um caderno, pois neste instante me

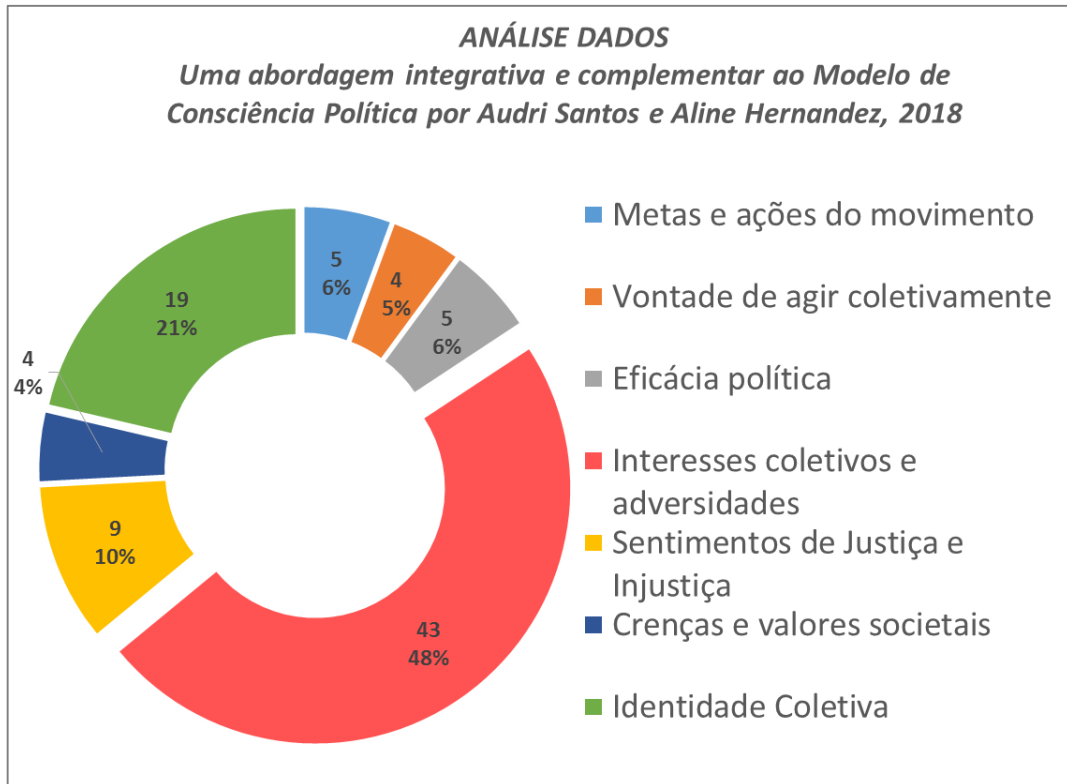
deparei com uma adversidade que é a falta de energia elétrica, não por um adversário concreto, mas pelos fortes ventos e a queda de energia. O mesmo se dá nas instâncias deliberativas e consultivas dos conselhos. Pairam nestes cenários situações instituídas por um conjunto de elementos “contrários”.

Mediante a análise dos dados compilados, buscamos indícios, evidências, relatos sobre os benefícios de analisar todos os elementos contrários ao CG, os conflitos, as situações a serem superadas e interpretamos esses **interesses coletivos e adversidades** como uma dimensão interdimensional, que transcende as demais dimensões, as perpassa e influencia, ora colocando uma ora outra em evidência, variando conforme as adversidades que vão sendo apontadas e as estratégias que vão sendo formuladas.

Conforme as percepções evidenciadas nos Mapas Falados, já apresentadas na Tabela 04, analisamos e classificamos matricialmente 43 observações (Apêndice 4) descritas pelos conselheiros acerca de cada uma das dimensões da CP e propusemos, ainda nessa classificação, uma abordagem integrativa e complementar ao Modelo de Consciência Política no que tange às adversidades.

Cada uma das observações relatadas nos Mapas Falados trouxeram elementos para classificá-las entre uma dimensão política e/ou outra. Assim, passamos a analisá-las a partir da compreensão das dimensões identidade coletiva, crenças e valores sociais, eficácia política, sentimentos de justiça e injustiça, vontade de agir coletivamente, metas e ações. Prosseguindo à análise, percebemos que todas as observações se relacionavam no âmbito dos interesses coletivos e adversidades.

Gráfico 04 – Abordagem integrativa e complementar ao Modelo de Consciência Política no que tange às adversidades.

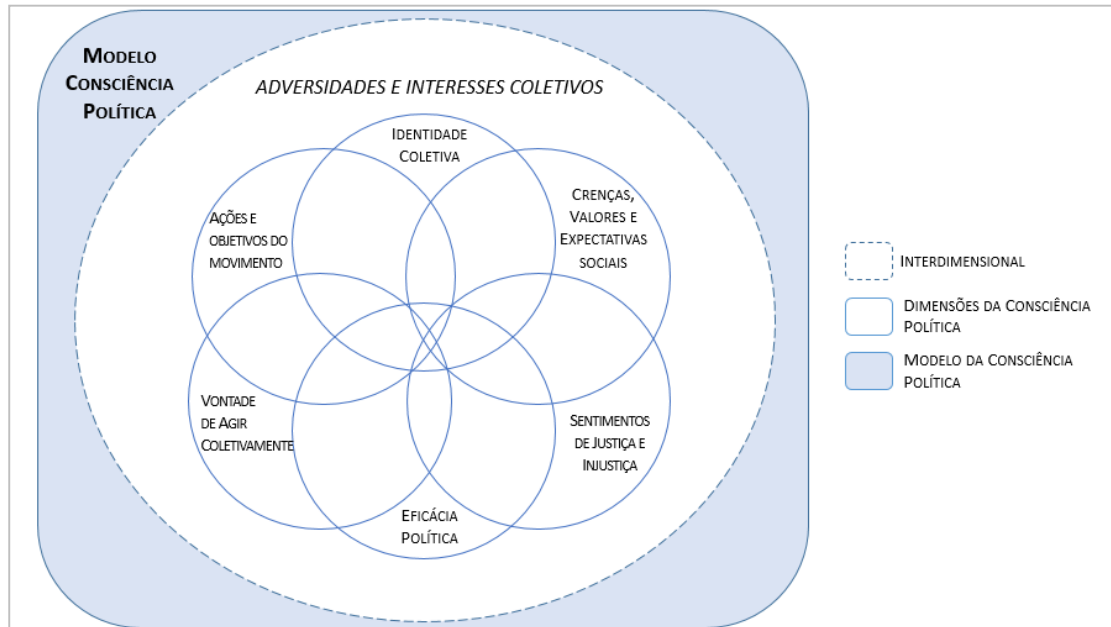


Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Desmistificação significa romper com o mito, romper com o enigma acerca de algo. Significa também tirar do senso comum, desligar da ideologia, dissecar. Logo, o processo de desmistificação provém do reconhecimento das adversidades e interesses coletivos, dimensões inter-relacionadas por interferirem diretamente nas demais dimensões podendo inibir, evidenciar, contribuir (positiva ou negativamente) com o projeto coletivo.

Esse processo de conjunção e confluência entre dimensões afetivas, estruturais, objetivas e conjunturais reforça a ideia de concebermos a dimensão da análise das adversidades e dos interesses coletivos como interdimensional, pois atravessa e influencia diretamente nos indicadores de participação e não participação, no sentimento de pertencimento e eficácia sobre o projeto político. Quando analisamos os dados conjuntamente, um dos pontos que mais chama atenção no modelo da CP é o fato da consciência compor um grupo de representações que conformam a tendência, as crenças e motivações de cada sujeito. Para que aconteça o envolvimento em ações políticas e coletivas e o sujeito participe enquanto ator político (SANDOVAL e SILVA, 2016), um conjunto de fatores (dimensões) entram em jogo.

Figura 11 – Nova perspectiva do Modelo de Consciência Política proposto por Santos e Hernandez, 2019.



Fonte: Santos e Hernandez, 2019.

Modelo está sendo apresentado como uma possível ferramenta analítica e avaliativa dos processos de CP nos CG. Para tanto todas as dimensões do modelo devem ser analisadas, por instrumentos qualitativos (entrevistas, mapas falados, questionários, entre outros) ou quantitativos (percentual de participação, número de ações e projetos, dados estatísticos entre projetos propostos e realizados, etc), onde a trajetória metodológica pode indicar questões de pesquisa interessantes ao campo analisado. Neste caso as duas variáveis, adversidades e interesses coletivos, foram predominantes. Desta forma a análise e avaliação das adversidades indicou ao conselho as pautas e agendas importantes a formulações de projetos (interesses coletivos).

Assim, algumas reflexões finalizam essa dissertação deixando a discussão sobre consciência e participação política aberta para muitas complementações que podem e devem surgir, em futuras pesquisas, a fim de enriquecer a discussão e as análises sobre o papel dos Conselhos no fortalecimento democrático de uma sociedade.

Ao longo do estudo enfrentei alguns percalços, tais como: dificuldades logísticas para meu deslocamento da casa e do trabalho até a Universidade, além do

meu estabelecimento na cidade que, em situações de estudo e pesquisa, por vezes, dificultaram a coleta de dados e a conciliação das minhas atividades profissionais. Também enfrentei entraves financeiros, pois além de não contar com recursos externos, tais como bolsa de pesquisa ou qualquer tipo de fomento à pesquisa, arqueei com recursos próprios em todas as situações, ainda enfrentando a crise econômica que afetou o país nos últimos anos. Também enfrentei entraves burocráticos em várias situações da coleta de dados, pois alguns sujeitos potenciais à pesquisa se negaram a contribuir com meu estudo em diferentes ocasiões.

Cabe destacar que a pesquisa permitiu ampliar o debate, tanto no âmbito acadêmico, quanto no âmbito político, junto aos CG estudados. Muitas possibilidades e ações deverão avançar na medida em que a prática vai permitindo amadurecimento e conseqüente aperfeiçoamento. Cabe, agora, na etapa devolutiva da pesquisa, compartilhar a experiência, as análises e interpretações junto aos conselhos, gestores e poder público para seguirmos avançando.

Uma tônica da pesquisa foi considerar a democracia como elemento que deve estar presente em todo e qualquer fórum social, reforçando-a continuamente através de debates, da exposição de ideias e antagonismos, da construção coletiva de um processo de reflexão que valorize a participação consciente e ativa.

Além disso, cabe retomar que esta pesquisa buscou explorar, discutir e analisar aspectos teóricos na prática, a fim de alavancar propostas efetivas e estratégias que possam ser adotadas pelos CG e suas redes de participação no enfrentando das adversidades. É um dos objetivos de um Mestrado Profissional elaborar e apresentar um “produto”, uma produção acadêmico-profissional que possa dar uma contrapartida social relevante ao contexto estudado. Nesta perspectiva, é importante destacar que as adversidades identificadas não são o fim em si mesmas, mas são pedagógicas e incidem sobre o grupo dos CG em busca de estratégias e ações.

Vislumbramos algumas ações de fortalecimento dos CG, a fim de fomentar uma cultura política que realmente ative a participação mediante ações de formação, estudando sobre o papel dos CG, da legislação reguladora, das políticas públicas de fomento, formular um banco de projetos com base em diagnósticos locais etc. Assim, buscando apresentar uma contrapartida social da universidade pública em compromisso com as mudanças possíveis, elaboramos uma atividade de extensão entre UERGS e os CG, com a finalidade de apresentar as estratégias e ferramentas que potencializem a participação política. A devolutiva das análises visa apresentar e

discutir perspectivas possíveis para que os CG possam reagir ao “marasmo” e fortaleçam suas ações.

Em consonância com esta ação de extensão, no mês de novembro de 2018, na última assembleia ordinária do ano, apresentamos um “Guia de Ações e Ferramentas de Reunião e Articulação dos CG”, desenvolvido como um produto do Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, juntamente com um material de agradecimento pela acolhida durante todo processo e pelo empenho da gestão em possibilitar um diagnóstico sobre os CG.

Ademais, outro produto do Mestrado Profissional é a produção e submissão de um artigo em periódico científico para que possamos promover essa tecnologia social junto à comunidade acadêmica, para além dos CG.

Além dos aspectos analisados na pesquisa, foi possível verificar a existência de outros elementos que devem ser aprofundados em pesquisas e análises sobre consciência e participação política, tais como: identidade coletiva, comunicação dos CG com a sociedade e inserção social junto ao entorno e contexto no qual se insere.

Os CG não devem ser um braço executor dos desejos do Estado e da legislação, mas antes disso, devem representar e deliberar sobre as demandas e urgências de uma comunidade, de um grupo social, nesse caso, localizado no entorno da APA Rota do Sol e da ESEC Aratinga.

A política dos conselhos participativos e deliberativos, uma conquista social e democrática, está fortemente ameaçada nas mais diversas áreas pelo atual governo no Brasil, com forte tendência à liquidez. Os retrocessos já anunciados pelo atual Governo no que tange ao Ministério do Meio Ambiente, como a perda do serviço florestal brasileiro para agricultura, que tem como principal atribuição o Cadastro Ambiental Rural (CAR); a competência sobre a pesca e o licenciamento do setor passaram para o Ministério da Agricultura; a gestão da Agência Nacional de Águas (ANA) passou para o Ministério de Desenvolvimento Regional; a simplificação dos procedimentos de licenciamento são alguns exemplos. Nesse sentido, nota-se um fechamento à política dos conselhos e a forte ameaça à nossa frágil democracia frente à oposição do Governo quanto às iniciativas de empoderamento, gestão e governança social.

Não é possível encerrar este estudo sem mencionar meu desenvolvimento, pois passei por um processo de mudança pessoal no decorrer desse trajeto, empoderando-se e me tornando mais reflexiva e crítica frente aos cenários políticos

nos quais me insiro e participo. Hoje permito que a posição de pesquisadora possa exteriorizar-se em minhas atividades profissionais e, principalmente, em meu posicionamento perante os caminhos da vida. Encerro essa etapa com o sentimento de gratidão pela oportunidade de me reinventar e evoluir.

Por fim, é relevante destacar o papel dos CG nas UC como ação política substancial à conservação de áreas protegidas, a partir de uma política ambiental sólida e eficaz nos diferentes contextos de conservação, na gestão ambiental e proteção mais eficiente dos recursos ambientais.

REFERÊNCIAS

AREOSA, A. L. **Análise da dinâmica de funcionamento do Conselho Municipal de Saúde de Santa Cruz do Sul**. Santa Cruz do Sul, 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Santa Cruz do Sul

BARROS, M. **Retrato do artista quando coisa**. Rio de Janeiro: Editora Record, 1998.

BAUER, M. W; GASKELL, G. (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. 13ª ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

_____. **Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4340.htm>. Acesso em: 15 de outubro de 2017.

_____. **Decreto nº 4.320 de 22 de agosto de 2002**. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm>. Acesso em: 23 de agosto de 2016.

_____. Ministério da Educação. **Portaria n. 389**. Mestrado e doutorado profissional no âmbito da pós-graduação stricto sensu. Diário Oficial da União. Brasília, 23 de março, 2017.

_____. Ministério do Meio Ambiente. **Um guia para gestores e conselheiros**. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade Coordenação de Gestão Participativa. Brasília, 2014. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/guia-conselhos-2014.pdf>>. Acesso em: 03 de junho de 2017.

_____. Instituto Nacional de Tecnologia da Informação. **Portaria n. 131**. Mestrado e doutorado profissional. Diário Oficial da União. Brasília, 28 de junho, 2017.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**. Tradução Maria J. Alvarez, Sara Bahia dos Santos e Telmo M. Baptista. Porto, Portugal: Porto Editora, LDA, 1994.

BONFIM, W. L. S. **Descentralização, participação e esfera pública: reflexões sobre a literatura a partir do caso de Teresina**. Trabalho apresentado no 26. Encontro da Anpocs, GT 14, Caxambu, 2002.

BULHÕES, M. G. P. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador no Rio Grande do Sul/Brasil: avanços e limites na participação de atores governamentais e não governamentais. In: MILANI, C.; ARTURI, C.; SOLINÍS, G. (Orgs.). **Democracia e governança mundial: que regulações para o século XXI?**. Porto Alegre: UFRGS/Unesco, 2002. p. 137-165.

CARVALHEIRO, J. R. et al. **O município e a saúde**. São Paulo: Hucitec, 1992.

CARVALHO, A. I. **Conselhos de Saúde no Brasil: participação cidadã e controle social**. Rio de Janeiro, Ibam/Fase, 1995

CASTRO, I.; MOURA, M. A. S. **Aprendizados com conselhos gestores das unidades de conservação no Programa ARPA**. Cadernos ARPA 2. Brasília: MMA, 2009. 55 p. Disponível em: <<http://www.programaarpa.gov.br/wp-content/uploads/2012/10/caderno2ConselhosArpa2.pdf>> Acesso em 24 agosto. 2016.

CÔRTEZ, S. M. V **Fóruns participatórios na área de saúde: teorias do estado, participantes e modalidades de participação**. Revista Saúde em Debate, n. 49/50, p. 73-79, 1996.

_____. **Participação de usuários nos Conselhos Municipais de Saúde e de Assistência Social de Porto Alegre**. In: PERISSINOTTO, R.; FUKS, M. (Orgs.). Democracia, teoria e prática. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002. p. 167-209.

_____. **Conselhos e conferências de saúde: papel institucional e mudança nas relações entre Estado e sociedade** In: Fleury, S. e Vasconcelos, C. L. (Orgs.). Participação, Democracia e Saúde. Rio de Janeiro: Cebes, 2009. p. 102-128. Disponível em: <http://cebes.org.br/site/wp-content/uploads/2013/10/livro_particioacao.pdf> Acesso em: 30 maio. 2018.

DORNA, A. La re-habilitation d'un paradigme perdu: la psychologie politique. **Psicologia Política**, p. 39-158, 2004. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_serial&pid=1519-549X> Acesso em: 18 ago. 2017.

DORNA, A. **A psicologia política, o líder carismático e a personalidade democrática**. Lisboa: Livros Horizontes, 2007.

DUSSEL, H. **20 Teses de Política**. Tradução de Rodrigo Rodrigues. São Paulo: Expressão Popular. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/261916603/20-Teses-de-Politica-Enrique-Dussel>> Acesso em: 24 ago. 2016.

ESPINOSA, A. **Prefácio**. In: SILVA, A. S., & CORRÊA, F. (org.). No interstício das disciplinas: a psicologia política. Curitiba: Prismas, 2015.

FLEURY, L. C.; ALMEIDA, J.; PREMEBIDA, A. O ambiente como questão sociológica: conflitos ambientais em perspectiva. **Sociologias**. Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 34-82, jan./abr. 2014. Disponível em: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/issue/view/2306/showToc>> Acesso em: 24 ago. 2016.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Editora Atlas S.A. 2010.

GOHN, M. da G. M. **Conselhos gestores e participação sociopolítica**. São Paulo: Cortez, 2001.

GOHN, M. da G. M. **Conselhos gestores e gestão pública**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

GILLILAND-SWETLAND, A. J. **Introduction to metadata: Setting the stage**. 2000. Disponível em: <<http://www.slis.kent.edu/~mzeng/metadata/Gilland.pdf>> Acesso em: 27 dez. 2018.

GÜNTHER, H. A psicologia ambiental no campo Interdisciplinar de conhecimento. **Revista Psicologia**, São Paulo, USP, 2005, v. 16(1/2), p. 179-183. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pusp/v16n1-2/24655.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

HERNANDEZ, A. R. C.; LÓPEZ, J. S. Los movimientos sociales y lo social em movimiento: Un estudio psicosocial sobre la acción colectiva a través del sector social. **Psicología Política**, Madrid, nº 34, p. 7-38, mai. 2007. Disponível em:

<<http://www.uv.es/garzon/psicologia%20politica/N34-1.pdf>> Acesso em: 26 de agosto de 2016.

HERNANDEZ, A. R. C.; SCARPARO, H. B. K. Sobre a Pesquisa em Psicologia Política: das questões sociohistóricas e epistemológicas ao anarquismo contra metodológico de Paul Feyerabend. **Psicologia Política**, 2014, v. 14, n. 29. p. 21-34.

HERNANDEZ, A. R. C. Imagens e Discursos do Movimento Social Espanhol “No a La Guerra”: Representação social, Ações e Reações. In: GUARESCHI, P.; HERNANDEZ, A.; CÁRDENAS, M. **Representações sociais em movimento: psicologia do ativismo político**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. Elaborado pelo Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUNT, S.; BENFORD, R., & SNOW, D. (1994). **Marcos de acción colectiva y campos de identidad en la construcción social de los movimientos**. En E.Laraña y J. Gusfield. (Eds) Los nuevos movimientos sociales. De la ideologia a la Identidad. Madrid: CIS

IPARDES; EMATER-PR; DESER. **Biblioteca Virtual do Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais**. Caracterização dos Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural do Paraná, 2001

KLANDERMANS, B. **The social construction of protest and multiorganizational fields**. In: MORRIS, A. D. & MUELLER, C. M. (eds.), *Frontiers in social movement theory* (pp. 77-103). New Haven, CT, US: Yale University Press, 1992.

KRONBAUER, S. A. BUFFON, I. Distribuição espaço-temporal dos autos de infração na área de proteção ambiental estadual Rota do Sol, RS, Brasil. In PRINTES, R. C. **Gestão Ambiental e negociações de conflitos em unidades de conservação do nordeste do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CORAG, 2012.

LONGO, W. **Marketing e Comunicação na era pós-digital (recurso eletrônico): as regras mudaram**. São Paulo: HSM do Brasil, 2014. 312 p.

LOUREIRO, C.F.B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, R. S. (Org). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. São Paulo: Cortez, 2012. 7ª ed.

MARQUES, K. F.; HERNANDEZ, A. R. C. **Conselhos Gestores de Unidades de Conservação: Ação coletiva e os desafios à participação social.** Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização em Educação para a Sustentabilidade. Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, 2014.

MARQUES, K. F. A. **Atuação conjunta dos conselhos gestores da Área de Proteção Ambiental Rota do Sol e Estação Ecológica Estadual Aratinga: uma experiência de gestão participativa integrada.** In VIII Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, 2015, Paraná. Anais Trabalhos Técnicos. Paraná: CBUC, 2015. P 1-5.

MORIGI, V. **Cidades Educadoras.** Porto Alegre: Sulina, 2016.

NOGUEIRA, V. F. P. **Axiologia: apontamentos sobre o valor. Ética e cultura da Paz.** São Paulo: Palas Athena, 2012. Disponível em: http://www.palasathena.org.br/eticaeculturadepaz2012/download/ModuloIV/Axiologia_Apontamentos%20sobre%20o%20valor.pdf> Acesso em: 31 de dezembro de 2018.

PUCCINI, B. **Consciência Política e Humanização do Parto: a luta pelo direito à formação de obstetrizes na Universidade de São Paulo.** São Paulo, 2018. 157 p. Dissertação (Mestrado em Ciência) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2018.

Rio Grande do Sul, 2008a. **Plano de Manejo da Estação Ecológica Estadual Aratinga.** Disponível em: <http://www.sema.rs.gov.br/upload/PlanomanejoEEEAratinga.pdf>>. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

Rio Grande do Sul, 2008b. **Plano de Manejo da Área de proteção Ambiental Rota do Sol.** Disponível em: http://www.sema.rs.gov.br/upload/Plano_manejo_APARotadoSol.pdf. Acesso em: 21 de agosto de 2017.

Rio Grande do Sul. 2012. **Portaria nº 37 de 04 de junho de 2012.** Cria o Conselho Consultivo da Estação Ecológica Estadual Aratinga. Diário Oficial do Estado. Porto Alegre.

Rio Grande do Sul. 2012. **Portaria nº 38 de 04 de junho de 2012**. Cria o Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Estadual Rota do Sol. Diário Oficial do Estado. Porto Alegre.

Rio Grande do Sul. 2016. **Portaria nº 95 de 17 de agosto de 2016**. Composição do Consultivo da Estação Ecológica Estadual Aratinga. Diário Oficial do Estado. Porto Alegre.

Rio Grande do Sul. 2016. **Portaria nº 97 de 17 de agosto de 2016**. Composição do Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Estadual Rota do Sol. Diário Oficial do Estado. Porto Alegre.

Rio Grande do Sul. 2018. **Portaria nº 156 de 13 de novembro de 2018**. Composição do Conselho Deliberativo da Área de Proteção Ambiental Estadual Rota do Sol. Diário Oficial do Estado. Porto Alegre.

Rio Grande do Sul. 2018. **Portaria nº 157 de 13 de novembro de 2018**. Composição do Conselho Consultivo da Estação Ecológica Estadual Aratinga. Diário Oficial do Estado. Porto Alegre.

ROSA, L. A. Participação política: diálogos entre consciência política e práxis política. **Revista Psicologia Política**, v. 15, n.33, p.391-403, 2015.

SANDOVAL, S. A. M. Consideração sobre aspectos microssociais na análise dos movimentos sociais. **Psicologia e Sociedade**, Belo Horizonte, v. 4, n.7, p. 61-76, 1989.

SANDOVAL, S. A. M. **Algumas reflexões sobre cidadania e formação de consciência política no Brasil**. In: SPINK, M.J. (org). A cidadania em construções: uma reflexão transdisciplinar. São Paulo: Cortez, 1994.

SANDOVAL, S. A. M. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence alternative forma of working-class contention in 1990's. **Revista Psicologia Política**, São Paulo: ABPP, p.173-195, 2001.

SANDOVAL, S. A. M. **A Psicologia Política da crise do movimento sindical brasileiro dos anos 1990**: uma análise da consciência política num momento de desmobilização. In: SILVA, A. S., & CORRÊA, F. (org.). No interstício das disciplinaridades: a psicologia política. Curitiba: Prismas, 2015.

SANDOVAL, S. A. M.; SILVA, A. S. **O modelo de análise da consciência política como contribuição para a Psicologia Política dos Movimentos Sociais**. In: HUR, D. U. & JÚNIOR, F. L. (orgs.). *Psicologia, políticas e movimentos sociais*. p. 25-57. Petrópolis: Vozes, 2016.

SANTOS, A.; HERNANDEZ, A. R. C. **Consciência e Ação Política em Rede: uma Proposta Interdimensional para o Estudo dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação dos Campos de Cima da Serra/RS**. Mestrado em Ambiente e Sustentabilidade, Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, São Francisco de Paula, 2019.

SANTOS JÚNIOR, O. A. **Democracia e governo local**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2001.

SILVA, A. S.; CORRÊA, F. **No Interstício das disciplinaridades: a psicologia política**. Curitiba: Prismas, 2015.

SILVA, A. S. *Consciência e Participação Política: uma abordagem Psicopolítica*. **Interações**, São Paulo, vol. 6, n. 12, julho-dezembro, 2001, pp. 69-90. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/354/35461204.pdf>> Acesso em: 17 de junho de 2017.

SILVA, A. S. *A Psicologia Política no Brasil: lembranças e percursos sobre a constituição de um campo interdisciplinar*. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, vol. 12 n.25, p. 409-425. ABPP. 2012. Disponível em: <<https://docplayer.com.br/7824424-A-psicologia-politica-no-brasil-lembrancas-e-percursos-sobre-a-constituicao-de-um-campo-interdisciplinar.html>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

SILVA, B.P.L. *A teoria da complexidade e o seu princípio educativo: as ideias educacionais de Edgar Morin*. **Revista Polyphonía**, Goiânia, v. 22, n.2, p.281-580, 2011.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. 72 p. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>>. Acesso em 3 jan. 2019.

TATAGIBA, L. **Os conselhos gestores e a democratização das políticas públicas no Brasil**. In: DAGNINO, E. (Org). Sociedade civil e espaços públicos no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2002. p. 47-103.

VELLUCCI, S. L. Metadata. **Annual Review of Information Science and Technology**. Medford, v. 33, 1998. Disponível em: <<http://www.asis.org/Bulletin/Oct-97/vellucci.htm>>. Acesso em 27 dez. 2018.

APÊNDICE 1

ROTEIRO DE QUESTIONÁRIO ABERTO

<i>VARIÁVEIS SOCIODEMOGRÁFICAS</i>	
1.	Nome
2.	Gostaria de usar algum pseudônimo?
3.	Escolaridade
4.	Gênero
5.	Raça (autodeclarada)
6.	Idade
7.	Religião (autodeclarada)
8.	Profissão
<i>VARIÁVEIS PSICOPOLÍTICAS</i>	
1.	Você tem ou teve algum tipo de atuação política, qual?
2.	Quais os significados e funções do Conselho Gestor?
3.	O que você sabe sobre a formação desse Conselho Gestor?
4.	Como é visto o Conselho Gestor na Unidade de Conservação?
5.	Quais foram as lutas enfrentadas até agora?
6.	Quais as principais estratégias e ações coletivas elaboradas e desenvolvidas pelo Conselho Gestor?
7.	As ações atingiram seus objetivos iniciais? Explique.
8.	Quais são os principais conflitos e desafios enfrentados por esse Conselho Gestor?
9.	Quais foram e são os adversários do Conselho Gestor?
10.	E quais os aliados?
11.	Quais são os atores presentes nesse processo de luta e de atuação do Conselho e seus respectivos papéis? (Plano macro e micropolítico)
12.	Há atores e instituições que deveriam compor o Conselho Gestor e não estão presentes? Por quê?
13.	Quais mudanças legais, sociais, culturais e políticas são importantes à atuação do Conselho Gestor?

APÊNDICE 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Com o objetivo de colaborar na formação continuada dos pesquisadores do Programa de Pós Graduação Mestrado Profissional em Ambiente e Sustentabilidade, a pesquisa "Consciência e Ação Política em Rede: Estudo dos Conselhos Gestores das Unidades de Conservação dos Campos de Cima da Serra/RS", sob minha condução e orientada pela Profa. Dra. Aline Hernandez (professora e pesquisadora colaboradora da UERGS, São Francisco de Paula, RS, na linha de pesquisa Sociedade, Desenvolvimento e Ambiente), busca entender um pouco mais sobre a consciência e ação política em conselhos gestores de unidades de conservação.

Sua colaboração nesse estudo está vinculada à participação voluntária nas entrevistas e mapas falados. A pesquisadora fará observações e anotações em Diários de Campo, além de participar nas reuniões dos conselhos gestores das UCs durante o ano de 2018.

Não há riscos associados à sua participação nesta pesquisa, a não ser algum constrangimento ocasionado pela presença da pesquisadora ou em relação à alguma questão de pesquisa. Você pode ter acesso às informações sobre o andamento do estudo e/ou seus resultados. As informações obtidas serão rigorosamente de carácter científico. Os nomes de todos os participantes serão substituídos por nomes fictícios em qualquer apresentação ou publicação baseada neste estudo. Você poderá se recusar a participar ou se retirar da pesquisa a qualquer momento.

A fim de garantir o cumprimento das exigências éticas, científicas e legais fundamentais à defesa dos interesses, da integridade e da dignidade dos participantes pesquisados, os dados dos conselhos gestores participantes serão apresentados após aprovação prévia dos responsáveis pela administração das unidades de conservação conforme requerido pela Lei Federal nº 9.985/2000.

Se você tiver outras dúvidas ou perguntas, entre em contato comigo pelo e-mail audri.santos@gmail.com ou telefone (51) 983113360. Esse termo deverá ser assinado em duas vias, sendo que uma fica com você e a outra ficará comigo. Agradeço por sua colaboração e interesse em nossa pesquisa.

Cordialmente,
Audri Silva dos Santos.

Termo de Consentimento

Eu, _____, concordo em participar da pesquisa descrita, ter a minha imagem e voz gravada, com devido sigilo, ser entrevistada e observada em minhas práticas no conselho gestor.

Assinatura do/a participante:


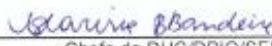
Local:

Data:

E-mail:

Telefone:

APÊNDICE 3

 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - SEMA DEPARTAMENTO DE BIODIVERSIDADE DIVISÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	
AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO 21/2018	
A Divisão de Unidades de Conservação, com base na Instrução Normativa SEMA nº 06/2014 e com base no Parecer nº 01/2018 – EEEA autoriza o projeto de pesquisa a seguir identificado , nas condições constantes neste documento.	
Título do projeto: Conselhos gestores de Unidades de Conservação nos campos de cima da serra e a potencialização das ações políticas em rede,	
Número de cadastro do projeto na DUC: 623	
Pesquisadores: Audri silva dos Santos (pesquisador) Patrícia Binkowski	
Instituição a que o projeto se vincula: Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS	
Tipo de material a ser coletado: Não há coletas	
Unidade de Conservação em que será desenvolvido o projeto: Área de Proteção Ambiental Rota do Sol e Estação Ecológica Estadual da Aratinga	
Condições gerais: <ol style="list-style-type: none"> 1. Este documento não dispensa a exigência de autorização de Ingresso para o Pesquisador. 2. Mediante decisão motivada, a Divisão de Unidades de Conservação poderá suspender ou cancelar esta Autorização, caso ocorra descumprimento das normas da Instrução Normativa SEMA nº 06/2014 e legislação vigente. 3. O pesquisador deverá realizar uma apresentação dos resultados ao final do projeto, que será posteriormente planejado com o gestor da Unidade. 4. Deverá ser entregue os resultados finais (Tese, dissertação, monografia, artigos, etc...), além de um documento que autorize a divulgação dos resultados pelo autor nos meios de comunicação usuais da SEMA. 	
Condições específicas: <ol style="list-style-type: none"> 1. As atividades do projeto deverão adequar-se ao calendário da Unidade de Conservação. 2. Para as entrevistas, uso de imagem e demais atividades que envolvam diretamente os conselheiros, deverá ser solicitado consentimento e dado os devidos esclarecimentos sobre a pesquisa. 	
Validade da Autorização: 01 (um) ano	
Porto Alegre, 23 de julho de 2018	
 _____ Chefe da DUC/DBIO/SEMA Clarissa Bertoldo	
	
Endereço: Avenida Borges de Medeiros, 261, 11º andar – POA/RS – CEP 90020-021 Telefone: (51) 32888109 - E-mail: duc@sema.rs.gov.br	

APÊNDICE 4

DADOS APRESENTADOS NOS MAPAS FALADOS	METAS E AÇÕES DO MOVIMENTO	VONTADE DE AGIR COLETIVAMENTE	EFICÁCIA POLÍTICA	INTERESSES COLETIVOS E ADVERSIDADES	SENTIMENTOS DE JUSTIÇA E INJUSTIÇA	CRENÇAS E VALORES SOCIETAIS	IDENTIDADE COLETIVA
Órgãos como PATRAM devem ajudar os produtores no combate ao abigeato. Estar do lado do produtor e não contra, apontando só irregularidades do produtor				✓	✓		
Mostrar como produzir de forma sustentável sem invisibilidade o negócio.	✓			✓		✓	
Necessita de mais informação, assessoria e menos fiscalização aliada a punição				✓	✓	✓	
Muitos órgãos mandando na mesma coisa. O produtor fica mesmo com autorização acuado.				✓	✓	✓	
APA				✓			✓
OPAC Litoral Norte				✓			✓
Prefeituras: Itati, Três Forquilhas e Terra de Areia				✓			✓
Rede COP: 50 cooperativas em todo o estado (RS)				✓			✓
Sindicato Rural: Itati, Três Forquilhas e Terra de Areia				✓			✓
Emater				✓			✓
Conselho CMDR Itati				✓			✓
Conselho CMDR Terra de Areia				✓			✓
Conselho Gestor (Mata Paludosa)				✓			✓

Relação do DAER com os CG das UCs se dá devido as comunidades entorno da rodovia	✓	✓		
A participação no Conselho possibilita a aproximação, conhecimento e diálogo entre o DAER e as comunidades do entorno da rodovia "Rota do Sol".	✓	✓		
Impacto negativo: Legislação ambiental crescente - "tojo".		✓	✓	
Impacto negativo: IBAMA		✓	✓	
Impacto negativo: escritórios ambientais		✓	✓	
Impacto negativo: ICMBio		✓	✓	
Impacto negativo: Poder Público (enxerga só o dinheiro que podem render nas 3 esferas).		✓	✓	
Impacto positivo: UERGS		✓	✓	
Impacto positivo: SEMA		✓	✓	
Impacto positivo: CITE 78		✓	✓	
DAER é neutro		✓	✓	
Falta de comunicação			✓	
Conflito de Interesses			✓	✓
Momento político (descrença)			✓	
Setor produtivo:(representatividade presente e positiva) Sindicato rural e CITE 78 (pecuária), COOMAFIT, SINDIMADEIRA.	✓	✓		✓ ✓

ONG: CURICACA (possui problemas de deslocamento para as reuniões) e ANAMA		✓		✓
Pública: Comissão igreja Potreiro Velho e CERBMA (possui problemas de deslocamento para as reuniões)		✓		✓
Ambiental: ICMBio, Prefeituras (possui muita rotatividade de servidores)		✓	✓	✓
Gestão: (órgãos do estado do RS)DAER, SEMA, UERGS e Patram (faltam pessoas)		✓		✓
Conselho Gestor está ao centro de todas as interações.	✓	✓		✓
Relação entre SEMA e DAER		✓		✓
Relação entre CITE 78 e Sindicato Rural		✓		✓
Relação entre SEMA e UERGS		✓		✓
Relação entre DAER e Prefeitura/Estado		✓		✓
Produção: Permeia todas as relações		✓		
Conflitos: Permeia todas as relações		✓		
Participação: Permeia todas as relações	✓	✓		
Conservação ambiental: Permeia todas as relações	✓			✓
Participação política: Permeia todas as relações	✓	✓		✓
Unidade de conservação: Permeia todas as relações	✓	✓		

APÊNDICE 5

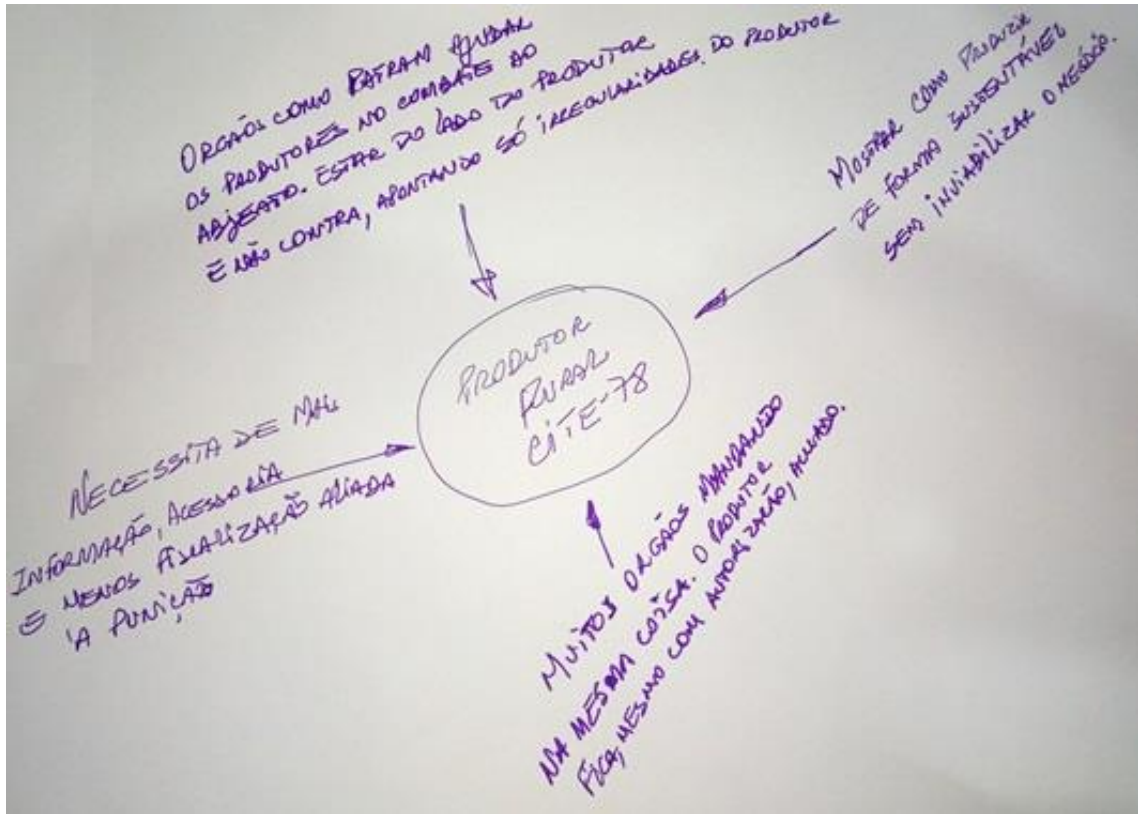


Figura 1 Mapa Falado CITE

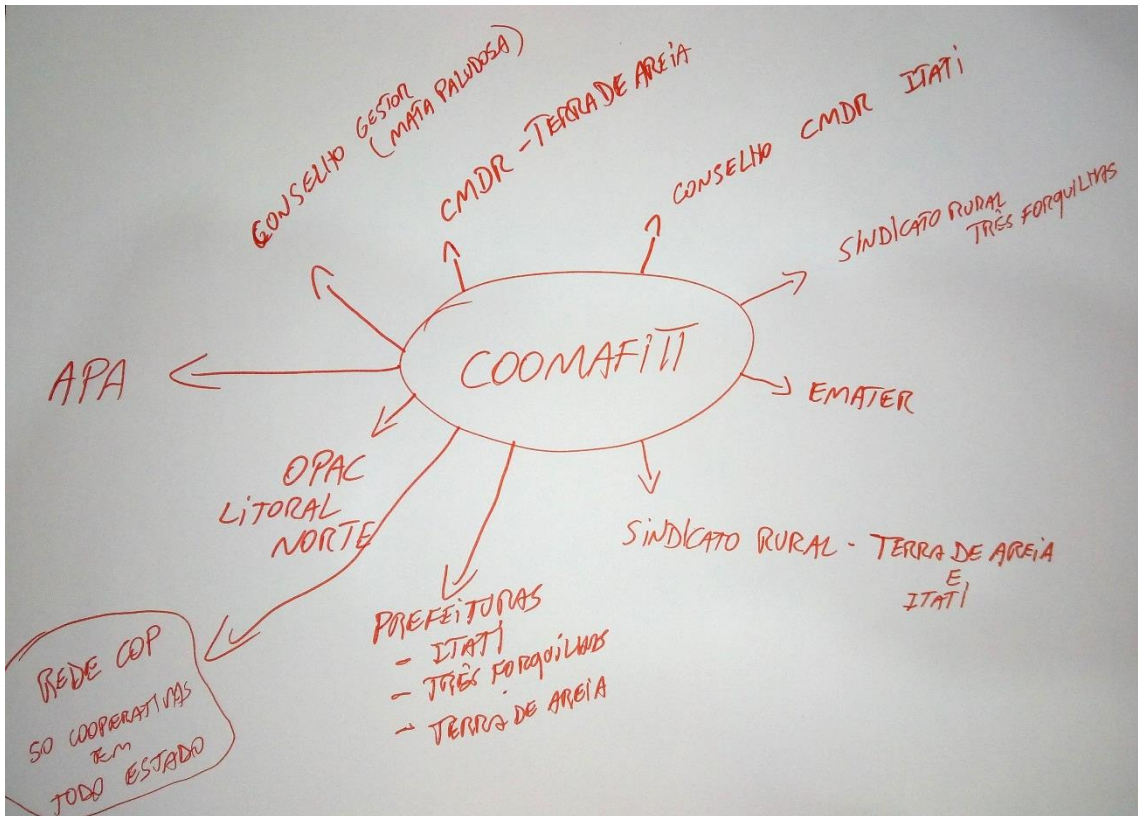


Figura 2 Mapa Falado COOMAFIT

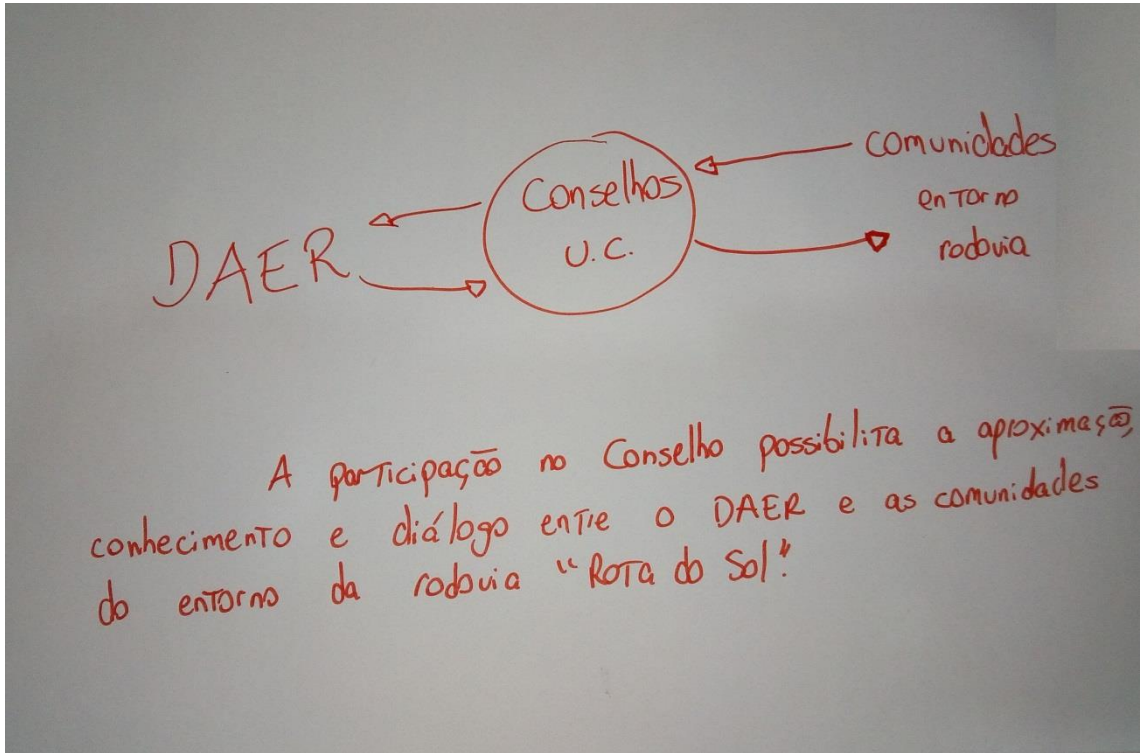


Figura 3 Mapa Falado DAER

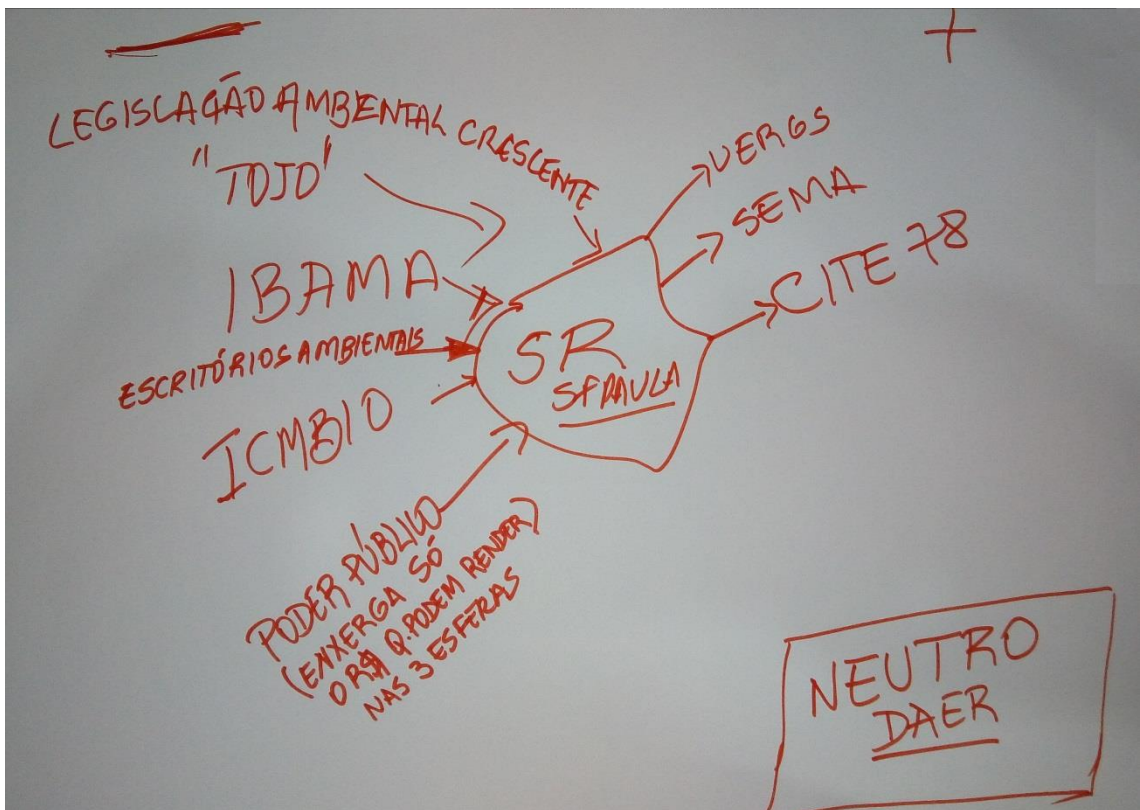


Figura 4 Mapa Falado Sindicato Rural

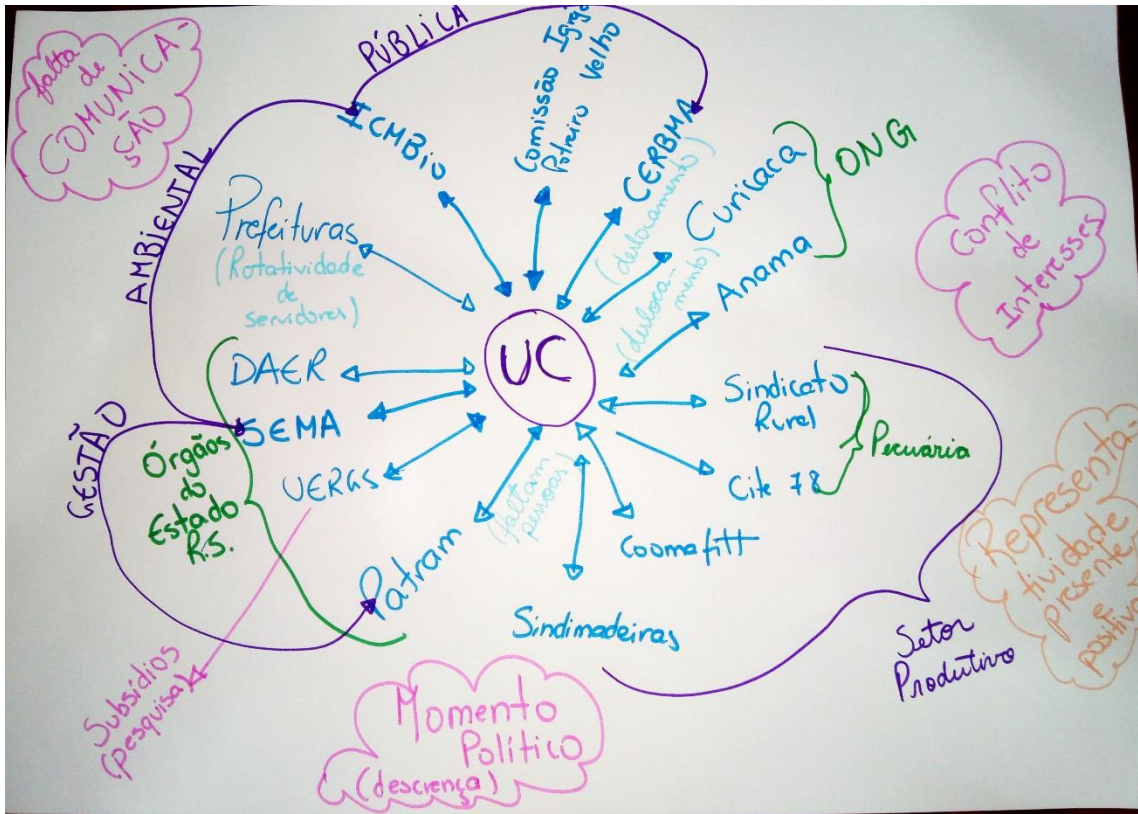


Figura 5 Mapa Falado UC's Flona, APA e EEE

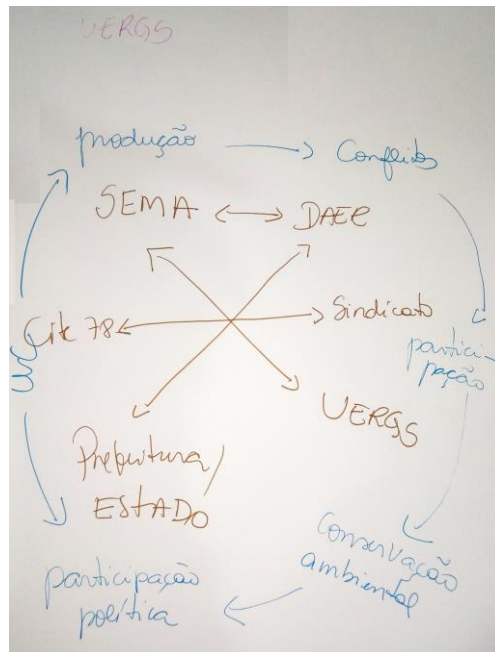


Figura 6 Mapa Falado UERGS

APÊNDICE 6

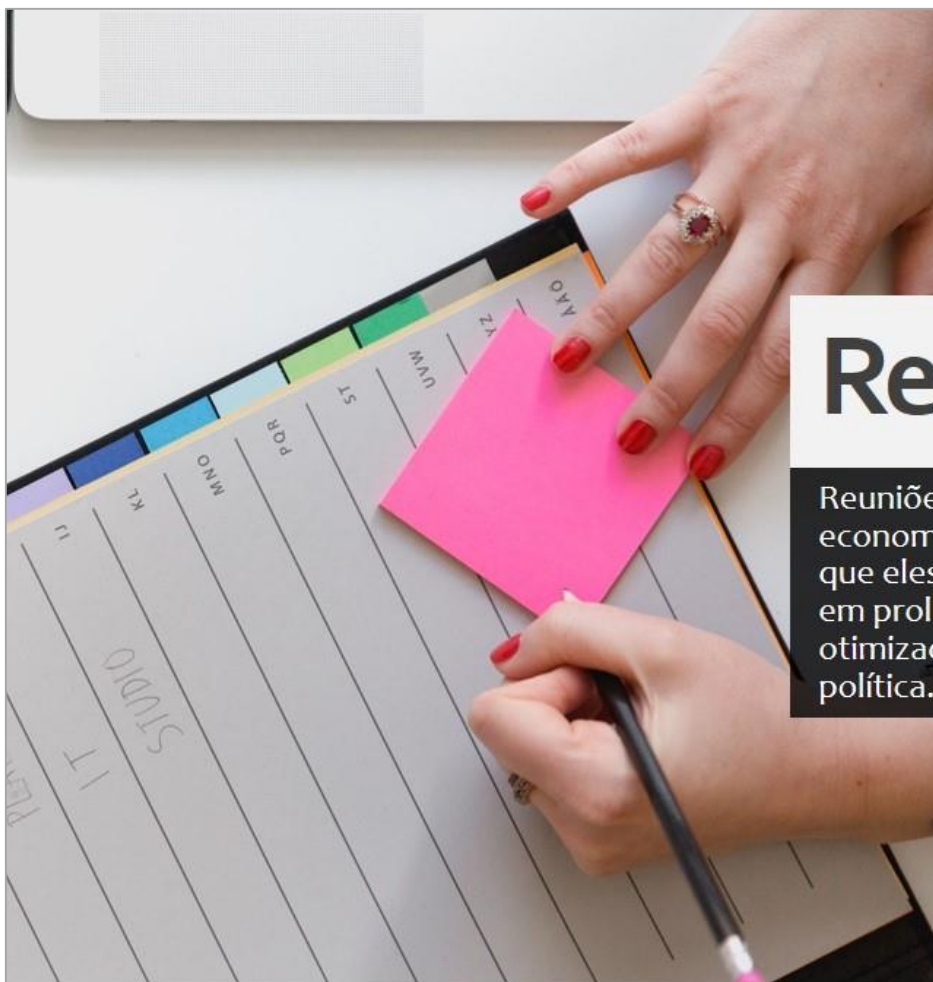


***Guia de Ações e Ferramentas de Reunião e
Articulação dos CG***

Conselhos Gestores das Unidades de Conservação APA Rota do Sol e
ESEC Aratinga


uergs
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

PPGAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE



Reuniões Eficazes

Reuniões bem organizadas, objetivas, rápidas e enxutas economizam os recursos dos seus participantes, possibilitando que eles usem esses recursos para desenvolverem outras ações em prol do UC. Quanto mais as atividades do conselho forem otimizadas, maiores serão as chances de aumentar a eficácia política.

- Planejamento anual.
- Alteração Carga horária e turno.
- Conhecimento prévio sobre a pauta.
- Infraestrutura.
- Protocolo de Reunião.



Planejamento Anual

É fundamental planejar antes de botar a mão na massa, para garantir que os esforços de crescimento estejam alinhados à estratégia de ação da UC. Estabelecer planos/metast não significa implementar uma gestão estratégica com regras rígidas, mas requer firmeza para colher os frutos.

Planejamento Anual

Próximos do final de um ciclo anual com certeza todo conselho gestor traz grandes lições, principalmente por fatores influenciados pelo cenário político, econômico e outros desafios externos. Mas, para evitar grandes imprevistos, o último trimestre é um excelente momento para realizar o planejamento anual.

PROJETO/EVENTO	REUNIÕES CONSELHO GESTOR		Após traçar a estratégia, com mais clareza, após a análise do ambiente, fica mais fácil tomar decisões e definir os rumos que devem ser tomados, ampliando a visão e possibilitando mais sucesso.		
ORGANIZADOR	GESTORES DA UCS		Nosso planejamento 2019:		
+					
FASE DO PROJETO	INÍCIO	TÉRMINO	FASE DO PROJETO	INÍCIO	TÉRMINO
FASE 1	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]	FASE 8	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]
FASE 2	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]	FASE 9	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]
FASE 3	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]	FASE 10	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]
FASE 4	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]	FASE 11	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]
FASE 5	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]	FASE 12	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]
FASE 6	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]	FASE 13	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]
FASE 7	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]	FASE 14	[Selecionar Data]	[Selecionar Data]

JANEIRO							FEVEREIRO							MARÇO							ABRIL							MAIO							JUNHO													
S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D
1	2	3	4	5	6		1	2	3					1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16
14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
28	29	30	31				25	26	27	28				25	26	27	28	29	30	31	29	30						27	28	29	30	31																

JULHO							AGOSTO							SETEMBRO							OUTUBRO							NOVEMBRO							DEZEMBRO													
S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D
1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4				1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7	1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13	4	5	6	7	8	9	10	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
15	16	17	18	19	20	21	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20	11	12	13	14	15	16	17	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22
22	23	24	25	26	27	28	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27	18	19	20	21	22	23	24	16	17	18	19	20	21	22							

A ideia do planejamento é estipular metas e ações para serem realizadas no próximo ano, assim como prever possíveis cenários externos e alternativas com base no histórico do ano vigente. Isso porque com a rotina não conseguimos analisar o rumo das ações, mas essa é a hora para ampliarmos nosso conhecimento frente as adversidades e interesses coletivos do conselho gestor.

O planejamento anual (apêndice a) nada mais é do que um guia para o próximo ano.

Planejador de Ações Anuais



Alteração Carga horária e turno

Dentro do calendário já pré-estabelecido é possível ampliar a agenda (horas/ano) de reunião, sem aumentar dia/ano.

Alteração carga horária e turno

As reuniões duram em média 4 horas e ocorrem no turno da tarde.

Mudança de turno

- Apesar dos deslocamentos necessários para acompanhar a reuniões presencialmente, ainda é possível, iniciar a reunião às 09:30h, dando uma período ainda na manhã para deslocamentos necessários.
- Além disso toda a reunião possui um intervalo, possibilitando estender a reunião até às 13:30. E ainda se houver concordância dos membros presentes, realizar um intervalo de almoço e a reunião ser retomada após este intervalo.

Carga horária

- Se for adotada a mudança de turno, será possível prover o aumento da carga horária atual de 12 horas/ano para 18 horas/ano.
- Assim amplia as tratativas da pauta e converge com os objetivos estipulados pelo SNUC.



Conhecimento prévio sobre a pauta

Estar preparado para **saber o assunto que será tratado**, o que deve ser decidido e propor ideias para o tema que vai ser debatido é essencial para ter boas reuniões e tornar esses momentos produtivos.

Pauta

A pauta completa para os participantes já enviada previamente para os participantes. Contudo é interessante uma breve descrição (briefing, texto de apoio) sobre cada tema. Desse modo, todos poderão se preparar com perguntas ou informações sobre o tema.

Divulgação dos meios para incluir assuntos à pauta.

- Criação de um e-mail para único para receber demanda do conselho gestor.
- Podendo ser apresentado até 48h antecedentes a reunião. Os itens que não estiverem dentro desta estrutura, idealmente devem ser apresentados no tópico de assuntos emergenciais e respeitar o tempo estipulado para isso.

Preparação dos Conselheiros

- Contar com a participação mais efetivas dos conselheiros, uma vez que tenham uma maior informação sobre os tópicos, assim deixam de ser um expectador e passam a ter maior protagonismo.
- Além disso mesmo que a preparação não ocorra previamente durante as explanações, podem contar com um texto de apoio.

Infraestrutura

Vencer as barreiras de não estar juntos, fisicamente, mas podem estar conectados, interligados por tecnologias



Ferramentas de Vídeoconferência

Ferramentas gratuitas ou com baixo custo



<https://zoom.us/>



<https://appear.in/>



www.facebook.com/Workplace

1) **Viber:** Muito semelhante ao WhatsApp, o aplicativo permite ao usuário enviar mensagens de texto, fotos, vídeo e fazer ligações. Sua principal vantagem é a possibilidade de fazer chamadas de áudio e vídeo em alta definição.

2) **Telegram:** Híbrido do WhatsApp e do Snapchat, o aplicativo permite envio de mensagens de texto, imagens e vídeo. Assim como o Snapchat, tem uma função de autodestruição instantânea do conteúdo compartilhado.

3) **Hangouts:** É atrelado ao Google. Permite trocar mensagens de texto além de fazer chamadas de voz e de vídeo. Recentemente, a empresa liberou a opção de videoconferências a usuários sem conta Google. Outros serviços, no entanto, como a troca de mensagens, continua restrito àqueles cadastrados.

4) **Skype:** Adquirido pela Microsoft em 2010, o Skype continua sendo conhecido como opção para chamadas de vídeo. Mas também tem opção de troca de mensagens de texto. Com 300 milhões de usuários no mundo, o serviço vem perdendo terreno para outros aplicativos.

5) **Kik:** Permite troca de mensagens de texto, voz e imagens simultaneamente, mas chamadas de voz ou de vídeo ainda não estão disponíveis.

6) **Line:** Permite envio de mensagens de texto e fazer chamadas de voz. Lançado originalmente no Japão, tem versão em português.

7) **Snapchat:** Permite envio de mensagens de texto e vídeos. Outra possibilidade é poder programar o tempo em que o conteúdo compartilhado será autodestruido.

8) **Zap Zap:** De origem brasileira, usa o API (Application Programming Interface ou Interface de programação de aplicativo) do Telegram. Antes desconhecido, ganhou meio milhão de novos usuários após a primeira polêmica envolvendo o WhatsApp, em fevereiro deste ano, quando a Justiça do Piauí pediu o bloqueio do serviço de mensagens instantânea.

9) **WeChat:** Desenvolvido na China, o WeChat permite trocar mensagens de texto e imagens, além de fazer chamadas de voz e de vídeo. O aplicativo possui a função "Olhar ao Redor" que localiza pessoas próximas.

10) **Versy:** Disponível em inglês, espanhol e português, o aplicativo permite troca de mensagens e fotos. Também possibilita conversar com celebridades que tenham seus próprios canais na rede social.



Protocolo de Reunião

Otimizar as reuniões dos conselhos gestores da APA Rota do Sol e ESEC Aratinga para fortalecer da participação política.

Protocolo de Reunião

Para que as reuniões de conselho tenham maior direcionamento aos propósitos do encontro, é fundamental que recebam suportes para a sua otimização. Em geral, há várias pautas, os participantes possuem muitas demandas, os temas tratados são complexos e, normalmente, o tempo para a realização da reunião é curto.

Além de sua própria configuração, as reuniões podem ter particularidades, como a necessidade de participação de integrantes que estão fora do conselho gestor. Nesse caso específico, contar com meios que possibilitem a participação de membros externos, naquele momento, não estão fisicamente na companhia, é crucial para a eficiência de uma reunião.

Estrutura da Reunião

- Estruturar em tópicos deliberativos e consultivos.
- Tempo determinado para cada um dos tópicos de pauta, com auxílio de cronômetro regressivo. Sendo deliberativos com maior tempo e consultivos com menor, além da criação de novos dois momentos: assuntos emergenciais e assuntos gerais (com limite de tempo).

Utilização de Cronômetro

- Para contabilizar o tempo de cada explanação, pode-se contar com o uso do cronômetro, por exemplo determinando limite máximo de 15 minutos, e fazendo o uso de aplicativos de cronômetro que podem ser projetados.


Exemplo:
Meeting Timer



Conte conosco!

Audri Santos 

51 983113360 

audri.santos@gmail.com 

PPGAS - UERGS 

